

ABC Alfabetizando



GRAMADO

Preparando os alunos PARA A VIDA

O Projeto "Alfabetando Crianças e Jovens" tem início no dia 28 de novembro, nos núcleos das Escolas Municipais de Gramado. O projeto tem como objetivo oferecer a jovens e adultos a oportunidade de alfabetizar-se no próprio bairro. A metodologia utilizada consiste em grupos locais atendidos em suas casas, com aulas realizadas sempre nos locais e horários necessários. A secretaria de Educação Vera Fante entende que isso é de grande valor aos alunos, "conseguindo ler embalagens e preços de produtos, realizando o assessoramento, identificando sinais, tendo condições de fazer documentos pessoais e comunicando-se sem dificuldades, entre outros aspectos", comenta Vera.



Vera Fante

PAROBÉ

Trabalhando com as DIFERENÇAS

A Prefeitura Municipal de Educação de Parobé, através da secretaria de Educação, vem trabalhando desde 2009 as questões relacionadas à inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais. Neste momento regular e também nas turmas de Educação de Jovens e Adultos da rede municipal. Nas turmas de EJA estão matriculados alunos com "baixa" visão e alunos com deficiência intelectual. Segundo a Secretária de Educação, hoje existem 12 alunos frequentando os cursos. "Assim eles têm a possibilidade de crescer e conviver com as diferenças aprendendo a conviver com elas e respeitá-las", comenta a secretária.

Para 2009, já estão sendo planejadas atividades de caráter social e cultural, com o objetivo de dar suporte aos alunos que não conseguem acompanhar o ritmo das aulas. Em 2008 foi a construção de uma sala de leitura na escola municipal. A professora Vera Maria Brito, onde os jovens com deficiência intelectual são matriculados, comenta que os alunos são matriculados em séries iniciais.



Delci Heinle Klein



Projeto entrega CEF

O grupo de alfabetização de adultos "Chamarrando com as Letras", coordenado pela professora Madalena Angela Schmidt, da secretaria de Educação, Esportes e Cultura de Rolante, realizou no dia 17 de dezembro na Escola Hugo Zimmer, para fazer o encerramento das atividades, juntamente com as professoras Madalena (engenheira) e Rosângela (professora). O grupo de alfabetização de adultos, Rosângela Fialho, e a professora, Rosângela Fialho, realizaram a entrega das CEF (Certificados de Evidência de Freqüência) para os alunos do curso de alfabetização de adultos. O grupo de alfabetização de adultos, Rosângela Fialho, e a professora, Rosângela Fialho, realizaram a entrega das CEF (Certificados de Evidência de Freqüência) para os alunos do curso de alfabetização de adultos.

Veja todas as páginas da Ação no site www.cbalfabetizando.com.

PROMOÇÃO **BANRICOMPRAS** A sua última chance

ABC Alfabetizando

14 de novembro
Dia Nacional da Alfabetização

de informalidade, sendo possível para um indivíduo da Alfabetização, um dia nacional voltado para a alfabetização de jovens e adultos. "Não existe fórmula mágica para isso, mas sim um compromisso de longo prazo, que exige planejamento, organização, comprometimento, antes de tudo, para que seja possível alcançar os objetivos propostos. É necessário, portanto, um planejamento de longo prazo, que seja capaz de garantir a continuidade do processo de alfabetização de jovens e adultos, em nosso país".



APROD José Fortunato, secretário de Alfabetização e Ação Social do MEC.

Os números geram letras ou as letras geram números? Estratégias de governo de alfabetização: Uma análise da AÇÃO ABC ALFABETIZANDO

805

Objetos se destacam pela DIVERSIFICAÇÃO

Município de Encarnação do Sul, no Rio Grande do Sul, apresenta um plano de alfabetização de jovens e adultos, com o objetivo de garantir a continuidade do processo de alfabetização de jovens e adultos, em nosso país.

Para que isso seja possível, é necessário um planejamento de longo prazo, que seja capaz de garantir a continuidade do processo de alfabetização de jovens e adultos, em nosso país.



Alfabetização desperta sonhos e DESEJOS

Alfabetização desperta sonhos e desejos. É através da alfabetização que os jovens e adultos conseguem alcançar seus objetivos e realizar seus sonhos.

Alfabetização desperta sonhos e desejos. É através da alfabetização que os jovens e adultos conseguem alcançar seus objetivos e realizar seus sonhos.



Veja todas as páginas da Ação no site www.cbalfabetizando.com.br

PROMOÇÃO **BANRICOMPRAS PREMIATIVEL** Você tem muitas chances de ganhar.

ABC Alfabetizando

Alfabetizando no processo de CONTINUAÇÃO

Alfabetizando no processo de continuação. É através da alfabetização que os jovens e adultos conseguem alcançar seus objetivos e realizar seus sonhos.



APROD - Alfabetização de jovens e adultos, com o objetivo de garantir a continuidade do processo de alfabetização de jovens e adultos, em nosso país.

Alfabetização busca trabalho INTEGRADO

Porto Alegre
2010

Delci Heinle Klein

Os números geram letras ou as letras geram números?

Estratégias de governamento do analfabetismo:

Uma análise da AÇÃO ABC ALFABETIZANDO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora:

Profa. Dra. Clarice Salete Traversini

Linha de pesquisa: Estudos Culturais em Educação

Porto Alegre
2010

*Dedico esta Dissertação
ao Maurício e à Nicole,
pelo amor,
pelo estímulo,
pelo carinho,
e pela paciência.*

*“Sonhe com aquilo que você quer ser,
Porque você possui apenas uma vida
E nela só tem uma chance
De fazer aquilo que quer.*

*Tenha felicidade bastante para fazê-la doce.
Dificuldades para fazê-la forte.
Tristeza para fazê-la humana.
E esperança suficiente para fazê-la feliz.*

*As pessoas mais felizes não têm as melhores coisas.
Elas sabem fazer o melhor das oportunidades
Que aparecem em seus caminhos.*

*A felicidade aparece para aqueles que choram.
Para aqueles que se machucam.
Para aqueles que buscam e tentam sempre.
E para aqueles que reconhecem
A importância das pessoas que passaram por suas
Vidas”.*

Clarice Lispector

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo pulsar da vida;

ao Maurício e à Nicole, por existirem na minha vida;

aos meus pais, Menno e Helga, meus primeiros educadores;

agradeço, de forma muito especial, à minha orientadora, professora doutora Clarice Salete Traversini, por ter acreditado em mim, ter me acolhido como orientanda e por ter sido minha referência na construção desta Dissertação: pelo rigor acadêmico e pelo amor, pela competência e pelo afeto, pela sabedoria e pelo apoio, pelo talento e pela amizade. Hoje, além de ser minha grande referência como professora, é minha grande referência como ser humano;

agradeço aos meus irmãos Alceu e Marli que dividiram comigo seus tempos para que eu pudesse estudar. Quero dividir com eles minha alegria neste momento e oferecer a cada um, um pedacinho deste trabalho;

às minhas sobrinhas e sobrinhos: Anne Rose, Wilhelm, Ana Paula, Filipe, Laís, Anna Sofia e Lara. Também à Sharlene e ao Miguel: que aprendizado maior poderia deixar a eles, senão o da luta por aquilo que se quer?;

aos demais familiares, especialmente à Isolde, por compreenderem a minha ausência por este período de estudo;

à Kamila, que adotei como irmã de coração: colega, amiga, companheira, obrigado pelas leituras, pela co-orientação, sugestões, contribuições, pelo conforto, pela torcida e pela amizade;

à professora doutora Maria Luiza Xavier Merino e ao grupo de orientação: Kamila, Janete, Rosângela, Aline, Tanise, Marco, Danuza, Michele, Tatiane, Juliana, Alexandra e Maurício pela acolhida, pelo afeto, pelas reflexões, pelas discussões e contribuições, pelos momentos de estudo e, também, pelos momentos de confraternização e descontração.

às professoras doutoras Iole Maria Faviero Trindade e Sarai Patrícia Schmit e ao professor doutor Samuel Edmundo Lopez Bello, por terem aceito participar da banca de avaliação do projeto de pesquisa e agora da Dissertação, agradeço pela leitura atenta, pelas contribuições e sugestões;

aos professores do PPG Edu, que contribuíram com meu processo de formação durante o Mestrado, pela qualidade, competência e rigor acadêmico;

aos funcionários da secretaria do PPGEduc, da biblioteca e do laboratório de informática pelos serviços prestados durante minha estada como aluna nesta Faculdade;

ao prefeito Alceu, que me oportunizou ocupar a função de gestora municipal, um dos maiores aprendizados da minha vida, lugar onde tive o meu primeiro contato com a temática desta pesquisa;

aos colegas da Prefeitura Municipal, da Secretaria Municipal da Educação e das Escolas Municipais de Lindolfo Collor pelo estímulo, pela torcida e pelas palavras de apoio;

aos colegas da Secretaria Municipal de Saúde de Lindolfo Collor, pela convivência diária, compreensão e amizade;

ao Instituto de Educação Ivoti, pela oportunidade de ser professor: espaço em que me realizo como profissional e como pessoa. Aos colegas, obrigado pelo apoio incondicional;

aos ex-colegas da Escola Estadual Walter Herrmann: minha primeira diretora, Sueli e minha segunda diretora, Marlise, pela acolhida. Aos colegas, pelas trocas, pelas discussões, pelo companheirismo e pela torcida;

à Mirian, minha prima e companheira de todas as horas, à Sara, que tem sido meu grande suporte, à Inês, meu ombro amigo, à Maristela, minha torcedora da linha de frente e à Nelsi, estimuladora de todos os tempos... à Beti e à Anne, ora na eternidade;

a (todos) os meus amigos de todos os tempos, que ajudaram a me constituir e construir, valorizando minhas origens, os espaços em que transito e as pessoas com que me relaciono;

à Rafaela e ao Douglas, técnicos que me ajudaram na composição da Dissertação, à Janete e à Erica, pelas correções;

a todos os alunos que perpassaram o meu caminho e que me inscreveram de alguma forma como profissional da área da educação.

Muito obrigado!

RESUMO

Esta Dissertação de Mestrado tem como objetivo analisar como os discursos que circulam nas páginas da *Ação ABC Alfabetizando* se constituem em estratégias de governamento e operam sobre os governos municipais e as população para manter os índices de analfabetismo reduzidos. A *Ação ABC Alfabetizando* é uma iniciativa não-governamental, que se institui visando a erradicação do analfabetismo nas regiões do Vale dos Sinos, Vale do Caí e Vale do Paranhana & Encosta da Serra, compreendendo 44 municípios do Rio Grande do Sul. Analiso os discursos coletados a partir das páginas semanais da *Ação*, compreendidas entre 2004 a 2008. As escolhas metodológicas inserem-se na Linha de Pesquisa dos Estudos Culturais em Educação, em sua vertente pós-estruturalista e valem-se dos estudos sobre governamentalidade e sobre o discurso, conforme tematizados por Michel Foucault. Destaco, também, trabalhos dos autores Clarice Salete Traversini, Iole Trindade, Afredo Veiga-Neto e Rosa Maria Fischer Bueno que auxiliaram na realização das análises. Com a analítica desenvolvida, percebi que os discursos veiculados nas páginas da *Ação ABC Alfabetizando* se constituem em estratégias de governamento a partir de mitos, da mídia e da estatística. Os discursos dos mitos do *alfabetismo-come-uma-via-para-o-desenvolvimento* e do *alfabetismo-come-uma-via-para-a-cidadania*, atribuem ao alfabetismo a condição da decolagem ao sucesso, ao desenvolvimento social e ao exercício da cidadania, enquanto que ao *espírito comunitário* é creditado o esforço coletivo para o sucesso da alfabetização. A *mídia* é o espaço utilizado pela *Ação*, onde são visibilizadas as ações desenvolvidas nos municípios. O *saber estatístico* se constitui numa estratégia da *Ação*, que opera em três movimentos: *conhecer* (os dados anteriores à *Ação*), *intervir* (a partir dos dados, implantar programas de alfabetização) e *avaliar* (resultados). Esses discursos circulam e agem, operando sobre a população na condução das suas condutas em favor da alfabetização, reduzindo, assim, os índices de analfabetismo na região.

Palavras-chave:

1. Ação ABC Alfabetizando. 2. Alfabetismo. 3. Alfabetização. 4. Governamento. 5. Discurso. 6. Estatística. 7. Mídia.

KLEIN, Delci Heinle. **Os números geram letras ou as letras geram números? Estratégias de governamento do analfabetismo: uma análise da AÇÃO ABC ALFABETIZANDO.** Porto Alegre: UFRGS, 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2010.

ABSTRACT

This Master dissertation is aimed to analyze how the speeches present in the pages from 'Ação ABC Alfabetizando' (ABC Alphabetization Action) constitute strategies of government and act on municipal government and the population to keep illiteracy rates low. The 'Ação ABC Alfabetizando' is a non-governmental initiative and its goal is to eradicate illiteracy in the regions of Vale dos Sinos, Vale do Caí, Vale do Paranhana and Encosta da Serra, formed by 44 cities in Rio Grande do Sul. I analyze the speeches collected from the weekly pages of 'Ação', between 2004 and 2008. The methodological choices are inserted in the 'Linha de Pesquisa dos Estudos Culturais em Educação' (Cultural Studies Research in Education) in the post-structuralism line and are related to the studies about how to govern and the speech, as according to Michel Foucault. I also emphasize the work from the authors Clarice Salete Traversini, Iole Trindade, Afredo Veiga-Neto and Rosa Maria Fischer Bueno that helped in the analysis. With the development, I realized that the speeches present in the pages of 'Ação ABC Alfabetizando' are constituted in strategies of government from myths, media and statistics. The speeches of the myths of the literacy as a way of development and citizenship confer to it the condition to take-off to success, to social development and to citizen practice, while the collective effort to the success of the alphabetization is related to the communitarian spirit. The media is the space used by the 'Ação', in which the actions developed in the cities are feasible. The statistic knowledge is a strategy of 'Ação', present in three moves: to know (data before the Action), to intervene (taking data into consideration, to implant alphabetization programs) and to evaluate (results). These speeches surround and act, influencing the population in their conducts and their practices in favor of the alphabetization, thus reducing the illiteracy rates in the region.

Key words

1. Ação ABC Alfabetizando 2. Literacy. 3. Alphabetization. 4. Government 5. Speech 6. Statistic 7. Media

KLEIN, Delci Heinle. **Os números geram letras ou as letras geram números? Estratégias de governo do analfabetismo: uma análise da AÇÃO ABC ALFABETIZANDO.** Porto Alegre: UFRGS, 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2010.

1. NOTÍCIAS DE UMA TRAJETÓRIA: acercando-se do tema	10
2. ALFABETIZAÇÃO / (AN)ALFABETISMO: os conceitos imbricados na história.	19
2.1 DAS CRENÇAS SOBRE ALFABETISMO E ALFABETIZAÇÃO.....	19
2.2 O ANALFABETISMO NO BRASIL – alguns recortes.....	24
3 A AÇÃO ABC ALFABETIZANDO: governando Governos?	35
3.1 O CONTEXTO DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ.....	35
3.2 A AÇÃO ABC ALFABETIZANDO.....	43
3.3 O PRÊMIO DE GANHAR UM PRÊMIO.....	52
3.3.1 O Certificado “Município Alfabetizado”.....	53
3.3.2 O Selo “Município Livre do Analfabetismo”	55
4. O PROBLEMA, AS FERRAMENTAS E OS POSICIONAMENTOS: trilhando os caminhos da pesquisa	58
5. ALFABETIZAR PARA FAZER VIVER: regulando o analfabetismo na região	67
5.1 GOVERNAMENTO E ALFABETIZAÇÃO.....	69
5.2 ANALFABETISMO: do risco social ao risco de si.....	75
6. GOVERNANDO... as estratégias de governo que operam sobre a população	81
6.1 OS MITOS SUSTENTANDO A AÇÃO.....	82
6.2 O PAPEL DA MÍDIA NA MOBILIZAÇÃO DA AÇÃO	100
6.3 A ESTATÍSTICA COMO ESTRATÉGIA DE GOVERNAMENTO:os números geram letras ou as letras geram números.....	110
7. VIRANDO A (ÚLTIMA) PÁGINA: considerações finais	126
8. REFERÊNCIAS	131

1. NOTÍCIAS DE UMA TRAJETÓRIA E ACERCANDO-SE DO TEMA

[...] toda e qualquer pesquisa nasce precisamente da insatisfação com o já-sabido. [...] somente nesta condição de insatisfação com as significações e verdades vigentes é que ousamos tomá-las pelo avesso, e nelas investigar e destacar outras redes de significações. (CORAZZA, 2002, p.111)

Início esta Dissertação de Mestrado com as palavras de Corazza, pois elas sinalizam e representam os caminhos investigativos que escolhi percorrer neste estudo. A vontade de saber e conhecer e, principalmente, a busca por (outras) formas de entendimento da *Ação ABC Alfabetizando* mobilizam-me para estudá-la, analisá-la, tomando-a *do avesso*. Saber, porque parto de onde outros pesquisadores e estudiosos já enveredaram seus estudos; conhecer, porque a iniciativa desse recorte de pesquisa me permite pensar as diferentes configurações que se estabelecem na Contemporaneidade em torno da educação. Assim, ao armar novas formas de pensar, ao assumir uma atitude de estranhamento e questionamento, percebo que as mudanças da Contemporaneidade não cabem em fórmulas ou concepções estruturalistas, mas me permitem, como pesquisadora, aventurar-me por novos caminhos e pensar novas possibilidades de como se colocar neste tempo, deixando em suspenso aquelas verdades que me acompanharam até aqui.

Nesse sentido, penso que seja preciso voltar meu olhar para minhas vivências e experiências, algumas “notícias da minha trajetória”, e eleger aquelas que foram condições de possibilidade, ou seja, os caminhos que me trazem para dentro desta pesquisa. Teria muitas vivências para compartilhar, e a relevância da escolha dos recortes descritos advém da intensidade com que as vivi. Experiências essas que, no sentido de que fala Larrosa (2002, p. 21): “[...] é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca [...].” Hoje sei que, através delas, fui sendo moldada, produzida, tocada e representada ao longo de

minha existência como filha, como aluna, como mulher, como mãe, como profissional, a partir dos contextos em que essas vivências transcorreram. Assim, a minha história de vida decorre das experiências que vivo e vivi e que foram me constituindo. Para Larrosa (2000, p. 69)

A compreensão da própria vida como uma história que se desdobra, assim como a compreensão da própria pessoa como o personagem central dessa história, é algo que se produz nesses constantes exercícios de narração e autonarração no qual estamos implicados cotidianamente.

Contar a minha história, na perspectiva de Larrosa, é tornar-me a personagem principal das narrativas acerca de mim, dos meus caminhos, dos meus acertos, dos meus percalços, dos meus sonhos, das minhas realizações. Os caminhos que se constroem ao caminhar apontam novos caminhos e, assim, sucessivamente, somos envolvidos por fazeres, por oportunidades, por escolhas. Escolhi como profissão ser professora de Matemática. No curso de Licenciatura de Matemática, pouco se lê e se escreve, muito se calcula. Assim, para mim, escrever não é um exercício corriqueiro e fácil. Muitas vezes as palavras me faltam, outras vezes, elas me traem, e é nessa luta produtiva com as mesmas, que pretendo desenvolver esta Dissertação.

Ao longo da minha caminhada, além das experiências como docente, cumpre destacar outros caminhos trilhados e com os quais aprendi muito. Destaco minha atuação como coordenadora pedagógica, orientadora educacional, vice-diretora e secretária de educação. Em cada um desses espaços, em cada uma dessas oportunidades, fui ajudando a produzir ações, espaços e pessoas, ao mesmo tempo em que fui produzida. Foi o convite para assumir a secretaria de Educação do município de Lindolfo Collor – RS, em 1997, que proporcionou o meu primeiro contato com a questão do analfabetismo de jovens e adultos – temática desta pesquisa. Ao me deparar com a população analfabeta (jovens e adultos) do município, vi-me, como gestora, diante da necessidade de oportunizar a alfabetização à mesma. Foi implantado, em 1997, um projeto intitulado “Recomeçar”, em parceria com o Serviço Social da Indústria – SESI - e foram alfabetizadas 10 (dez) pessoas, que representavam menos de meio por cento (0,5%) da população analfabeta do município. O projeto se estendeu durante o ano de 1998 e foi encerrado devido à falta de procura pelo mesmo, motivado por fatores como

idade avançada, jornada de trabalho, vergonha da condição de se reconhecer analfabeto, entre outros. As aulas eram ministradas à noite, numa sala no centro da cidade, e era oferecido transporte aos participantes. Como já mencionei, esse foi meu primeiro contato, como gestora, com a questão do analfabetismo, o que mais tarde viria a acontecer no município de Ivoti –RS.

Aprendi e fui me constituindo, nos mais diversos lugares em que me fiz presente: na sala de aula, na gestão de escola, na gestão municipal. Fui refletindo, inquietando-me, questionando e buscando compreender o quanto novas demandas, saberes e práticas vêm se configurando no cenário educacional. Assim, ideias que em meus estudos havia entendido como “para sempre” e “únicas”, tão bem montadas e discursivamente representadas desde a Modernidade, agora não comportam uma realidade que desestabiliza e que transforma, pois o pensamento pós-moderno “[...] não busca a(s) verdade(s) sobre o mundo, mas busca *insights*, quais ferramentas que possam ser úteis para o entendimento do mundo” (VEIGA-NETO, 2002b, p.35). Por isso, esta pesquisa procura apontar não a verdade, mas sim possibilidades de entendimento, mediação e compreensão do analfabetismo em um contexto de mudanças.

Na perspectiva em que esse trabalho se insere, a experiência de si não é um objeto independente que permaneceria imutável, através de suas diferentes representações, mas antes, é na experiência de si que constitui o sujeito, o eu como si mesmo (*soi, self*). É essa a razão pela qual “[...] o sujeito mesmo tem uma história [...]” (LARROSA, 2000, p. 55). Nesse caminhar, na construção da minha história, cheguei até a Faculdade de Educação - FACED, nesta Universidade, optando pela linha de pesquisa dos Estudos Culturais em Educação, como aluna do Programa de Educação Continuada - PEC, em 2005, trazendo muitas inquietações, desta vez, do lugar de secretária municipal de educação do município de Ivoti - RS.

No Seminário “Alfabetismo e Letramento - práticas sociais e escolares”- com a professora Iole Trindade, procurei (algumas) respostas para as (inúmeras) perguntas que me fazia frente à necessidade de gerir e implantar um programa de alfabetização de jovens e adultos no município de Ivoti - RS, tendo em vista o compromisso assumido pela gestão municipal com o Comitê Gestor da *Ação ABC Alfabetizando* do Grupo

Editorial Sinos¹ ainda como candidata à prefeitura, em 2004. Perguntava-me: de que forma poderiam ser alfabetizados 123 jovens e adultos em dois anos? Como deveria ser este programa para atender a uma demanda diversificada? A sala de aula seria convencional? As aulas seriam formais? As aulas seriam de dia ou à noite? Quem e como seria o professor? Como motivar os alunos a participarem? Que metodologia seria utilizada? Descobri que o seminário não respondia às minhas perguntas, mas apontava perspectivas a partir das quais poderia analisar e refletir sobre as mesmas e fazer outras mais. Nesse contexto, então, dá-se minha primeira aproximação com a *Ação ABC Alfabetizando*, que se tornou o objeto de estudo desta pesquisa.

O programa de alfabetização de jovens e adultos, implantado no município de Ivoti - RS, em junho de 2005, que está em vigor até a presente data, intitula-se “Adote um cidadão, ajudando na alfabetização”. Minha participação no programa foi de coautoria. Visa a alfabetização de jovens e adultos em espaços informais, tais como pavilhões, clubes, igrejas, salas comerciais, dentre outros, e conta com alfabetizadores voluntários. Até o final do ano de 2008, alfabetizaram-se 40 (quarenta) dos 123 (cento e vinte e três) analfabetos ivotienses que o Tribunal Regional Eleitoral apontava em 2004, base estatística da *Ação ABC Alfabetizando*.

A *Ação ABC Alfabetizando* foi concebida em janeiro de 2004 e lançada em fevereiro do mesmo ano, visando a reduzir os índices de analfabetismo, senão erradicar o analfabetismo nos 44 municípios de abrangência dos jornais, num período de quatro anos. Assim, as administrações que assumiram os municípios em 2005 já haviam, de antemão, comprometido-se com a *Ação ABC Alfabetizando* em executá-la durante a gestão 2005/2008. Isso desafiava os governos municipais a criarem e/ou implantarem programas ou ações para alfabetizarem jovens e adultos, visando a atingir tal meta. Através de uma página semanal veiculada nos jornais do Grupo Sinos, foi dada visibilidade aos programas desenvolvidos nos municípios, bem como aos resultados atingidos pelos atores envolvidos, especialmente, os gestores municipais.

A *Ação* sempre me inquietou pela mobilização e capacidade da condução da conduta – governo - dos gestores municipais. A partir das diferentes posições

¹ Grupo jornalístico com sede em Novo Hamburgo – RS, responsável pela produção e veiculação dos jornais NH, VS e Diário de Canoas.

que ocupava como aluna PEC, professora e, especialmente, como secretária de educação fui me envolvendo com o tema da alfabetização e inquietando-me com os discursos que via circular nas páginas da *Ação ABC Alfabetizando*. Interessava-me saber que condições de possibilidade se apresentavam neste tempo e lugar, para que emergisse uma Ação da iniciativa privada, que age sobre Governos² municipais e comunidades para alfabetizar a população de uma região. Perguntava-me: como secretários de educação da região haviam aderido à *Ação ABC Alfabetizando*? Que programas de alfabetização de jovens e adultos foram implantados? Como se apresentam os índices de analfabetismo dos municípios? Assim, mesmo não estando mais à frente da secretaria da educação do município de Ivoti – RS, acompanhei semanalmente os “efeitos” da Ação nos municípios da região e colecionei todas as páginas nos anos de 2006, 2007 e 2008, o que se constituiu em uma parte do *corpus* desta pesquisa.

Já não mais respondendo pela secretaria de Educação de Ivoti - RS, continuei como aluna PEC, em 2006, quando cursei as disciplinas “Introdução aos Estudos Culturais³”, através da qual reforcei meu desejo de pesquisar questões relacionadas ao (an)alfabetismo a partir das perspectivas teóricas dessa Linha de Pesquisa, e o seminário sobre “Governamento, governamentalidade e as políticas de alfabetização⁴”, em que me aproximei um pouco mais de alguns conceitos de Michel Foucault. Em 2008, ingresso como aluna do Programa de Pós-graduação em Educação desta Universidade – PPGEDU/UFRGS, como mestranda.

Pensar, elaborar e reelaborar uma temática de pesquisa é um desafio muito complexo, se comparado com os problemas matemáticos com os quais já me deparei na vida. Desenvolver uma pesquisa, tendo como referência a perspectiva dos Estudos

² Usarei Governo (com G maiúsculo) no sentido utilizado por Veiga-neto (2002a) para referir-me ao Governo do Estado – instituição do estado que centraliza ou toma para si a caução da ação de governar (p.19). O termo *governamento*, neste texto, está relacionado com a ação ou o ato de governar. Veiga-Neto (2002a) sugere que se ressuscite, na língua portuguesa, a palavra *governamento* (em uso nas línguas francesa, inglesa e espanhola). “Tal ressurreição tem como objetivo tornar mais rigoroso e mais fácil o duplo entendimento que, na perspectiva foucaultiana, é possível atribuir à palavra *governo*.” (ibidem, p.17) O autor propõe, então, que o vocabulário *governo* passe a ser substituído por *governamento* nos casos em que estiver sendo tratada a questão da ação ou do ato de governar.

³ Disciplina ministrada no PPGEDU/UFRGS pela professora Maria Lúcia Wortmann, com professores convidados: Iole Trindade, Alfredo Veiga-Neto, Elisabete Garbin, Rosa Maria Hessel Silveira.

⁴ Seminário dirigido pela professora Clarice Salette Traversini, no PPGEDU/UFRGS.

Culturais, em uma vertente pós-estruturalista, especialmente através do pensamento foucaultiano, possibilita-me desnaturalizar, procurar ver e perceber, a partir de outras perspectivas, como a *Ação ABC Alfabetizando* se institui. Essa incursão teórica possibilitou a seleção de campos conceituais, instrumentos necessários para “pensar”, para “suspender o juízo”, e a comodidade de deixar-me levar pela corrente, como traz Larrosa (2002, p.24):

A experiência, a possibilidade que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, olhar mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência, dar-se tempo e espaço.

Esse movimento de olhar, escutar, estudar, demorar-se nos detalhes permitiu que eu me apropriasse de conceitos para criticar e suspeitar dos meus próprios conhecimentos. Através desse exercício, esta pesquisa assumirá uma postura de construção e composição de práticas e teorizações. Ao “suspender o automatismo da ação”, retornando muitas vezes às mesmas leituras, voltando inúmeras vezes ao material empírico, transformando-se em *corpus* de análise, esta Dissertação foi sendo construída.

As páginas do jornal da *Ação ABC Alfabetizando*, veiculadas semanalmente, constituem-se na materialidade da Ação⁵ e, na perspectiva dos Estudos Culturais, são considerados artefatos culturais, pois são compreendidos como resultados de uma construção social, produzindo identidades e subjetividades no contexto de relações de poder, e “[...] como produtos culturais não interessam por si mesmos, mas no sentido que recebem nas práticas culturais e pelo poder de construir outras mais”. (TRINDADE, 2004b, p. 138). Ao analisar o material coletado, busco possibilidades, não de explicações, justificativas ou interpretações “corretas”, mas sim de lançar um outro olhar sobre as páginas dos jornais, “menos em termos de precisão e verdade e mais em termos de troca efetiva” (HALL, 1997, p.39). Essa troca, segundo o autor, dá-se num processo que facilita a comunicação cultural na qual persistem “a diferença e o poder

⁵ A seleção do material empírico da pesquisa, bem como a metodologia, serão descritos no capítulo 4.

entre os diferentes falantes no interior de um mesmo circuito cultural” (HALL, 1997, p.39).

Ao me aliar ao pensamento de Hall, procuro traduzir os significados presentes nas páginas da *Ação ABC Alfabetizando* não como verdades prontas e acabadas, e sim como construções culturais imersas em relações de poder. Pesquisei, nos textos das páginas do Jornal NH, as recorrências, os enunciados, os discursos que circulam e se enredam para operar sobre os Governos, as populações e os indivíduos, mantendo-os alfabetizados e computando os melhores índices de alfabetização do país.

Assim, o presente estudo tem como questão de pesquisa: **Como os discursos que circulam nas páginas da Ação ABC Alfabetizando se constituem em estratégias de governo e operam sobre as populações mantendo os índices de analfabetismo reduzidos?** Minha questão de pesquisa se desdobra nos objetivos: *1) identificar as estratégias de governo que se constituem nos discursos que circulam nas páginas da Ação ABC Alfabetizando; 2) analisar como essas estratégias operam sobre as populações para manter os índices de analfabetismo reduzidos.*

Segundo Foucault (1995), a palavra estratégia é correntemente empregada em três sentidos: 1) para designar a escolha dos meios empregados para se chegar a um fim; 2) para designar a maneira pela qual tentamos ter vantagem sobre o outro; 3) para designar o conjunto dos procedimentos utilizados num confronto para privar o adversário dos seus meios de combate e reduzi-lo a renunciar à luta, isto é, dos meios destinados a obter a vitória. Assim, “[...] a estratégia se define então, pela escolha das soluções ‘vencedoras’.” (FOUCAULT, 1995, p. 248). Nesta pesquisa, a palavra estratégia é utilizada no sentido primeiro atribuído por Foucault.

Na analítica que empreendi, utilizei conceitos trabalhados por Michel Foucault – governo e discurso - como ferramentas teóricas que atravessam a pesquisa. Este estudo pauta-se no processo de desnaturalização, de problematização, de dúvida, de insatisfação com o já-sabido, como traz Corazza (2002, p. 113)

Que os movimentos da investigação que negam as confortáveis totalidades teóricas, onde repousam os já-sabidos, também neguem e desmantelem nossas mais belas crenças, princípios e práticas já estabelecidas. Que a dúvida não seja de ordem intelectual apenas, mas apanhe, para desmantelar, nossas mais queridas adesões, sólidas hipóteses e consolidadas práticas teóricas e pedagógicas.

Os movimentos mencionados por Corazza (2002) nem sempre são movimentos fáceis para quem é fruto da escola Moderna, em que as confortáveis totalidades teóricas respondem positivamente às nossas certezas. No entanto, ao escolher trilhar os caminhos dos estudos foucaultianos, busco trajetórias que desacomodam, que olham através de lentes que podem nos levar a descobrir espaços de luta diferentes dos que vêm nos aprisionando, do pronto e acabado. Este trabalho divide-se em sete capítulos: neste, em que me apresento, trago algumas das “notícias” da minha vida e das minhas experiências e situo teoricamente minha proposta de pesquisa.

No segundo capítulo, mostro que o conceito de analfabeto vem se modificando ao longo dos tempos e se re-atualizando nas diferentes épocas e contextos históricos vividos. No Brasil, muitas campanhas já foram desencadeadas para alfabetizar jovens e adultos. Assim, retomo, brevemente, as principais campanhas brasileiras e trago alguns índices de analfabetismo no país, no decorrer do tempo.

No terceiro capítulo, descrevo e delimito a *Ação ABC Alfabetizando* para situar o leitor em relação à mesma, bem como sua abrangência e seus desdobramentos. Mostro que o contexto da imigração alemã da região de abrangência da Ação ABC Alfabetizando se apresenta como condição de possibilidade para a emergência desta. Apresento os prêmios “Certificado Município Alfabetizado” e “Selo Município Livre do Analfabetismo”, e os municípios da região premiados pelo fato de manterem os índices de analfabetismo reduzidos.

No quarto capítulo, apresento por quais caminhos metodológicos optei para a realização deste trabalho, associando-os ao campo teórico, às ferramentas conceituais e ao problema de pesquisa. Neste mesmo capítulo, detenho-me com maior afinco à ferramenta foucaultiana do discurso, que será, junto ao governo, o fio condutor das discussões que empreendo.

Desenvolvo um capítulo teórico, o de número cinco, considerando especialmente, os conceitos e teorizações sobre governo e governamentalidade, desenvolvidos por Michel Foucault. Problematizo os discursos que posicionam o analfabeto como sujeito que representa risco social e de si mesmo, justificando a busca pela alfabetização.

No capítulo seis, trago os mitos, a mídia e a estatística como discursos que circulam nas páginas da Ação ABC Alfabetizando, constituindo-se em estratégias de governo, mobilizando os alfabetizandos, as autoridades e a comunidade para o alcance das metas de redução do analfabetismo na região.

Encerrando esta Dissertação, apresento, no último capítulo, algumas considerações que consegui traçar ao longo desta pesquisa, que não pretendem ser definitivas, mas que são oportunas para se compreender os caminhos percorridos e as escolhas feitas.

2. ALFABETIZAÇÃO / (AN)ALFABETISMO os conceitos imbricados na História

No presente capítulo, trago alguns conceitos sobre (an)alfabetismo, mostrando como os mesmos são revisados e se modificam ao longo da história. Problematizo a crença acerca da produção de sujeitos alfabetizados como catalizadores da economia e da produção, atribuindo aos mesmos a propulsão (ou não) do desenvolvimento pessoal e social. Enfoco o binômio alfabetização/escolarização, que se estabelece nos últimos dois séculos, promovendo a escolarização da alfabetização. Traço um breve histórico do analfabetismo no país, desde os tempos do Império até os dias atuais.

2.1 DAS CRENÇAS SOBRE ALFABETISMO E ALFABETIZAÇÃO

Cronologicamente, a palavra “analfabeto” é a de uso mais antigo, remontando ao início do século XVIII. No final do século XIX, passou a ser utilizada a palavra “analfabetismo” para designar o problema que envolvia o estado ou a condição de analfabeto. Depois, passaram a ser necessárias palavras para designar o novo estado ou condição de saber ler e escrever, e foram criadas: “alfabetizar” e “alfabetismo”, que derivam de “alfabeto”; e “alfabetização” e “alfabetizado”, que derivam de “alfabetizar”. (Mortatti, 2004). Nesta dissertação, terei preferência pelo uso dos termos alfabetização e alfabetismo.⁶

Valho-me da diferenciação utilizada por Trindade (2004a) para os termos *alfabetização* e *alfabetismo*. Ao utilizar o termo *alfabetização*, a autora salienta o *processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita* e, ao se referir a *alfabetismo*, destaca os *usos históricos, culturais, sociais, entre outros, que se fazem*

⁶ A tradução de *literacy* por alfabetismo é usada no texto de Graff (1990) e justificada em nota pelo editor por designar a qualidade ou estado de ser alfabetizado, expresso pela língua inglesa.

dessas *habilidades*, independentemente da qualidade e complexidade de domínio das mesmas. Ao longo dessa Dissertação, então, usarei os termos *alfabetização* e *alfabetismo* no sentido atribuído a eles por Trindade (2004a).

Analisando alguns aspectos da história da alfabetização, encontramos as mais diversas definições, situadas nos contextos históricos, com diferentes representações, produzidas e produtoras dos discursos científicos, interesses e modelos políticos vigentes.

Para Silveira (1999), o termo analfabetismo se generalizou como sendo a representação de quem não sabe ler e escrever e que, na Modernidade, era considerado bárbaro, bruto e incivilizado. Street (1999) reconhece que o uso popular do termo analfabeto, geralmente, significa ilógico, irracional. Para Cook-Gumperz (1991), o conceito de alfabetização é inseparável das circunstâncias específicas de nosso contexto histórico. Assim, as definições estão constantemente sendo redefinidas. No momento em que a definição de alfabetização se torna cada vez mais precisa e, ao mesmo tempo, se expande, a noção de analfabetismo torna-se fortalecida e enfática quanto à ausência das habilidades “funcionais” de leitura e escrita, aumentando a probabilidade de atribuir, ao analfabeto, características negativas e capacidades limitadas.

De outra perspectiva teórica, Ferraro (2005), no seu artigo intitulado “Analfabetismo no Brasil: um século de desconceitos”, menciona o inventário Paulo Freire, em que o teórico reúne uma série de concepções que chama de “distorcidas”, ainda hoje correntes, sobre o analfabetismo. Nesse artigo encontram-se termos como “erva daninha” – daí a expressão corrente de “erradicação do analfabetismo”- enfermidade, incapacidade, pouca inteligência, entre outras. Segundo o mesmo teórico, há ainda a visão messiânica, segundo a qual o analfabeto seria um “homem perdido” que precisaria ser “salvo”; uma visão nutricionista, segundo a qual o analfabeto é considerado “subnutrido”; a concepção do analfabetismo como “vergonha” e ainda a concepção da “natural inferioridade”, quando submetidos aos mitos da cultura dominante, ou seja, dos alfabetizados. Essa lista quase interminável e atual é utilizada para os múltiplos significados atribuídos aos termos analfabeto e analfabetismo, nos discursos da sociedade.

As comparações da alfabetização com um catalizador da mudança individual e social são feitas em escalas de tempo extensas, desde os períodos históricos recentes, até o passado clássico. Há o pressuposto de que existe uma progressão inevitável no relacionamento entre as taxas de alfabetização e o desenvolvimento socioeconômico de uma sociedade. Estudos históricos como de Graff (1990), Magalhães (2001) e Frago (1993) questionam e desnaturalizam essa verdade, mostrando que essa relação não ocorre, necessariamente. Graff (1990) chama de “mito do alfabetismo” as implicações decorrentes do conjunto de suposições presentes nas expectativas referentes às funções do alfabetismo/alfabetização e da escolarização para o progresso social e individual. Em sua análise sobre o mito, enfatiza a necessidade do alfabetismo e reconhece os efeitos que o mesmo tem na ampliação de capacidade das pessoas, bem como da melhoria das ações coletivas. Entretanto, o que ele considera problemático é universalizar tais efeitos para todas as sociedades e relacioná-las, necessariamente à alfabetização escolar.

Na apresentação da *Ação ABC Alfabetizando* há referência ao potencial que o Brasil está perdendo com os 16.261.935 analfabetos e destaca três aspectos. Primeiro, “[...] represando o crescimento pessoal de cidadãos em seu direito fundamental, a educação”; segundo, “[...] estagnando a evolução do seu conhecimento, da sua força de trabalho, da sua produtividade”: terceiro, “[...] reprimindo seu consumo e, principalmente, a sua e a nossa auto-estima” (ABC Alfabetizando, 20/04/08, p.7). Tais aspectos fortalecem o mito do alfabetismo, discutido por Graff (1990), pois ao analfabeto são atribuídos os problemas de desenvolvimento pessoal e social, desemprego e até a redução do consumo! Graff (1990, p. 32) afirma que “[...] se o presente nos ensina alguma coisa, é que os supostos lugares do alfabetismo e da escolarização não são sacrossantos nem muito bem compreendidos.” Sendo assim, podemos nos perguntar como e devido a quê razões acreditamos nos significados e nas concepções naturalizadas do alfabetismo, desde a Modernidade.

De acordo com Cook-Gumperz (1991), historicamente, a alfabetização é relacionada com a escolarização e o desenvolvimento econômico. No entanto, a atividade econômica não era a única razão para o desenvolvimento da alfabetização, uma vez que era bastante possível, no século XVIII, ganhar a vida sem habilidades de

escrita e leitura. Afirma também que havia uma multiplicidade de alfabetizações relacionadas com as práticas cotidianas. Analisa como a equação alfabetização/escolarização é pertinente aos últimos dois séculos.

Desse modo, a noção de uma única maneira de alfabetização é recente, surgiu entre os séculos XIX e XX com a escolarização da alfabetização. Isso se deu inicialmente como meio de trazer a alfabetização popular para o controle dos sistemas escolares públicos, e, assim, aguçar diferenciações sociais (agora relacionadas ao progresso escolar), e enfatizando a alfabetização escolarizada como parte do desenvolvimento pessoal e social, produzindo discursos estigmatizantes, relacionados à igualdade de condições, ao fracasso pessoal e à própria escolarização – discursos constituídos pelo analfabetismo.

A ideia do cidadão alfabetizado como “cidadão virtuoso”, desenvolvida discursivamente no século XIX, rearticula-se no século XX como “[...] um direito humano básico institucionalizado.” (COOK-GUMPERZ, 1991, p.45). Assim, cabe ao poder público, prover o acesso de todas as pessoas à alfabetização, inclusive àquelas que não o tiveram em idade apropriada – jovens e adultos.

Na segunda metade do século XX, surge o termo letramento⁷, também por influência do inglês *literacy*, que deriva do latim *littera* (letra), e denota “o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever” (SOARES, 1996, p17). Para Soares (2006), do ponto de vista individual, o aprender a ler e escrever – *alfabetizar-se*, deixar de ser *analfabeto*, tornar-se *alfabetizado*, adquirir a “tecnologia” do ler e escrever e envolver-se nas práticas sociais de leitura e de escrita – tem consequências sobre o indivíduo e altera seu estado ou condição em aspectos sociais, psíquicos, culturais, políticos, linguísticos e até mesmo econômicos. Street (2007, p.143), pesquisador inglês sobre o letramento, define-o como sendo o “[...] uso social da leitura e da escrita.” O autor defende que o letramento está alojado em práticas sociais as quais chama de práticas de letramento, que podem ser consideradas o “[...] elo entre as atividades da leitura e da escrita e as estruturas sociais em que estão inscritas e que ajudam a moldar.”

⁷ No Brasil, o termo foi cunhado por Mary Kato em seus estudos, em 1986. Seguem-se estudos de Tfouni (1995), Kleimann (1995) e Soares (1996), entre outros.

Graff (1990) considera imprescindível o estudo do contexto histórico em que se discute o alfabetismo, na medida em que ele se constitui em diferentes espaços, práticas e funções sociais. Tais práticas diferenciam-se conforme as necessidades que são atribuídas a certos contextos, sendo que podem surgir a partir das mais diferenciadas experiências. Muitas crianças, por exemplo, têm contato com livros de literatura infantil e jogos antes de entrarem na escola e iniciarem formalmente o processo de alfabetização. As pessoas, em geral, têm contato com artefatos comumente explorados em casa, como jornal, guia telefônico, bulas, receitas, listas de compras, recados, entre outros, cujo uso não depende só do domínio da leitura e da escrita, mas envolve o domínio e uso de novas tecnologias. Da mesma forma, somos interpelados por *slogans*, logomarcas, *outdoors*, filmes, músicas, desenhos, jogos, etc, constituindo-se em “marcas e produtos que alfabetizam crianças, jovens e adultos por meio do uso dessas novas tecnologias” (TRINDADE, 2005, p.130). Assim, concordo com Graff (1990), quando refere que “existem muitos tipos de alfabetismos” (p. 51) – o alfabético, o visual e o artístico, o espacial e o gráfico, o matemático, o simbólico, o tecnológico, o mecânico, o digital, o musical, entre outros.

Azevedo, (2008) em seu estudo, analisa as práticas de leitura na religião, nos grupos de estudos bíblicos assembleianos. Observa que, ao ir à igreja, a pessoa “participa” do ritual através dos cânticos, da leitura da bíblia e do acompanhamento da liturgia pelos folhetos. Para tal, não faz uso somente do texto, da leitura e da escrita, o que permite perceber a existência de múltiplos alfabetismos presentes em tempos e espaços sociais, inclusive anteriores à escolarização da alfabetização.

A diversidade de concepções e muitas discussões sobre o analfabetismo ainda relacionam a ausência de determinadas habilidades e a não-escolarização como consequência imediata da pobreza, produzindo discursos que transferem para a educação a solução das desigualdades sociais. Desse modo, cria estigmas sobre determinados grupos sociais. Definem os sujeitos analfabetos (não-escolarizados) e os pobres como “excluídos”, acreditando não possuírem as condições necessárias para atuarem na sociedade. Marzola (2001, p. 113) argumenta: “Mas afinal, do que ele é mesmo excluído, se trabalha, locomove-se, paga impostos, consome, vota, enfim, se desenvolveu estratégias para viver numa sociedade de cultura escrita?”

Assim, o analfabetismo é tomado como uma metáfora, um efeito discursivo que produz, cria representações e legitima condutas. Nesse sentido, as páginas da *Ação ABC Alfabetizando* constituem-se num artefato cultural que aloja discursos que interpelam as pessoas para que, de uma forma ou de outra, integrem-se à Ação, seja por indicação de analfabetos, pelo voluntariado ou pela elaboração/implantação de programas de alfabetização de jovens e adultos, transformando os analfabetos em alfabetizados.

2.2 O ANALFABETISMO NO BRASIL – alguns recortes

Apesar de ter havido queda no número de analfabetos do país a partir dos anos 1980, esse número ainda é grande. O IBGE (2000) estima que estes somam em torno de 16 milhões de pessoas (12,1%). O número se eleva se considerados os analfabetos funcionais. Atualmente, segundo o critério da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, é considerado analfabeto funcional é a pessoa que possui menos de quatro anos de escolaridade.

Por ter uma das maiores populações da América Latina, o Brasil também possui uma das maiores taxas de analfabetismo, levando a UNESCO a alertar para o fato de que “[...] o analfabetismo está comprometendo o futuro do Brasil, contribuindo para aumentar o número de excluídos.” (MORTATTI, 2004, p. 25).

Numa perspectiva histórica, é possível observar como o analfabetismo vem sendo tratado como questão política e social, desde o tempo do Império até os dias atuais. Noto, também, que o analfabetismo tem preocupado os Governos e órgãos internacionais, que realizam conferências e estabelecem acordos e metas a serem alcançados pelos países que possuem elevados índices.

Em 1872, ainda no Império, foi realizado o primeiro Censo brasileiro o qual acusou uma taxa nacional de analfabetismo de 82,3% entre pessoas de 5 anos ou mais, situação que se manteve inalterada até o início da República. No censo de 1890, a taxa passou a ser de 82,6%, valendo ao Brasil, na época, a fama de campeão mundial de analfabetismo. Como menciona Ferraro (2005), para a população de 10 anos ou mais, essa taxa devia estar em torno de 78% e, se considerada a população

adulta, a taxa devia ultrapassar os 80%. Naquela época, o Brasil se configurava num país agrário, latifundiário e escravocrata, e o analfabetismo se estendia por todo território nacional. Apenas a Capital do Império e a província do Rio Grande do Sul já evidenciavam os primeiros sinais de queda do analfabetismo.

Até o final do Império, não se havia colocado em dúvida a capacidade do analfabeto, que era característica da maioria da população, e a instrução não era condição para que o indivíduo participasse da classe dominante ou das principais atividades do país. Era admitido o voto do analfabeto, desde que possuísse bens e títulos. Nesse tempo, “[...] o não saber ler não afetava o bom senso, a dignidade, o conhecimento, a perspicácia, a inteligência do indivíduo; não o impedia de ganhar dinheiro, ser chefe de família, exercer o pátrio poder, ser tutor.” (PAIVA, 1987, p. 83). A instrução, como direito, era admitida a uma pequena parcela da população, pertencente à elite econômica, ficando excluídos os negros, os indígenas e grande partes das mulheres. Assim, a instrução se converteu em instrumento de identificação das classes dominantes, e ao analfabeto passou a ser associado o estigma da incompetência.

A reforma Leôncio de Carvalho, apresentada em 1878 e transformada em lei por decreto em abril de 1879, defendia a obrigatoriedade do ensino (PAIVA, 1987). Em seus argumentos, Leôncio de Carvalho defendia o que, na atualidade, denominamos de benefícios sociais e, principalmente, econômicos da educação:

[...] a instrução, moralizando o povo, inspirando-lhes o hábito e o amor ao trabalho, que é tanto mais fecundo quanto mais inteligente e instruído é aquele que o executa, desenvolve todos os ramos da indústria, aumentando a produção e, com esta, a riqueza e as rendas do Estado. (PAIVA, 1987, p.71)

Assim, a reforma considerava obrigatório o ensino entre 7 e 14 anos e eliminava a proibição aos escravos. Preconizava, ainda, a criação de escolas normais para formação de professores e a instalação de cursos para o ensino primário de adultos analfabetos. As escolas noturnas já existiam, de forma precária e irregular, em quase todas as províncias, desde 1870, entretanto sem adequação às reais necessidades de ensino para a faixa da população à qual eram destinadas.

No final do Império, o analfabetismo emergiu como problema nacional, eminentemente político, vinculado à questão eleitoral, contribuindo com a crise que levou à queda do Império, pois o Brasil “[...] estava sendo percorrido por um bando de

ideias novas, como o positivismo, o evolucionismo e o organizacionismo, ideias que se adequavam aos interesses e aspirações das novas classes e camadas sociais insatisfeitas.” (FERRARO, 2005, p. 190). Assim, foi contestado o sistema eleitoral indireto e censitário, criado pela Constituição de 1824. A Lei Saraiva, em 1881, que instituiu a eleição direta e a não-obrigatoriedade, negou o voto aos analfabetos pela primeira vez na história do país, exclusão que só foi sanada através da Constituição de 1988, decorridos mais de cem anos. O alistamento eleitoral passava a inscrever apenas os que “dominassem as técnicas da leitura e da escrita” (PAIVA, 1987, p. 82). Um dos argumentos para negar o voto aos analfabetos foi o de sua “incapacidade”, e o de sua “periculosidade”, como se constata nas palavras de Lafaiete Rodrigues Pereira – Ministro da Justiça,

[...] admita-se, senhores, que oito décimos da população brasileira do Império se compõe de analfabetos, eu pergunto-vos: a ignorância, a cegueira, porque se torna vasta e numerosa, porque se generaliza, adquire direito de governar? Se há no império 8/10 de analfabetos, esses 8/10 devem ser governados pelos 2/10 que sabem ler e escrever. O governo não pode pertencer à ignorância e à cegueira. (HOLANDA, apud FERRARO, 2005, p. 194).

Rui Barbosa⁸, em seu parecer sobre a restrição ao voto, defendia que a mesma serviria de estímulo aos analfabetos para que se instruissem, a fim de poderem participar da vida política, e aos poderes públicos que, buscando ampliar o número de eleitores, iriam dispendar maiores recursos com a instrução do povo.

A situação do analfabetismo, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, era assustador. O Censo de 1890 informava a existência de 85,21% de analfabetos na população total, e o de 1900 encontrou 75,78%. Esses índices eram motivo de “vergonha para a intelectualidade brasileira no início do século; era preciso colocar o Brasil entre os países ‘cultos’.” (PAIVA, 1987, p.85). Assim, o primeiro governo republicano cria a Secretaria de Negócios da Instrução Pública, em 1890, fundida, no ano seguinte, com o Ministério da Justiça. Nessa época, discutia-se o problema da centralização ou descentralização do ensino, sendo a primeira a mais defendida pelo Governo, atribuindo à União a tarefa de “animar o desenvolvimento da educação pública” (PAIVA, 1987, p. 86).

⁸ Integrante da Comissão de Instrução encarregada de estudar a reforma Leôncio de Carvalho. (PAIVA, 1987)

Em 1897 é publicado o primeiro decreto reorganizando a instrução pública nos moldes republicanos, cujos fins expressam o valor dado à instrução pelo governo republicano para o exercício do voto. É isso que mostra o excerto abaixo, extraído do relatório sobre o ensino primário, do inspetor-geral da Instrução, Manoel Pacheco Prates, em 1896, citado por Trindade (2004a):

[...] De sua solução depende o futuro dos povos, principalmente dos que, como o nosso, adoptaram a fôrma republicana, que tem sua base, sua vitalidade na escola, como proclamou a nossa lei fundamental, exigindo a instrução como condição para o exercício do voto, o mais elementar e o mais importante dever do cidadão livre. É a escola primária que fôrma as maiorias esclarecidas, seguros sustentáculos dos governos republicanos. (TRINDADE, 2004a, p. 111).

A abordagem dos problemas educacionais permanecia, praticamente, a mesma quando comparada aos últimos anos do Império. Iniciou-se então, na primeira década do século XX, uma campanha que tentaria levar a União a assumir um papel de maior responsabilidade em relação à instrução escolar, especialmente no que tange à aplicação de recursos financeiros para tal. Mas, foi somente a partir Primeira Guerra Mundial que se configuraram novas discussões a propósito dos problemas educacionais brasileiros, como a difusão do ensino elementar. Foi atribuído à precária difusão do ensino a responsabilidade pelos problemas e iniciou-se uma intensa campanha contra o analfabetismo. Surgiram programas que visavam à alfabetização das massas e programas culturais destinados aos trabalhadores.

Na década de 1920, surgiram os primeiros “profissionais da educação⁹”, introduzindo as ideias da escola renovada e estimulando as preocupações com o ensino. Difundiu-se e fortaleceu-se uma concepção humanitarista de educação e a ideia do analfabeto como incapaz encontrou sua formulação mais radical, como nas palavras de Miguel Couto¹⁰,

[...] o analfabeto não é só um fator considerável na etiologia geral das doenças, senão uma verdadeira doença, e das mais graves. Vencido na luta pela vida, nem necessidades, nem ambições, o analfabeto contrapõe o peso morto de sua indolência ou o peso vivo de sua rebelião a toda idéia de progresso, entrevedo

⁹ Segundo PAIVA (1987), são pessoas que frequentemente não possuem formação específica; são autodidatas dispostos a estudar o assunto e dar opiniões que deixam de lado o aspecto político da questão. Voltam-se para o funcionamento dos sistemas escolares, sua eficiência e seu rendimento. Oferecem soluções para a administração das escolas, formação de professores, para elaboração de currículos e métodos, para a organização dos cursos (p.103).

¹⁰ Miguel Couto era membro da Academia de Medicina do Rio de Janeiro na década de 1920.

sempre, na prosperidade dos que vencem pela inteligência cultivada, um roubo, uma extorsão, uma injustiça. (PAIVA, 1987, p.99).

E continua,

[...] o analfabeto é um microcéfalo: a sua visão física estreitada, porque embora veja claro, a enorme massa de noções escritas lhe escapa; pelos ouvidos passam palavras e idéias como se não passassem; o seu campo de percepção é uma linha, a inteligência, o vácuo; não raciocina, não entende, não prevê, não imagina, não cria. (Ibidem)

A educação era encarada como o principal problema nacional e andava na contramão do desejo de ser uma Nação grande e forte, conforme os ideais nacionalistas da época. Nesse sentido, era preciso combater a microcefalia e a educação era o instrumento desse combate.

Assistiu-se a uma verdadeira cruzada contra os altos índices de analfabetismo e essa discussão se desenvolveu em ligação com os temas do serviço militar obrigatório e da nacionalização do ensino nas cidades do Sul. O serviço militar obrigatório passa a ser visto como meio de incorporar os filhos dos imigrantes à vida cívica brasileira, tornando-os “verdadeiros homens” (PAIVA, 1987, p.96), tarefa completada pela nacionalização do ensino. A necessidade de difundir e nacionalizar o ensino é ressaltada pelo elevado número de analfabetos e pela alta porcentagem de teuto-brasileiros que não sabiam falar português, entre os sorteados para o serviço militar. Nesse período, houve também um forte movimento em favor da difusão quantitativa do ensino, com o objetivo de “desanalfabetizar o país” (PAIVA, 1987, p.101).

O início da década de 30 foi marcado pela ascensão de Getúlio Vargas ao poder e por sua permanência nele por meio de um golpe de estado alguns anos mais tarde. Ao assumir a presidência da República, uma das primeiras atitudes do Governo Vargas, em 14 de novembro de 1930, foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Públicas. Logo após a revolução de 30, intensificaram-se as reivindicações de medidas a favor da democratização do ensino e da responsabilidade da União pela educação em todos os níveis, através de uma política nacional. Cobrou-se a intervenção da União a favor do ensino público, obrigatório, leigo e gratuito. Em 1932, foi fundada a Cruzada Nacional de Educação, pois o analfabetismo apareceu, novamente, como principal problema da Nação. Acreditava-se que “[...] a campanha contra o analfabetismo precisava ter caráter

de salvação pública [...]” e o objetivo de sua atuação era “[...] lutar para apagar a mancha vergonhosa do analfabetismo que degrada e avilta o Brasil.” (PAIVA, 1987, p. 121).

A Constituição de 1934, em seu Art. 150, atende às reivindicações dos movimentos a favor do ensino, atribuindo ao Governo Central competência para “fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; a coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do país; exercer ação supletiva, onde se faça necessária por deficiência de iniciativa e de recursos”. Reconhecia a educação como direito de todos, devendo o ensino primário ser “gratuito e integral e de frequência obrigatória, extensivo aos adultos” (PAIVA, 1987, p.124). Fixava as porcentagens mínimas a serem aplicadas na educação pelo Governo Central e Municípios (10%) e pelos Estados e Distrito Federal (20%). Assim, estavam fixadas as bases para uma política nacional de educação e, pela primeira vez, a educação de jovens e adultos era reconhecida e recebia um tratamento particular.

A partir de 1940, o Estado brasileiro aumentou suas atribuições em relação à educação de jovens e adultos, e as ações desenvolvidas nesse âmbito podem ser entendidas num quadro de expansão dos direitos sociais de cidadania, em resposta à presença de amplas massas populares que se urbanizavam e pressionavam por mais e melhores condições de vida. Os direitos sociais concretizavam-se em políticas públicas, “como estratégia de incorporação dessas massas urbanas em mecanismos de sustentação política dos governos nacionais” (HADDAD e DI PIERRO, 2000, p.111). Também atendia à finalidade de prover qualificações às forças de trabalho, a fim de o Brasil se realizar como Nação desenvolvida.

Assim, desde a década de 1940, o Brasil realiza campanhas de alfabetização¹¹ seguindo recomendações de entidades internacionais como a Organização das Nações Unidas – ONU e a UNESCO. No final da década de 1940 até o início da década de 1960, desenvolveu-se a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEEA (1947-1963), sendo considerada a primeira campanha de educação que atingiu o meio rural. Um dos objetivos da campanha, segundo Paiva (1987, p. 197), era “[...]”

¹¹ Um estudo mais aprofundado sobre campanhas de alfabetização pode ser encontrado em PAIVA (1987) e TRAVERSINI (1998).

integrar os imigrantes e seus descendentes nos Estados do Sul [...]”, procurando fazer com que os imigrantes passassem a ser assimilados ao país pela via educacional, enfatizando o nacionalismo daquela época. A concepção de analfabeto vigente nessa época era o de marginal e incapaz para se inserir nos processos produtivos e de modernização que o país necessitava. Nas palavras de Lourenço Filho¹², citados por Paiva (1987, p.179),

Devemos educar os adultos, antes de tudo para que esse marginalismo desapareça, e o país possa ser mais coeso e mais solidário; devemos educá-los para que cada homem ou mulher melhor possa ajustar-se à vida social e às preocupações de bem-estar e progresso social. E devemos educá-los porque esta é a obra de defesa nacional, porque concorrerá para que todos melhor saibam defender a saúde, trabalhar mais eficientemente, viver melhor em seu próprio lar e na sociedade em geral.

Na década de 1950, realizou-se a Campanha Nacional de Educação Rural - CNER, que teve como objetivo “[...] contribuir para acelerar o processo evolutivo do homem rural [...]” (PAIVA, 1987, p. 197), em que se desenvolviam programas educativos através de uma equipe multiprofissional, composta por agrônomos, médicos, veterinários, assistentes sociais, entre outros. As missões educativas penetravam o meio rural para incentivar a elevação dos padrões de vida, acreditando que a solução dos problemas coletivos viria através da educação e da organização comunitária.

No final da década de 1950, foi implementada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo – CNEA, dirigida à população rural e urbana, entendendo o desenvolvimento educacional como condição prévia para o desenvolvimento econômico. Além dos programas para jovens e adultos, foram realizadas outras ações como: ampliação da rede escolar, promoção automática dos alunos das primeiras séries e os salários dos professores condicionados à frequência e à aprovação dos alunos. Mais uma vez, ocorreu a falência das campanhas de massa promovidas pelo DNE – Departamento Nacional de Educação. Ainda assim, esse período constituiu-se naquele em que se desenvolveu a maior mobilização no campo da educação de adultos e, quando da realização do II Congresso Nacional de Educação de Adultos no Rio de

¹² Lourenço Filho era teórico do tema Educação e Segurança durante o Estado Novo (1947), dirigente da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos

Janeiro, percebia-se uma grande preocupação dos educadores em redefinir as características específicas e um espaço próprio para essa modalidade de ensino.

Nos primeiros anos da década de 1960, houve um destaque acentuado dos movimentos ligados à cultura, com a missão de resgatar a valorização do saber popular. Entre eles, Movimento de Educação de Base (da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), Movimentos de Cultura Popular, Centros de Cultura Popular e o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura. Esses movimentos eram integrados por estudantes, artistas, intelectuais, entre outros. Nesses anos, as características próprias da educação de adultos passaram a ser reconhecidas e, à medida que se dava relevância ao acesso aos conhecimentos universais como direito de todo cidadão, a educação de adultos passou a ser reconhecida, também, como um poderoso instrumento de ação política.

Com o golpe militar de 1964, foi produzida uma ruptura política e os movimentos de educação e cultura foram reprimidos e seus ideais, censurados. O Programa Nacional de Alfabetização foi interrompido, seus dirigentes foram presos e os materiais apreendidos, configurando-se na resposta do Estado autoritário aos programas de educação de adultos cujas ações de natureza política contrariavam os interesses impostos pelo golpe militar. Enquanto ocorriam as ações repressivas, no plano oficial, foi incentivada a Cruzada ABC (1966-1970) – Cruzada de Ação Básica Cristã, nascida no Recife e dirigida por evangélicos norte-americanos, que “servia de maneira assistencialista aos interesses do regime militar” (HADDAD e DI PIERRO, 2000, p.114). Essa campanha foi incorporada e sucedida pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL como movimento de caráter nacional a partir dos anos 1970.

Criado na década de 1970, o MOBRAL(1970-1985) foi o programa educacional de maior repercussão no país e fora dele. O MOBRAL buscou o entusiasmo popular através de estratégias como convênios com estados, municípios e entidades privadas, apoio da população local e intensa propaganda. O objetivo era erradicar, em dez anos, o analfabetismo – classificado como “vergonha nacional¹³” - o que não se realizou. Esse movimento adotou uma organização operacional descentralizada através de Comissões Municipais, que se encarregavam de “executar a campanha nas comunidades,

¹³ Palavras do presidente brasileiro – General Emílio Médici (1970).

promovendo-as, recrutando analfabetos, providenciando salas de aula, professores e monitores” (HADDAD e DI PIERRO, 2000, p.115). Essas comissões eram formadas pelos representantes das comunidades, aqueles mais identificados com a estrutura do governo autoritário. A direção do processo educativo era centralizada através de Gerência Pedagógica Central, encarregada da organização, programação, de execução e da avaliação do processo educativo. O material didático incluía os “Livros-cadernos de Integração”, destinados à alfabetização e iniciação em conhecimentos relativos ao lar, à comunidade, à Pátria e à consolidação de hábitos e atitudes. A estrutura adotada pelo MOBREAL favorecia ao objetivo político de implantação de uma “campanha de massa com controle doutrinário” (HADDAD e DI PIERRO, 2000, p.115), especialmente no interior, pois se acreditava que o campo apresentava grandes riscos políticos e crescente tensão. O programa foi extinto em 1986, surgindo em seu lugar a Fundação Educar.

Em 1971, a Lei 5.692/71 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - institucionaliza o Ensino Supletivo, com o objetivo de “suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria” (artigo 22). A Constituição de 1988 reconhece a escolarização como direito de todos e a responsabilização do Estado pela oferta gratuita do ensino aos jovens e adultos, reafirmada pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996, Lei 9394/96.

Em 1990, realizou-se a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, em que foi aprovada a Declaração Mundial de Educação para todos. Nesse encontro, foi consagrada a ideia de que a alfabetização não pode ser separada da pós-alfabetização. Os países participantes¹⁴ da conferência, entre eles o Brasil, definiram a Educação Básica como prioridade da década.

Em dezembro de 1993, os líderes dos países signatários da Conferência Mundial da Educação para Todos aprovaram, por aclamação, e assinaram a Declaração de Nova Delhi, através da qual reafirmaram a realização de esforços para o cumprimento das metas estabelecidas em 1990. Nessa declaração, afirmaram que o desenvolvimento do país depende da garantia de educação para todos, ratificando

¹⁴ Participaram da Conferência Mundial da Educação Para Todos em Jomtien, na Tailândia, a Indonésia, China, Bangladesh, Brasil, Egito, México, Nigéria, Paquistão e Índia.

assim, o compromisso de garantir “[...] as necessidades básicas de aprendizagem de todos os nossos povos tornando universal a educação básica e ampliando as oportunidades de aprendizagem para crianças, jovens e adultos.” (Declaração de Nova Delhi, 1993, p. 1).

A Educação Básica foi delineada com vistas à aprendizagem e ao desenvolvimento humano permanente, o que contribuiria para cada país construir, sistematicamente, níveis e tipos mais adiantados de educação e capacitação, devendo, portanto, ser proporcionada às crianças, aos jovens e aos adultos. Para tanto, seria necessário universalizá-la, melhorando sua qualidade, buscando reduzir as desigualdades entre os sujeitos.

Os programas de alfabetização foram enfocados como indispensáveis, pois acredita-se que o saber ler e escrever constitui-se numa capacidade necessária em si mesma, além de ser fundamento de outras habilidades vitais.

Criado após o compromisso assumido em Jomtien e Nova Delhi, o Programa de Alfabetização Solidária¹⁵ - PAS - foi instituído pelo Ministério da Educação em 1997, novamente com a meta de erradicar o analfabetismo no Brasil, que também não conseguiu atingir a meta.

Na realização do Fórum Mundial de Educação, que ocorreu em Dakar, no Senegal, em 2000, a cúpula mundial de educação, novamente, comprometeu-se a alcançar os objetivos e metas da Educação para Todos. O lema central da discussão foi “educar todos os cidadãos de todas as sociedades”. Dessa discussão, resultou o Marco de Ação de Dakar: cumprimento dos compromissos coletivos assumidos em 1990. No item IV do Marco, que trata das metas, é estabelecido: “atingir, em 2015, 50% de melhora nos níveis de alfabetização de adultos, especialmente mulheres, e igualdade de acesso à educação fundamental e permanente para todos os adultos.” (UNESCO/CONSED, 2001, p. 19). Os pontos referentes a esse item lembram que todos os adultos têm direito à educação fundamental, a começar pela alfabetização; que a educação de adultos precisa ser ampliada, devendo “[...] ser reconhecido o papel vital desempenhado pela alfabetização na aprendizagem por toda vida, em modos de vida

¹⁵ Estudos detalhados do Programa foram realizados por Vieira (2001), Gomes (2002), Rodrigues (2003) e Traversini (2003).

sustentáveis, na boa saúde, na cidadania ativa e na melhor qualidade de vida dos indivíduos, comunidades e sociedades.” (p.19). No ponto 39, do mesmo item, está expresso:

Recursos suficientes, programas de alfabetização bem definidos, professores com melhor formação e uso inovador de tecnologias são essenciais para promover essas atividades. Especialmente importante é a utilização crescente de metodologias de aprendizagem práticas e participativas, desenvolvidas por organizações não-governamentais que vinculam alfabetização à outorga de poder e ao desenvolvimento local. O êxito dos esforços de educação de adultos na próxima década será demonstrado essencialmente por uma redução substancial das disparidades entre as taxas masculina-feminina e urbana-rural. (UNESCO/CONSED, 2001, p. 20).

Diante dos compromissos assumidos em Dakar, governos, organizações não-governamentais e sociedade são convocados para a mobilização em prol da alfabetização de jovens e adultos. Assim, podemos pensar a *Ação ABC Alfabetizando*, como uma Ação quem vem amparada por esses compromissos e se instituiu, não como quem realiza, mas sim como quem promove ações: na comunidade, nas instituições e, especialmente, nos governos municipais, com a produção de programas de alfabetização de jovens e adultos.

O Programa Brasil Alfabetizado, do governo federal, está em ação desde 2003, e sua ênfase centra-se na universalização da alfabetização de jovens e adultos com quinze anos ou mais. Alguns dos municípios da região de abrangência da *Ação ABC Alfabetizando* adotaram o mesmo. Nota-se, no entanto, que a adesão é pequena e o programa é preferido por municípios com maior população.

Procurei mostrar, neste capítulo, como, ao logo da história, são produzidos (e se produzem) deslocamentos na concepção do analfabetismo e na constituição de quem se considera analfabeto, seja na maneira de concebê-lo ou caracterizá-lo. Ainda que as campanhas de alfabetização no Brasil sejam recorrentes, sempre com o objetivo de acabar com o analfabetismo, o país possui 14.000.000 (10%) de analfabetos (IBGE 2007). Se levarmos em conta a lei da obrigatoriedade do Ensino (1947), podemos pensar sobre como estamos produzindo analfabetos em nossas escolas, pois, considerando o exposto, há alguns anos não deveríamos ter jovens e adultos analfabetos no nosso país.

3. A AÇÃO ABC ALFABETIZANDO: governando Governos?

O que faz que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 1998b, p.8).

Neste capítulo caracterizo a *Ação ABC Alfabetizando*. Penso ser importante trazer informações que esclareçam como esta Ação se institui, amparada, sobretudo, no discurso da alfabetização como constituidora da cidadania e do desenvolvimento. Nesse sentido, tem-se, na redução dos índices de analfabetismo, uma condição de possibilidade para alavancar o desenvolvimento pessoal, social e econômico da região¹⁶. Assim, alfabetizar é preciso, e constitui-se num compromisso com a história de uma região colonizada por imigrantes alemães, que em sua maioria já aportaram nestas terras, alfabetizados. A *Ação ABC Alfabetizando* vêm reiterar este compromisso com a história passada, mas é, também, afinada com a história presente, dentro de uma racionalidade neoliberal, na qual “o social subordina-se ao econômico” (VEIGANETO, 2000, p.198). Num jogo de poder-saber, produz e faz circular discursos que, por sua vez, induzem e produzem programas de alfabetização de jovens e adultos nos municípios, reduzindo os índices de analfabetismo.

3.1. O CONTEXTO DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ DA REGIÃO

“Erradicar os analfabetos em nosso município é um compromisso com a nossa história. Estamos comemorando os 180 anos da imigração alemã e sabemos o quanto o processo imigratório esteve comprometido com a educação. Basta ver o grande número de escolas que surgiram como resultado da vinda dos imigrantes germânicos à região”. (NH, 14/06/04, p.7)
(grifos meus)

¹⁶ A Ação ABC Alfabetizando é de abrangência regional, englobando as microrregiões Vale do Rio dos Sinos, Vale do Paranhana e Vale do Rio Caí – RS, que serão especificadas na seção seguinte.

Considerando que as cidades que compõem a região investigada são, na grande maioria, de imigração alemã e originários de São Leopoldo - RS¹⁷, penso ser importante trazer o contexto no qual elas se instituíram e, de que forma esse contexto pode se constituir numa condição de possibilidade para os baixos índices de analfabetismo que essa região apresenta historicamente.

Quando chegaram ao Brasil, nas primeiras décadas do século XIX, os primeiros contingentes de imigrantes de fala alemã¹⁸ trouxeram sua cultura, costumes, comportamentos e tradições que auxiliaram na organização das comunidades que aqui se desenvolveram. Encontraram inúmeras dificuldades, dentre as quais o não cumprimento de promessas (algumas delas em conflito com a legislação brasileira) feitas quando da imigração, como: terras não demarcadas, não pagamento de subsídios e a não oferta de escolas públicas para os filhos dos imigrantes. Assim, enquanto não havia lugar específico e professor para ministrar aulas, um dos colonos assumia as funções de professor em uma das casas da picada, onde participavam das aulas os filhos dos vizinhos e de parentes. Rambo (1956) apresenta um depoimento extraído de uma correspondência de um imigrante, datada do ano de 1832: “Escolas regulares, como na Alemanha, aqui ainda não existem, e as que existem estão tão distantes que não podemos mandar nossas crianças para lá; por esta razão instruímos, do melhor modo que podemos, nós próprios as crianças” (RAMBO, 1956, p.114). A primeira escola pública fundada na Província de São Pedro, segundo Kreutz (1996), data de 1770 e, em 1824, ano da chegada dos primeiros imigrantes alemães em São Leopoldo, havia “oito aulas [dizia-se assim!] públicas, porém quatro estavam sem professor” (ibidem, p.145). Ainda no final do século XIX, segundo Kreutz (2000), a situação da instrução no Rio Grande do Sul era muito deficiente, sendo que, na década

¹⁷ Bredemeyer (2010) menciona que a Colônia de São Leopoldo, pertencente à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1824), recebeu os primeiros imigrantes alemães do Rio Grande do Sul. Instalaram-se na Colônia Alemã da Feitoria, criada com a extinção da Feitoria do Linho Cânhamo - tecelagem às margens do Rio dos Sinos em que trabalhavam escravos a serviço do governo imperial.

¹⁸ Bredemeyer (2010) discute o termo “imigrantes alemães”, argumentando que na época em que os imigrantes deixaram sua terra natal, não existia a nação alemã como a conhecemos hoje. Tratava-se de um conjunto de ducados, condados e principados politicamente independentes ou fracamente unidos por acordos comerciais, sendo que o elo que os unia era sua língua comum, o alemão. Assim, a autora tem preferência pelo uso do termo “imigrantes de fala alemã” (BREDEMEYER, 2010, p.53).

de 1890, período de maior entrada dos imigrantes, o Brasil tinha uma população de mais de 80% de analfabetos.

A organização religiosa e a organização das escolas, pelos imigrantes, estavam intimamente associadas, sendo que a igreja e, principalmente, a escola foram as primeiras instituições fundadas pelos imigrantes alemães para garantirem a sobrevivência do grupo social e cultural.

Há uma característica marcante das colônias alemãs. Nelas providencia-se em primeiro lugar uma escola. Ela serve ao mesmo tempo como templo, até que se dispunha dos meios para mandar construir uma igreja (NIEMEYER, 1926 apud RAMBO, 1994, p.18).

Kreutz (1996, 2000) indica que foi a partir de escolas particulares, cujas aulas ocorriam na casa de um dos imigrantes e em que o ensino era ministrado na língua alemã, que se estruturou a rede particular de escolas nas colônias alemãs na Província de São Pedro. Essas primeiras escolas foram chamadas de *comunitárias (Gemeindeschulen)*, sendo que eram católicas ou evangélicas de acordo com a colônia em que se localizavam.

As *escolas comunitárias* foram criadas e mantidas pelos imigrantes nos estados onde se concentraram em núcleos rurais, etnicamente homogêneos, a partir das respectivas lideranças religiosas, tendo, desse modo, forte conotação étnica e confessional cristã. A organização num conjunto de 80 a 100 famílias, aproximadamente, com suas pequenas propriedades, favorecia a dinâmica comunitária nos núcleos em torno de um centro com infra-estrutura de artesanato, comércio e atendimento religioso-escolar. Constituíam-se no centro polarizador da vida comunitária, além de preencher a função específica de alfabetizar, educar, doutrinar as crianças e servir como espaço de devoção. Naquela época, a família e a comunidade se responsabilizavam pela complementação da educação de seus filhos.

Além das escolas comunitárias, houve um número significativo de escolas particulares mantidas por congregações religiosas, seguindo especificações étnicas do país de origem da mantenedora, e também escolas étnicas particulares laicas, em menor número. Diversas dessas escolas particulares, tanto as de congregação religiosa como as laicas, tornaram-se conhecidas como centros de excelência no ensino.

Segundo Kreutz (2000), em 1937, havia, no Brasil, 1579 escolas étnicas de imigrantes alemães.

Os imigrantes alemães trouxeram na bagagem o valor da escolarização. Kreutz (2000) traz o registro da Secretaria da Agricultura de São Paulo, que constatou que o índice de alfabetização era 91,1% entre os imigrantes alemães que entraram pelo Porto de Santos entre 1908 e 1932. Tomando um período um pouco mais longo e falando não apenas dos que entraram pelo Porto de Santos, e sim dos imigrantes que entraram no Brasil entre 1908 e 1941, 87,2% dos alemães eram alfabetizados. (ibidem, p.160). Kreutz (2000) refere que, nas pesquisas sobre o processo escolar dos imigrantes alemães no Brasil, é comum encontrar referências sobre a concepção de que todos deveriam ser escolarizados, aplicando-se, inclusive, “sanções religiosas severas para quem não fosse à escola” (ibidem, p. 162). Em entrevistas realizadas pelo autor com ex-professores, constatou que os mesmos foram unânimes no depoimento de que, ainda na década de 1930, haviam sido poucos os casos de analfabetismo em comunidades rurais teuto-brasileiras¹⁹.

Kreutz (2000) menciona que os imigrantes pressionaram o Estado em favor de escolas públicas. Não tendo condições ou política prioritária para a oferta de escolas, o governo estimulou os imigrantes a abrirem escolas étnicas²⁰. O administrador de São Leopoldo, núcleo original dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, em 1890, relatou ao Presidente da Província sobre a deficiência de escolas públicas, havendo apenas três escolas públicas, ao passo que havia 23 escolas da imigração alemã, das quais apenas uma ensinava em português²¹.

Kreutz (2000) aponta em seus estudos que as escolas comunitárias não se desenvolveram de forma isolada, cada uma restrita a seu núcleo rural. Assumidas pelas respectivas comunidades, estavam vinculadas a uma instância maior, na qual promoviam a coordenação e a animação do processo escolar como todo um conjunto de estruturas de apoio, sempre em inter-relação com outras instâncias socioculturais

¹⁹ *Deutschbrasilianer* - categoria que vai se constituindo na segunda metade do século XIX para definir o duplo pertencimento: à etnia alemã enquanto referência cultural e ao Estado brasileiro enquanto pertencimento político (KREUTZ, 1999, p 151).

²⁰ Escolas mantidas por determinado grupo étnico, preservando seus costumes, sua cultura e sua língua (KREUTZ, 2000).

²¹ Sobre o uso das línguas portuguesa e alemã nas regiões de imigração alemã, ver Tese de Bredemeyer (2010).

das respectivas etnias. Assim, a formação do professor, a produção de material didático, a frequência obrigatória à escola não eram tratadas como questões isoladas. Faziam parte de um todo maior. Isso significa dizer que a escola estava bem enraizada no contexto cultural da população e ser alfabetizado era considerado algo natural. O ser alfabetizado estava sendo entendido como algo constitutivo da identidade cultural desta comunidade.

Herdeira da cultura de valorização da instrução, a região de abrangência da *Ação ABC Alfabetizando*, considerada berço da imigração alemã desde suas origens, apresenta um quadro favorável em relação à alfabetização. Segundo Faleiro (2004, p. 11), já em 1931, o município de São Leopoldo - RS apresentava um índice de analfabetismo de 8,11%, o que era considerado bastante baixo na época em relação à situação brasileira. O índice de analfabetismo no Brasil, em 1940, era de 55,9%. Dos 44 municípios que compõem a região de abrangência da *Ação ABC Alfabetizando*, 29 (65,9%) desmembraram-se do originário município de São Leopoldo, como mostra o quadro seguinte:

Municípios que compõem a *Ação ABC Alfabetizando*

Oriundos de São Leopoldo		Não oriundos de São Leopoldo	
		Colonização alemã	Colonização mista
Alto Feliz	Nova Hartz	Gramado	Canela
Araricá	Nova Santa Rita	Harmonia	Brochier
Bom Princípio	Novo Hamburgo	Igrejinha	Montenegro
Campo Bom	Picada Café	Marata	Rolante
Canoas	Portão	Nova Petrópolis	São Francisco de Paula
Capela de Santana	Presidente Lucena	Parobé	
Dois Irmãos	Santa Maria do Herval	Parei Novo	
Estância Velha	São José do Hortêncio	Salvador do Sul	
Esteio	São Leopoldo	Taquara	
Feliz	São Sebastião do Caí	Três Coroas	
Ivoti	São Vendelino		
Lindolfo Collor	Sapiranga		
Linha Nova	Sapucaia do Sul		
Morro Reuter	Tupandi		
	Vale Real		

A referência à imigração alemã faz-se presente nos discursos encontrados nas páginas da *Ação ABC Alfabetizando*, como mostra a epígrafe que abre esta seção, referindo o comprometimento dos imigrantes alemães com a alfabetização e atribuindo aos municípios um compromisso “com a história” em relação à alfabetização. Trago, a seguir, mais alguns excertos que demonstram a vinculação entre imigração/alfabetização/história.

Lembremos que os imigrantes, antes do templo, construíram sala de aula para que as crianças não crescessem analfabetas. E, quando não havia professor, o mais preparado deles assumia a função. O esforço pela alfabetização tinha outra razão evidente: ler a Bíblia. É isso que nos contam os historiadores da imigração. (NH, 06/03/06, p.7)

*Pelos dados do IBGE, aqui se encontram os melhores níveis de alfabetização. Qual o motivo? **O crédito é dado à colonização alemã, que trouxe com os nossos primeiros imigrantes a religiosa obrigação de ler diariamente a Bíblia.** (NH, 30/01/06, p.7)*

*“[...] em uma alusão ao período da colonização, Rigotto lembrou que **dentre os legados dos primeiros imigrantes está a educação. ‘Uma das coisas que eles fizeram assim que chegaram foram as escolas, uma demonstração da preocupação que tinham com a educação. O que a imigração trouxe fez a região, o estado e o país crescer. Temos que olhar para trás e trazer esse exemplo para os dias atuais’.** (NH, 26/07/04, p. 7)*
(grifos meus)

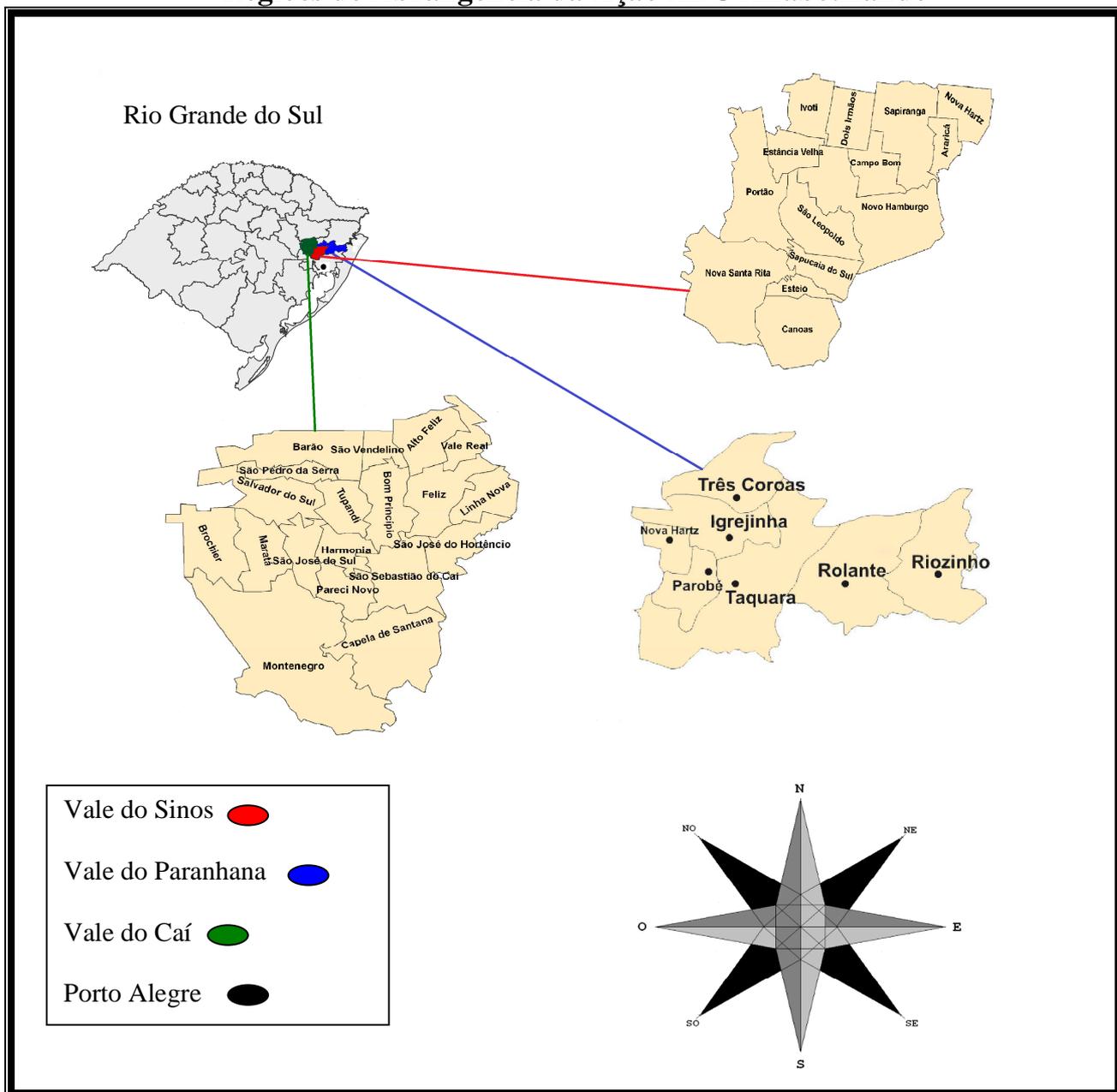
A partir dos excertos selecionados, pode-se notar que é atribuído à região um compromisso histórico com a alfabetização. À colonização alemã é dado o “crédito” de aqui (na região) se encontrarem os melhores índices de alfabetização do país, servindo de exemplo, nas palavras de Rigotto²², para o estado e o país. Assim, podemos pensar que, se por um lado o “compromisso histórico com os imigrantes” se apresenta como condição de possibilidade para a *Ação ABC Alfabetizando* se instituir nesta região, com o objetivo de manter os índices de analfabetismo reduzidos, honrando os antepassados, por outro lado, essa mesma história de cultura e valorização da alfabetização da região, favorece o sucesso da Ação.

Como já mencionado na apresentação da *Ação ABC Alfabetizando*, sua região de abrangência compõe os Vales do Rio dos Sinos, Caí e Paranhana. Esses Vales equivalem a regiões que, no Rio Grande do Sul, denominam-se Conselho Regional de

²² Germano Rigotto foi Governador do Estado do Rio Grande do Sul no período 2003-2006.

Desenvolvimento - COREDES²³. A Ação ABC Alfabetizando abrange, na grande maioria, os municípios dos COREDES: 1- Vale do Sinos, 2- Paranhana & Encosta da Serra e 3- Vale do Caí.

Regiões de Abrangência da Ação ABC Alfabetizando



Fonte: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes.php. Acesso em 26/07/2010.

²³ Os COREDES tem como missão a construção de parcerias sociais e econômicas, em nível regional, através da articulação política dos interesses locais e setoriais em torno de estratégias próprias e específicas de desenvolvimento para as regiões do Rio Grande do Sul.

O quadro a seguir apresenta alguns dados sobre essas regiões, com o objetivo de situá-las em relação ao Estado do Rio Grande do Sul. A partir destes, verificamos que a população que compõe essas regiões equivale a 15,6% da população do estado do Rio Grande do Sul. As três regiões apresentam índices de analfabetismo menores do que o índice do Estado, e nota-se que ao maior Produto Interno Bruto - PIB equivale o menor índice de analfabetismo. Não é objetivo desta Dissertação analisar esses dados, e sim, trazê-los, apenas, como ilustração do contexto em que a *Ação ABC Alfabetizando* está inserida.

	Vale do Rio do Sinos	Vale do Caí	Paranhana & Encosta da Serra	Rio Grande do Sul
População(2008) habitantes	1.287.805	162.277	201.612	10.582.840
Área(2008) - km ²	1.398,5	1.854,0	1.734,6	281.748,53
Taxa de analfabetismo(2000)	4,8%	4,91%	6,34%	6,7%
Expectativa de vida(2000)	71,76 anos	75,12 anos	73,23 anos	71,6 anos
PIB per capita (2007)	R\$ 19.922	R\$ 15.840	R\$ 11.242	R\$ 18.771
Municípios	Araricá, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul	Alto Feliz, Barão*, Bom Princípio, Brochier, Capela de Santana, Feliz, Harmonia, Linha Nova, Maratá, Montenegro, Pareci Novo, Salvador do Sul, São José do Hortêncio, São José do Sul*, São Pedro da Serra*, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Tupandi, Vale Real	Igrejinha, Lindolfo Collor, Morro Reuter, Parobé, Presidente Lucena, Riozinho*, Rolante, Santa Maria do Herval, Taquara, Três Coroas	
*Municípios que não integram a <i>Ação ABC Alfabetizando</i>				

Fonte: www.ridus.org.br/coredesrs/sitemgr - Acesso em 15/04/10.

É necessário fazer o registro de que quatro municípios das regiões citadas não integram a *Ação ABC Alfabetizando*. São eles: os municípios de Barão, São José do Sul e São Pedro da Serra (COREDE Vale do Caí) e o município de Riozinho (COREDE Vale do Paranhana&Encosta da Serra). No entanto, outros quatro municípios, de outra região, integram a *Ação ABC Alfabetizando*, que são: os municípios de Nova Petrópolis, Canela, Gramado (COREDE Região das Hortênsias) e São Francisco de Paula (COREDE dos Campos de Cima da Serra). As páginas da *Ação* não fazem referência a esse fato e não mencionam a Região das Hortênsias e dos Campos de Cima da Serra como integrantes da *Ação*.

Voltando meu olhar para os municípios que receberam o título de “Município Alfabetizado” até 2008, verifico que 21 dos 26 municípios (80,7%) têm origem em São Leopoldo, o que nos leva a pensar que esses municípios emergem no interior do contexto da imigração alemã. A partir dos recortes históricos trazidos nesta seção, procuro mostrar como a alfabetização e a educação eram priorizados por esta cultura. Assim, as gerações foram se alfabetizando e contribuindo para o alcance de elevados índices de alfabetização destes municípios. Como mostrou Traversini (1998), não são somente campanhas ou ações de alfabetização que proporcionam os baixos índices de analfabetismo, mas também o contexto histórico-cultural de uma população.

3.2. SITUANDO A AÇÃO ABC ALFABETIZANDO

A *Ação ABC Alfabetizando* foi concebida pelo Grupo Editorial Sinos, que edita o Jornal NH²⁴. É o maior jornal do interior do Estado do Rio Grande do Sul em termos de circulação, abrangendo 44 municípios gaúchos, que somam uma população de 1.179.675 (Censo 2000), acima de 15 anos. Situado em Novo Hamburgo/RS, cidade da região metropolitana de Porto Alegre/RS, e localizado na microrregião do Vale do Rio do Sinos, o jornal NH vem acompanhando, desde a sua fundação, em 1957, o crescimento e desenvolvimento da cidade e da região. Nesse contexto, o Jornal NH tem

²⁴ Tiragem: Jornal NH: 42.000 exemplares (segunda a sábado); Jornal VS: 17.000 exemplares (segunda a sábado); Jornal Diário de Canoas: 8.000 (segunda a sábado). A edição de domingo é ABC Domingo: 70.000 exemplares (abrange os três jornais).

uma participação ativa na vida dos hamburguenses desde sua criação, quer seja pelo fato de ser um instrumento de informação e comunicação, formando opinião pública, quer seja pela tutela e engajamento em campanhas de melhoria da qualidade de vida realizadas na cidade e na região. Em relação ao analfabetismo não seria diferente.

Como já foi visto no capítulo anterior, os números do censo de 1960 (IBGE) apontavam uma taxa de praticamente 40% de analfabetos no Brasil. Segundo um dos diretores do jornal²⁵, idealizador da Ação ABC Alfabetizando, esse número era considerado absurdo, pois historicamente a alfabetização na região era considerada prioridade, desde a vinda dos imigrantes alemães. Partindo da premissa de que o analfabetismo é uma vergonha para a região e, igualmente, o analfabeto sente vergonha da sua condição - quando se deseja um cidadão orgulhoso de si e da sua cidade – possivelmente aliado ao fato de que o analfabeto não lê jornal - os diretores pensaram na iniciativa de proceder a uma grande chamada pública, nos anos 60, conclamando os prefeitos da região e a população, para, através de voluntariado, alfabetizar a população. Em pontos estratégicos da cidade, seriam colocadas grandes placas informando e comemorando o índice zero de analfabetismo na cidade de Novo Hamburgo - RS. Não se sabe as razões pelas quais não foi possível a realização desse ideal dos diretores do jornal NH e, depois de algum tempo, a ideia foi abandonada.

Quarenta anos depois, na virada do século, o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2000) mostra que o país tem mais de 16 milhões de jovens e adultos analfabetos; o estado do Rio Grande do Sul: 502.000; a região de abrangência do jornal: 59.538; e em Novo Hamburgo: 8.597. Esses números sobre o analfabetismo, na entrada do século XXI, mais uma vez, incomodavam os diretores do jornal, que começaram a retomar e corporificar o sonho abandonado na década de sessenta.

Assim, em janeiro de 2004, a *Ação ABC Alfabetizando* foi concebida pelo Grupo Editorial Sinos, e se instituiu com o objetivo de erradicar o analfabetismo em 44 municípios do Rio Grande do Sul, mais precisamente, os de abrangência do jornal, região que abrange os Vales do Rio dos Sinos, Caí e Paranhana, num período de

²⁵ Informações coletadas em conversa informal com o Sr. Luis Fernando Gusmão, diretor do Grupo Editorial Sinos, responsável pela Ação ABC Alfabetizando, em 27/08/2008.

quatro anos, através da mobilização comunitária e dos gestores municipais – prefeitos e secretários de educação – a quem cabe alfabetizar a população jovem e adulta, tornando a região alfabetizada e computando estatisticamente as cidades como detentoras de alfabetização universal²⁶.

Na apresentação do projeto, a *Ação ABC Alfabetizando* menciona seu alvo e, numa linguagem de guerra, convoca “forças-tarefa” que ajudarão a “erradicar” o analfabetismo, reduzindo os principais problemas que assolam o nosso país:

A ação ABC Alfabetizando mobiliza e integra comunidades e forças-tarefa municipais para identificar pessoas analfabetas acima de 15 anos, colocá-las em sala de aula, ensiná-las a ler, a escrever e a continuar aprendendo para se tornarem cidadãos incluídos social, produtiva e culturalmente na sociedade - agentes do desenvolvimento sustentável do nosso país.

Erradicar o analfabetismo é o primeiro passo efetivo para reduzir os problemas da fome, da miséria, da segurança, do desemprego, do baixo crescimento econômico, entre outros problemas que tanto assolam o nosso país.

Fonte: www.abcalfabetizando.com.br. Acesso em 21/04/2009.

A sistemática apresentada pela *Ação ABC Alfabetizando* consiste em:

- Mobilizar a comunidade;
- Integrar agentes e criar forças tarefa municipais;
- Identificar pessoas analfabetas;
- Obter apoio de voluntários;
- Consultar e abordar pessoas analfabetas;
- Constituir turmas por região, idade, sexo, perfil e nível de conhecimento;
- Registrar frequência, estágio e trabalhos dos alunos;
- Acompanhar o desempenho de alunos e professores;
- Acompanhar a evolução dos índices de alfabetização dos municípios;
- Compartilhar base de conhecimento de experiências positivas e negativas entre professores, secretários de educação, voluntários e colaboradores;
- Encaminhar os alfabetizados para educação continuada.

Fonte: www.abcalfabetizando.com.br. Acesso em 21/04/2009.

Assim, a *Ação ABC Alfabetizando* se apresenta como uma ação que objetiva erradicar o analfabetismo da região. Para tal, mobiliza, identifica, acompanha, registra, compartilha, encaminha, constitui turmas, no entanto, não alfabetiza. Oferecer a alfabetização, tornando os analfabetos jovens e adultos alfabetizados é atribuído aos

²⁶ A ONU considera alfabetização universal o percentual de 97% da população.

gestores municipais (que devem fazê-lo através de programas de alfabetização de jovens e adultos) e aos voluntários.

Constitui-se um comitê gestor, composto por uma professora doutora e alfabetizadora, dois ex-secretários de educação, dois ex-prefeitos e diretores do Grupo Sinos, a quem cabe o acompanhamento geral e a assessoria pedagógica da Ação. Ainda em janeiro de 2004, a Ação recebe o apoio de uma empresa privada de informática, que doou um software para construir um banco de dados de pessoas analfabetas e voluntários, o que auxilia na identificação e localização do analfabeto, bem como o acompanhamento e desempenho estatístico da Ação.

No dia 26 de fevereiro de 2004, há o lançamento oficial da *Ação ABC Alfabetizando*, nas dependências do Jornal NH, contando com a presença de autoridades estaduais e municipais representando os 44 municípios da região de abrangência.

Em março de 2004, a Ação recebe o apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria de Educação e do Banrisul²⁷, para publicação semanal, em páginas determinadas dos três jornais²⁸, de matérias e fotos de resultados da Ação para “conscientizar e motivar as comunidades” a apoiarem e a se integrarem como voluntários na Ação. O primeiro exemplar das páginas é publicado em 29 de março de 2004, apresentando uma relação de voluntários e uma tabela com os números de analfabetos e os índices de analfabetismo de cinco municípios. Diz a manchete: “Nossa região deve ser modelo em alfabetização”, e, no desdobramento:

*O desafio começou! Combater o analfabetismo é a proposta da Ação que pretende conjurar esforços envolvendo comunidade e poder público para abolir esse grande mal que se faz presente em todo o país. Esse é o **ABC Alfabetizando**. Uma Ação conjunta que quer – dentro de um moderno sistema de acompanhamento informatizado – radiografar os problemas em nossa área de atuação e, acima de tudo, valorizar as iniciativas para resolvê-los, mostrando para a comunidade que nossa região está disposta a dar as mãos em nome dessa nobre missão. Jornal NH, 29/03/04, p.7*
(grifos do autor)

²⁷ Banco do Estado do Rio Grande do Sul

²⁸ Quando me refiro a jornais, refiro-me não somente ao jornal NH, mas também aos jornais VS e Diário de Canoas, publicados pelo mesmo grupo jornalístico – Grupo Editorial Sinos.

Uma das sistemáticas utilizadas pela *Ação ABC Alfabetizando* consiste em mobilizar a comunidade na identificação de jovens e adultos analfabetos e o encaminhamento dos mesmos às respectivas secretarias de educação dos municípios de abrangência que, por sua vez, devem executar a tarefa de alfabetizá-los, amparada no discurso da cidadania, do desenvolvimento e da redução de problemas que assolam o país. Para tal, em 2004, face às eleições municipais, os então 135 candidatos às prefeituras da região foram chamados a responder um questionário²⁹ e assinar a carta de intenção, um documento de “compromisso”, a partir do qual deveriam se empenhar para atingir, no mínimo 98%³⁰ da população alfabetizada nos quatro anos de sua gestão (2005-2008), conquistando assim, o certificado de “Município Alfabetizado”. Isso porque, parte-se do pressuposto de que o município, como menor ente federado, teria mais facilidade na identificação, na busca, no encaminhamento e na criação de mecanismos de gerenciamento e controle, gerando índices menores de analfabetismo, e a quem, em última instância, caberia a responsabilidade pela alfabetização. Os representantes dos 44 municípios assinaram a carta de intenção. Logo após a eleição, na edição do dia 11 de outubro, a página da *Ação ABC Alfabetizando* já trazia um quadro com o nome dos prefeitos eleitos, as três ações de alfabetização de jovens e adultos com as quais se compromete e o prazo estipulado, em anos, para “erradicação” do analfabetismo no seu município.

O período estabelecido para a *Ação ABC Alfabetizando* é de quatro anos. A meta a ser atingida nos quatro anos é de 55.888 pessoas, número de analfabetos eleitores da região de abrangência dos jornais fornecido pelo Tribunal Regional Eleitoral. As pessoas analfabetas são também identificadas pela sociedade, isto é, qualquer pessoa pode cadastrá-los no banco de dados oferecido no site, através do qual são disponibilizados aos municípios informações como “o andamento da situação de cada pessoa analfabeta que for apontada, registrando todas as ocorrências levantadas a seu respeito, da abordagem e convencimento inicial ao encaminhamento à sala de aula”. (NH, 30/08/04, p.7) A partir dos dados cadastrados são geradas listas – relatórios e

²⁹ No referido questionário, os então candidatos a prefeito, respondiam, entre outras, às principais questões: “ Qual a prioridade que a erradicação do analfabetismo terá em nosso município? Três ações que pretendo desenvolver na alfabetização de jovens e adultos. Estimo ver o analfabetismo erradicado em nosso município em 1, 2, 3, 4 anos ou mais?” (NH, 06/09/04, p.7)

³⁰ Atualizado em 2008, para 97%, como preconiza a ONU, como alfabetização universal.

estatísticas - que são acessadas pelos gestores municipais através de uma senha fornecida pela Ação, permitindo a alimentação, o acompanhamento e a supervisão dos dados sobre seus analfabetos em tempo real, além da publicação na página semanal da Ação. Sabedores da situação do analfabetismo em seu município, lançam mão de inúmeras estratégias para a localização dos analfabetos, como o auxílio dos estudantes, dos agentes comunitários de saúde, das unidades básicas de saúde, do comércio, dos bancos, enfim, articula-se um verdadeiro mutirão na “caça” aos analfabetos, como é possível perceber nos excertos a seguir.

*“**Todos os analfabetos devem ser identificados e seus nomes e endereço** enviados para a Ação ABC Alfabetizando. Há várias formas de se fazer isso. Pode ser através dos cupons da Ação publicados em todos os jornais do Grupo Sinos; pode ser através do site www.abcalfabetizando.com.br ou diretamente na prefeitura de cada cidade, pois todas estão engajadas nesse desafio”. (NH, 19/04/04, p. 7)*

*“Uma campanha que quer envolver toda a população, **através de folders explicativos e fichas de inscrição** de pessoas analfabetas, está nas ruas com o texto motivador: ‘identifique quem não sabe ler e escrever’”. (NH, 15/05/06, p.7)*

*[...] etapas como visitas às famílias, cadastro e sensibilização do aluno para freqüentar a sala de aula foram vencidas graças a **ajuda de voluntários à ação, parceria que julga importantíssima para o sucesso da campanha**”. (NH, 19/04/04, p. 7)*

“Uma história em quadrinhos será a forma utilizada pelos estudantes de 3ª a 7ª série do ensino fundamental da rede pública de Novo Hamburgo para localizar os analfabetos da cidade. Ao todo, serão 12 mil escolares que se unem à ação pela erradicação do analfabetismo na região”. (NH, 24/05/04, p.7)

*“[...] Cada prospecto, além da história, tem no verso três **cupons para o cadastramento de analfabetos**”. (NH, 21/06/04, p.7)
(grifos meus)*

Uma vez conhecida e mapeada a população analfabeta nos municípios, seja pelos números oferecidos pela Ação ou por levantamentos próprios, e, a partir do compromisso assumido pelos prefeitos, emergem programas³¹ e projetos de alfabetização de jovens e adultos que são desenvolvidos pelas secretarias municipais de educação, buscando os analfabetos apontados pelos levantamentos para alfabetizá-los e computá-los positivamente nas estatísticas da Ação. Ao município que atingir o

³¹ Os programas de alfabetização de jovens e adultos dos municípios de abrangência da Ação ABC Alfabetizando serão apresentados no capítulo 6.

índice de 98% de alfabetizados, será conferido, pela Ação, o título e o certificado de “município alfabetizado”³².

A tarefa de identificar e localizar as pessoas não é a mais difícil, de modo especial, nas cidades com número reduzido de habitantes, pois nessas ainda é muito comum as pessoas se conhecerem. A dificuldade maior reside no convencimento da adesão a um programa de alfabetização:

*“[...] somente após a localização é que se pode partir para a etapa seguinte, que consiste no **convencimento do analfabeto a freqüentar uma sala de aula**. É por isso que a comunidade de cada cidade está sendo chamada a participar deste grande esforço.” (NH, 19/04/04, p.7)*

*“Cidade pequena, o acesso a estas pessoas não está sendo a maior dificuldade, mas sim **o convencimento destes cidadãos sobre a importância e o direito de aprender a ler e escrever**.” (NH, 31/05/04, p.7)*

*“[...] considera que a **vergonha** que algumas pessoas sentem por não saber ler e escrever e o receio de substituir o tempo em que poderiam trabalhar para estudar são algumas das **dificuldades enfrentadas no momento de convencer os alfabetizando a participarem do programa**.” (NH, 31/05/04, p.7)*

*“Os adultos analfabetos em nosso município **são colonos, vivendo no interior, boa parte idosos, resistem ir para uma sala de aula**.” (NH, 04/10/04, p.7)
(grifos meus)*

São muitos os motivos de os analfabetos resistirem à alfabetização, dentre os quais são citados a idade, a localização (moradia), a vergonha de se expor e, ainda, idosos que falam e leem a língua alemã e não querem se alfabetizar na língua portuguesa. Esta resistência se constitui num entrave para o alcance das metas estabelecidas pelos municípios, que procuram seduzi-los e capturá-los, oferecendo merenda, transporte, material didático e, até óculos. Em alguns casos o aluno pode escolher o local e o horário ou, ainda, ser atendido a domicílio.

Desde setembro de 2004, a Ação passou a contar com o apoio institucional e a *chancela* da UNESCO, por ser considerada por essa entidade como uma ação modelo, segundo a coordenadora Alessandra Schneider, e “[...] de inspiração e de iniciativa que deve ser disseminado para todos os cantos do país” (NH, 24/05/04, p.7). Além do apoio da UNESCO, conta também com o apoio de várias entidades governamentais e não-

³² Esta premiação será descrita na próxima seção.

governamentais, entre elas a Secretaria de Estado de Educação, Secretarias Municipais de Educação, Universidades, Câmaras Municipais de Vereadores, Brigada Militar, Poder Judiciário e Clubes de Serviço. Esses apoios são manifestados a partir da “conclamação” da Ação, veiculada numa das primeiras páginas, com a seguinte manchete: “Ação precisa de empresas e de entidades voluntárias”. Segue o texto:

*“**Toda e qualquer empresa ou entidade** que possa colaborar para abolição deste grave problema social é bem-vinda [...] queremos chamar para essa missão empresas como, por exemplo, **clínicas médicas** que poderiam colaborar realizando exames de visão nos adultos analfabetos [...] outra parceria importante seria na **área do transporte**, pois é muito mais fácil ajudar quem não sabe ler facilitando sua ida até a escola [...] **empresas de turismo** podem ajudar, pois oportunizariam levar turmas a passear ou, quem sabe, sortear um belo passeio entre os alunos em aula, o que seria uma forma de incentivar a participação e evitar a evasão, um grande problema nas turmas de alfabetização.” (NH, 28/04/04, p.7)
(grifos meus)*

O excerto evidencia que, para o sucesso da Ação, todos, além dos gestores municipais, podem se engajar, do cidadão ao empresário. Deste modo, a administração do social torna-se descentralizada, e os empresários e a população em geral são convocados a compartilhar a responsabilidade com os setores públicos para resolver os problemas sociais de uma parcela da população. Nesse processo, os indivíduos são interpelados “para ocupar uma posição de sujeito: a de cidadãos solidários” (TRAVERSINI, 2006, p.86).

Como já referido, a *Ação ABC Alfabetizando* foi instituída pelo Grupo Editorial Sinos. Amparada em forte aparato midiático, através dos jornais, da rádio³³ e, mais tarde, um site³⁴, dá grande visibilidade à Ação na região. Todas as semanas, de 29/03/04 até 29/03/09, nos jornais NH, VS e Diário de Canoas foi veiculada uma página da *Ação ABC Alfabetizando*, onde foram divulgadas as ações praticadas nos municípios, os gestores, os parceiros e o acompanhamento estatístico – os resultados numéricos da Ação. As páginas compreendidas no período desde sua criação até o final de 2008, num total de 252 exemplares constituem-se no objeto de análise desta pesquisa³⁵. Apresento alguns exemplares para situar melhor o leitor.

³³ Refiro-me à Rádio ABC 900, AM

³⁴ www.abcalfabetizando.com.br, lançado em abril de 2004

³⁵ A metodologia da pesquisa será discutida no capítulo 4

são “[...] sistemas de significação implicados na produção de identidades e subjetividades, no contexto das relações de poder” (SILVA, 1996, p.142). Entendo que as publicações dos jornais são multiplicadas para milhares de pessoas e estão carregadas de significados que constituem representações sobre múltiplos objetos, entre eles o (an)alfabetismo.

Parto da concepção de que a mídia (aqui representada pelas páginas semanais da *Ação ABC Alfabetizando*) constrói (e é construída), dissemina e fortalece discursos sobre: o analfabetismo, a necessidade de erradicar o analfabetismo, os efeitos não desejáveis do analfabetismo, a implantação de ações para alfabetizar os analfabetos, as práticas de alfabetização, e o(s) papel(éis) dos municípios e dos cidadãos frente à necessidade de alfabetizar a população. Para Larrosa (2000, p. 67), “o funcionamento do discurso é inseparável dos dispositivos materiais nos quais se produz, da estrutura e do funcionamento das práticas sociais nas quais se fala e se faz falar, e nas quais se fazem coisas com o que se diz e faz dizer.” Assim, busco pelas recorrências discursivas, aquelas que, incansavelmente, são repetidas e se alojam nas nossas práticas como verdades (produzidas), e que acabamos reproduzindo e fazendo circular.

3.3. O PRÊMIO DE GANHAR UM PRÊMIO

Somos sabedores de que cada momento histórico é sustentado (e sustenta) por uma racionalidade política, o que faz com que tenhamos esta ou aquela maneira de ‘enxergar’ os acontecimentos. Vivemos numa sociedade em que a lógica e a cultura da competição é muito forte. Nela, o melhor é reconhecido, premiado e deve servir de exemplo a ser seguido. Na educação não é diferente. Índices e números posicionam as escolas, municípios, estados e o país. Metas são estipuladas por organismos internacionais e devem ser cumpridas, instituindo uma verdadeira corrida às melhores posições. Figurar no *ranking* dos melhores torna-se o desejo e o objetivo de cada um, devendo haver um investimento para tal. Ao ser premiado pela *Ação ABC Alfabetizando*, o município, além de ter a sensação do ‘dever cumprido’, ganha

visibilidade e passa a servir de modelo para aqueles que ainda não alcançaram tal meta ou posição.

A seguir, descrevo e discuto dois prêmios aos quais os municípios concorrem ao conseguirem conquistar baixos índices de analfabetismo.

3.3.1 O Certificado “*Município Alfabetizado*”

*Em matéria publicada em 24 de setembro de 2004, desta coluna, o então candidato à reeleição deu prioridade “A” para que na gestão 2005/2008 o analfabetismo fosse erradicado em seu município. **Dois anos depois, Estância Velha já alcança os índices reconhecidos pela ONU, com 98% de sua população sabendo ler e escrever, podendo ostentar o título de “Município Alfabetizado”.** (Jornal NH, 04/12/06, p.7) (grifos meus)*

O excerto expressa a importância que a administração municipal atribui ao certificado, podendo ‘ostentar’ um título que gera o reconhecimento na comunidade e na região, promovendo a visibilidade do município.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, os países que têm 97% ou mais da população alfabetizada são considerados como tendo alcançado o índice de alfabetização universal. É considerada alfabetizada pela UNESCO, “uma pessoa que pode, com compreensão, tanto ler como escrever uma frase curta e simples em sua vida diária”.

O critério adotado pela *Ação ABC Alfabetizando* para a certificação de *Município Alfabetizado* aproxima-se do critério da UNESCO. A *Ação ABC Alfabetizando* confere o título ao município cujo alcance é de 98% da população alfabetizada. Assim, dos 44 municípios que se engajaram na *Ação*, 26 receberam, até o final de 2008, o certificado, que é assinado pelo Coordenador do Comitê Gestor da *Ação ABC Alfabetizando*, pelo presidente do Grupo Sinos, pelo Secretário de Estado da Educação e pelo Governador do Estado. A entrega do certificado é realizada em cerimônia oficial no Palácio Piratini³⁶, na presença de autoridades de todas as esferas de governo.

³⁶ O Palácio Piratini é sede do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

REGIAO

Oito municípios são destaque em alfabetização

O esforço de 8 administrações municipais foi reconhecido e destacado pela Ação ABC ALFABETIZANDO e pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul em cerimônia realizada no dia 16 de fevereiro, no Palácio Piratini. Os homenageados receberam o título de Destaque em Alfabetização 2005 das mãos do Governador Germano Rigotto, do secretário de Educação José Fortunati, do Diretor do Grupo Sinos, Mario Gusmão e do Coordenador do ABC ALFABETIZANDO, Luiz Fernando Gusmão.

Campo Bom *Estância Velha* *Esteio*

Igrejinha *Novo Hamburgo*

São Leopoldo *Sapiranga* *Sapucaia do Sul*

CERTIFICADO
 ABO
 AÇÃO ABC ALFABETIZANDO
 CONGRATULAÇÃO
 Município de **CAMPO BOM**
 Prefeito: Germano Rigotto
 Secretário de Educação: José Fortunati
 Diretor do Grupo Sinos: Mario Gusmão
 Coordenador do ABC ALFABETIZANDO: Luiz Fernando Gusmão
 Data de entrega do certificado: 16 de fevereiro de 2006
 Publicação: 16 de fevereiro de 2006

Fonte: Jornal NH, 06/03/06, p.7

O quadro abaixo apresenta os municípios que receberam o certificado de Município Alfabetizado de 2004 a 2008.

Ano	2004	2006	2008
Nº de municípios	7	9	10
Municípios	Bom Princípio* Dois Irmãos* Feliz** Harmonia Ivoti** Morro Reuter** São Vendelino	Linha Nova** Parei Novo** Picada Café* Presidente Lucena Santa Maria do Herval** São José do Hortêncio Tupandi Vale Real	Campo Bom** Estância Velha Esteio** Lindolfo Collor** Nova Petrópolis* Novo Hamburgo** Salvador do Sul São Leopoldo** São Vendelino Sapiranga**
*Possui programa anterior à Ação ** Instituiu programa após a Ação			

Fonte: NH, 13/02/06, p. 7 - NH, 13/12/08, p. 23

Ao analisar o quadro, percebemos que, no ano em que foi implantada a *Ação ABC Alfabetizando*, sete municípios foram certificados. Estes municípios já apresentavam os índices desejados quando da implantação da *Ação ABC Alfabetizando*, independente da adesão ou não à *Ação*, conforme demonstra a tabela a seguir:

Município	Taxa de analfabetismo (%)	População acima de 15 anos (2000)
Bom Princípio	1,91	7.047
Dois Irmãos	1,98	16.832
Harmonia	1,79	2.786
Ivoti	1,41	11.499
Feliz	1,53	8.605
Morro Reuter	1,18	3.824
São Vendelino	1,93	1.291

Fonte: NH, edições de 29/03/04, 05/04/04, 19/04/04, 26/04/04, 10/05/04, 13/12/08

Nota-se que são municípios com um número de habitantes bastante reduzido, como mostra o quadro, o que favorecia a identificação, localização e captura de analfabetos, promovendo o sucesso dos programas de alfabetização de jovens e adultos. Um dos fatores que se apresenta como condição de possibilidade na contribuição dos índices reduzidos de analfabetismo na região seria o contexto da imigração alemã, como já foi apontado anteriormente.

3.3.2 O selo “*Município Livre do Analfabetismo*”

A manchete do jornal Zero Hora³⁷ de 21 de junho de 2007, destaca:

“Campeões da Educação: os gaúchos lideram o ranking de melhores resultados em alfabetização” (p.39)

³⁷ Zero Hora: jornal publicado pelo Grupo RBS de Comunicação, de abrangência em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

Com esse título, a reportagem que versa sobre a premiação da Presidência da República aos municípios brasileiros comemora a colocação dos municípios gaúchos no *ranking* nacional. Destaca a liderança dos municípios gaúchos, pois, dos 64 municípios premiados, 40 são do Rio Grande do Sul. O Ministro da Educação, Fernando Haddad, declarou, na oportunidade, que gaúchos e catarinenses³⁸ investem pesado em Educação e na capacitação de professores, por isso teriam um contingente significativo de municípios premiados.

Em 24 de abril de 2007, a Presidência da República, através do Decreto n.6.093, institui o Selo de “Município Livre do Analfabetismo”. No Artigo 11 está expresso que esse selo: “será conferido pelo Ministério da Educação aos municípios que atingirem mais de noventa e seis por cento de alfabetização, com base nos dados do Censo Demográfico do IBGE”. O decreto institui também, através do Artigo 12, o “Selo de Município Alfabetizador”, o qual será “conferido pelo Ministério da Educação ao município que reduzir a taxa de analfabetismo observada no Censo Demográfico de 2000 do IBGE, em, no mínimo, cinquenta por cento até 2010”.

Em 20 de junho de 2007, em uma cerimônia no Palácio do Planalto, foi realizada a primeira premiação do “Selo de Município Livre do Analfabetismo”. Os prefeitos dos 64 municípios brasileiros com índices de analfabetismo de até 4% receberam a premiação.

Já na manchete da capa do jornal NH, também do dia 21/06/07, constava: “Prêmio para o fim do analfabetismo”. A reportagem específica sobre o assunto intitulava-se “Lula premia cidades livres do analfabetismo” dava destaque, em tom comemorativo, aos resultados da região, pois dos 40 municípios gaúchos premiados, 16 são da região (Vale do Rio dos Sinos, Paranhana e Caí). Esse índice representa 40% do total dos municípios gaúchos premiados e 25% do total nacional, o que equivale a dizer que um em cada quatro municípios brasileiros “livres do analfabetismo” é dessa região.

As publicações retratam uma comemoração geral. Comemoram a população, os coordenadores dos programas de alfabetização, os prefeitos e os secretários de

³⁸ Santa Catarina também teve 16 municípios premiados.

Educação. “Este selo é motivo de orgulho para nós, os gaúchos, e principalmente para a região” (NH, 21/06/07, p. 2), destaca o prefeito de Santa Maria do Herval, município que figura na 26ª posição. Já para a prefeita de Morro Reuter, 2º colocado no ranking nacional, “o selo é um reconhecimento do trabalho que o município vem desempenhando ao longo dos anos, investindo no nível da educação” (p.3), reforçando as palavras do Ministro da Educação. O jornal destaca os municípios premiados. Os dezesseis municípios premiados com o selo, na região, são:

Os Premiados		
Classificação no Brasil	Município	Taxa de analfab. (%)
2º	Morro Reuter	1,60
3º	Harmonia	1,79
5º	Bom Princípio	1,92
6º	São Vendelino	1,94
7º	Feliz	1,94
10º	Ivoti	2,29
12º	Vale Real	2,54
14º	Dois Irmãos	2,64
16º	São José do Hortêncio	2,69
19º	Linha Nova	2,80
20º	Nova Petrópolis	2,81
22º	Presidente Lucena	2,85
25º	Picada Café	2,89
32º	Pareci Novo	3,09
36º	Santa Maria do Herval	3,22
60º	São Pedro da Serra	3,91

Fonte: Jornal NH, 21/06/07, p. 6

Nas reportagens, prefeitos e secretários citam como fatores de alcance da meta tanto o investimento em educação, quanto a tradição cultural da região colonizada por alemães, como também os programas específicos de alfabetização de jovens e adultos e o envolvimento da comunidade. Esse último, quase um “corpo a corpo” na busca das

peças não alfabetizadas para cumprir um compromisso assumido pelos prefeitos e secretários na *Ação ABC Alfabetizando*, idealizada e implantada pelo jornal NH.

Nesta Dissertação não discuto e/ou analiso os números absolutos da população alfabetizada. De posse dos mesmos, pode-se pensar sobre como se daria esse “corpo a corpo” numa cidade com uma grande densidade populacional, pois, nas cidades de pequeno porte, as estratégias de gerenciamento e controle do analfabetismo pareceriam ser mais fáceis de serem colocadas em prática e, assim, mais eficazes.

4. O PROBLEMA, AS FERRAMENTAS E OS POSICIONAMENTOS: os modos de caminhar na pesquisa

Multiplicar relações significa situar as “coisas ditas” em campos discursivos, extrair delas alguns enunciados e colocá-los em relação a outros, do mesmo campo ou de campos distintos. É operar sobre os documentos, desde seu interior, ordenando e identificando elementos, construindo unidades arquitetônicas, fazendo-os verdadeiros “monumentos”. É perguntar: por que isso é dito aqui, desse modo, nesta situação, e não em outro tempo e lugar, de forma diferente? (FISCHER, 2001, p. 4).

Neste capítulo pretendo trazer, de forma detalhada, os caminhos escolhidos e trilhados nesta pesquisa: apresento o *corpus*, as ferramentas teóricas selecionadas e algumas (das muitas) articulações possíveis entre os mesmos. Ao entender os conceitos usados nesta Dissertação como ferramentas, sabemos que, ao mesmo tempo, que eles nos abrem possibilidades de análise e direcionamentos, fazem-nos abandonar outras, outros conceitos, outras teorias e outras formas de compreender o mundo. Escolhi, neste estudo, trabalhar com alguns conceitos *foucaultianos* como ferramentas – governo e discurso – pois acredito serem úteis e produtivos às análises aqui empreendidas, uma vez que, “torna-se indispensável pensar os conceitos de que lançamos mão numa rede de significação. Tais conceitos só se tornam significativos para nós quando inseridos numa trama, quando percebidos num conjunto de relações que lhes dá sentido” (BUJES, 2002, p. 17). Assim, os conceitos selecionados permeiam todo o trabalho de investigação, não de forma isolada, estanque, e sim de forma interrelacionada, engendrada.

A partir dessas relações teóricas, volto meu olhar para o material empírico da investigação, que se constitui das *páginas de jornal da Ação ABC Alfabetizando*, veiculadas semanalmente pelos Jornais NH, VS e Diário de Canoas. Entendo as páginas da *Ação ABC Alfabetizando*, como representação da materialidade (documento) através da qual a Ação é conhecida, acompanhada e visibilizada, e nas quais circulam os mais diversos discursos que descrevem formas dos sujeitos serem e

estarem no mundo. Não pretendo interpretá-los e determinar se dizem a verdade ou não, mas sim tomá-los como *monumentos* (FOUCAULT, 1986, p.8), trabalhando-os no nível do próprio texto construído em determinado contexto histórico-cultural, daquilo que está dito, organizando-os, ordenando-os, buscando recorrências, identificando elementos e descrevendo possíveis relações. Pretendo perguntar, como sugere Fischer (2001), por que algumas coisas são ditas (nas páginas da *Ação ABC Alfabetizando*), recorrentemente de certo modo e em determinadas situações e não de forma diferente.

As páginas que compõem o *corpus* da pesquisa diferenciam-se das demais páginas do Jornal, apenas pela especificidade de seu conteúdo: trazem notícias e depoimentos sobre as ações e programas implantados nos municípios, dos parceiros, de autoridades, do comitê gestor, dos gestores municipais e dos alfabetizandos. Essas páginas trazem estatísticas, reverenciam o sucesso alcançado e convidam todos a envolverem-se com a erradicação do analfabetismo da região. Mantiveram-se, praticamente, idênticas ao longo dos cinco anos de sua existência. Apenas foi inserido o logotipo da UNESCO, a partir da edição de 04/10/04, quando da conquista da chancela, trocado o *layout* do título, a partir da edição 13/01/08 e trocado o dia de circulação, da segunda-feira para o domingo, no ano de 2007, e para a edição de sábado, em 2008.

Para a construção desta pesquisa, coletei as páginas da *Ação ABC Alfabetizando* de 2004 a 2008. Foi minha aproximação com a Ação em 2005 que despertou meu interesse pelo acompanhamento da mesma, e fez com que retirasse, do Jornal NH, as páginas a partir de 2006, compondo um arquivo das mesmas. Faltavam-me as páginas de 2004 e 2005, que busquei no site da Ação³⁹. Inicialmente organizei as edições por ano e realizei uma primeira leitura de cada uma, buscando compreender a Ação de uma forma geral, assinalando os itens que me chamavam a atenção, dentre eles: os dizeres do analfabetismo como atraso de vida; o forte apelo dos números (dados estatísticos); o investimento nas formas de captura dos analfabetos nos municípios; a visibilização dos municípios e dos gestores municipais. Na realização dessa leitura, tomei o propósito de usar metodologicamente a noção de discurso, na

³⁹ As páginas encontram-se disponíveis no site da Ação: www.abcalfabetizando.com.br

perspectiva foucaultiana, uma vez que proponho como problema de pesquisa: ***Como os discursos que circulam nas páginas da Ação ABC Alfabetizando se constituem em estratégias de governo e operam sobre as populações mantendo os índices de analfabetismo reduzidos?***

A partir do problema de pesquisa foi possível estabelecer os objetivos: (1) *identificar as estratégias de governo se constituem nos discursos que circulam nas páginas da Ação ABC Alfabetizando;* (2) *analisar como essas estratégias operam sobre as populações para manter os índices de analfabetismo reduzidos.*

Para Corazza (2002), o problema de pesquisa não é descoberto, mas “engendrado”, nascendo de atos de insubmissão, da suspeição do instituído e do aceito. Assim, o problema de pesquisa nos desacomoda, mexe conosco, faz-nos olhar por mais lentes, não numa perspectiva iluminista para “clarificar as idéias” ou “esclarecer a questão”, mas para compreender que “é o olhar que botamos sobre as coisas que, de certa maneira, as constitui” (VEIGA-NETO, 2002b, p. 30).

Assim, lanço meu olhar sobre os textos⁴⁰ das páginas do *ABC Alfabetizando*, operando sobre “[...] sua superfície, sem buscar um suposto significado subjacente a sua materialidade; eles terão sentido a partir de sua exterioridade e não a partir da lógica interna de seus enunciados” (SOMMER, 2005, p. 5), estabelecendo relações entre esses enunciados⁴¹ e aquilo que eles descrevem. Não quero interpretar as entrelinhas dos discursos. Assim como Sommer, minha intenção é analisar o que está dito e não tentar encontrar o não dito ou o que está oculto.

Voltando ao meu material empírico, numa segunda, terceira e, num sem número de leituras, cada vez mais aguçadas e interessadas, tentei perceber temas, sujeitos, e, especialmente, as estratégias de governo do analfabetismo, que são tramados pelos discursos que circulam pelas páginas do Jornal a fim de mobilizar governos e populações para a alfabetização de jovens e adultos. Mais uma vez, busquei pelos

⁴⁰ Entendo como texto do jornal tanto o texto escrito quanto a imagem, uma vez que, “[...] a fotografia pode apresentar uma dentre tantas maneiras de percebermos o mundo.” (SCHMIDT, 1999, p. 12). Ainda assim, nesta proposta de pesquisa não será feita nenhuma análise técnica das imagens, limitando-se à sua exterioridade.

⁴¹ Para Foucault (1986), o enunciado não pode ser confundido com a frase ou a proposição. É preciso compreender o enunciado como um acontecimento singular no interior do texto; ele não é abundante e, sim, raro. Nunca está sozinho, emerge dos acontecimentos e está intimamente ligado a outros enunciados.

assuntos recorrentes, que me permitissem observar rupturas, dispersões, e intrínsecas a essas dispersões, regularidades presentes nas páginas do Jornal. Para tal, inspirei-me nas análises realizadas a partir de instrumentos midiáticos (jornais e revistas) de Schmidt (1999), Sommer (2003), Rocha (2005) e Ferreira (2009).

A partir dos discursos materializados nas páginas da *Ação ABC Alfabetizando*, que, inseridos num jogo de poder-saber, fazem circular discursivamente a necessidade de alfabetizar o conjunto da população de uma região, foi possível constituir três unidades de análise, que são:

1ª) *Os mitos sustentando a Ação* - aqueles discursos que se referem às crenças na alfabetização como condição para a decolagem do progresso pessoal e social, e que deverá ser viabilizada através de um esforço coletivo da comunidade;

2ª) *O papel da mídia na mobilização da Ação* – os discursos através dos quais são mobilizados os alfabetizandos, os gestores, os parceiros e as populações a se engajarem na Ação, para tornar a região alfabetizada;

3ª) *A Estatística: saber necessário à Ação para o governo* - trata-se de discursos numéricos que apresentam os dados, as taxas dos municípios para que, a partir deles, haja a intervenção na alfabetização de jovens e adultos, produzindo índices reduzidos de analfabetismo.

Em *A arqueologia do saber*, Foucault (1986) define discurso como um conjunto de enunciados que se apoiam na mesma formação discursiva, isto é:

[...] um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, para que empregue tal ou qual enunciação, para que utilize tal conceito, para que organize tal ou qual estratégia. (p.82).

Para o autor, as formações discursivas devem ser sempre vistas dentro de um espaço ou campo discursivo, ou seja, elas estão sempre em relação como determinados campos de saber. Então, quando falamos de discurso publicitário, econômico, político, pedagógico, estatístico, midiático, etc, estamos afirmando que cada um deles compreende um conjunto de enunciados, apoiados num determinado sistema de formação discursiva: da economia, da ciência política, da pedagogia, etc. Foucault explica que devemos olhar para os enunciados no sentido de estabelecer suas relações com outros e entender como se formou certo discurso, descrevendo como eles

aparecem em determinadas épocas e lugares, e como se materializam ao formar o objeto de que falam. Quando a *Ação ABC Alfabetizando* faz circular na mídia – através de diferentes enunciados – discursos do analfabeto como incapaz, que precisa ser “adotado” e que precisa ser alfabetizado, envolve nesse processo pessoas que são interpeladas por esses discursos, tornando-se “parceiros”, “cidadãos voluntários”, “bons brasileiros”, etc. Assim, o discurso produz modos de ser das pessoas, de estar e de agir no mundo. Exercer uma prática discursiva significa falar e agir segundo determinadas regras, portanto, as “coisas ditas são radicalmente amarradas às dinâmicas de poder e saber de seu tempo.” (FISCHER, 2001, p. 2). Então, os discursos que as páginas da *Ação ABC Alfabetizando* fazem circular não são neutros, ao contrário, são intencionais, produzem, reproduzem-se - porque “através deles outros ditos se dizem” (FISCHER, 2001, p.5).

Compreender os discursos produzidos e postos em circulação nas/pelas páginas da *Ação ABC Alfabetizando* como práticas, implica compreender que essas práticas se estabelecem e estão imersas em relações de poder e saber. Assim, as notícias que são veiculadas pelas páginas da Ação são resultados das escolhas e dos interesses de alguém. Vejamos o exemplo das fotografias: presentes em grande número, as fotografias aparecem mescladas ao texto escrito. Para Schmidt (1999, p. 18), “[...] a fotografia é um sistema de seleção visual e percebemos o mundo por imagens escolhidas por alguém. A imagem não está limitada pela barreira dos idiomas ou da alfabetização. Todos participamos da cultura das imagens.” Como a autora destaca, as fotografias presentes nas páginas são escolhidas por alguém e essa escolha decorre em detrimento de outras. Chama a atenção que, em muitas páginas, a maioria das fotografias são de prefeitos e secretários de educação: pessoas que governam os municípios e detêm a autoridade de criar, implantar e gerir programas municipais de alfabetização de jovens e adultos. Assim, “estar”, “aparecer”, “ser visibilizado”, nas páginas da *Ação ABC Alfabetizando*, demonstra estar engajado na Ação, podendo ser produtivo à Ação.

ABC Alfabetizando

Visão dos prefeitos para os anos de 2007 e 2008

São Francisco de Paula
Erradicar o analfabetismo de ADULTOS

Meta é continuar renovando a oferta

São Vendelino
Projeto recebe dedicação e INOVAÇÃO

SÓ CLIENTE BANRISUL TE!.

BANRISUL
O BANCO QUE UNIR OS GAÚCHOS

www.abcalfabetizando.com.br

ABC Alfabetizando

Antes de tudo um ato de amor

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Motivação e entusiasmo dos alunos

LINDOLFO COLLOR

ALTO FELIZ

Parábola

Estância Velha

Confiança e estímulo

Aprendendo no computador

Visitando analfabetos

GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

www.abcalfabetizando.com.br

Foucault (2004, p. 8-9) defende que “[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjugar seus poderes e perigos.” Esse controle do discurso permite que alguns ditos possam ser pronunciados em determinados espaços e por determinadas pessoas ou que, ao contrário, sofram interdição discursiva, sendo, dessa forma, anulados, rejeitados ou silenciados. Isso é percebido na leitura das páginas da *Ação ABC Alfabetizando*: enquanto o discurso estatístico, por exemplo, é evidente, o discurso pedagógico é praticamente inexistente. Se o discurso é produzido e ao mesmo tempo controlado, é importante lembrar que “[...] são os discursos, eles mesmos que exercem seu próprio controle.” (FOUCAULT, 2004, p. 21). Além disso, o discurso governa e produz práticas e saberes sobre os outros, conhecendo e reconhecendo onde e como atuar, quais mudanças e por quais meios deve procurar melhorar seu investimento.

Numa análise do discurso na perspectiva foucaultiana, os discursos são analisados tendo sempre em vista que por “[...] uma certa economia dos discursos de verdade [que] há possibilidade de exercício do poder. Nesse sentido, aquele que enuncia um discurso é que traz, em si, uma instituição e manifesta, por si, uma ordem que lhe é anterior e na qual ele está imerso.” (VEIGA-NETO, 2007, p. 99). Assim, o discurso não é relacionado a um pensamento, mente ou sujeito que o produziu, mas está relacionado a um conjunto de práticas discursivas que circulam num determinado tempo e espaço. Os discursos, então, se “[...] distribuem difusamente pelo tecido social, de modo a marcar o pensamento de cada época, em cada lugar, e, a partir daí, construir subjetividades.” (VEIGA-NETO, 2007, p. 100). Desse modo, o sujeito do discurso é ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem, ora de um lugar, ora de outro, e nesses lugares há interditos, lutas, modos de existir. Afinal, o sujeito não é a causa, mas efeito dos discursos e, ao mesmo tempo, produz e faz circular outros discursos/enunciados.

Podemos entender os discursos presentes nas páginas da *Ação ABC Alfabetizando* como produtos e produtores das racionalidades da nossa época, especialmente a da lógica neoliberal, que preconiza que “[...] os consumidores desenvolvam novas necessidades e maiores competências para fazerem as melhores escolhas num mercado cujas ofertas são cada vez mais variadas e cuja variação, por sua vez, é cada vez mais infinitesimal.” (VEIGA-NETO, 2000, p. 197). Acredita-se que ao ser alfabetizado o sujeito cuide melhor de si, de sua saúde, de sua vida, evitando o risco individual e social. Assim, justifica-se o esforço conjunto para alfabetizar todas as pessoas dos municípios, possibilitando a elas melhores escolhas para suas vidas.

Trabalhar com a análise do discurso inspirada em Foucault significa reconhecer que as verdades são produzidas discursivamente. Os discursos definem “regimes de verdade que balizam e separam o verdadeiro de seu contrário. Desse modo, os discursos não descobrem verdades, senão as inventam.” (VEIGA-NETO, 2007, p. 101). A partir disso, é possível inferir que os discursos, assim como os silêncios, inventam o que é tomado por verdade num determinado espaço e tempo.

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados pelo poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso

que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 1998b, p. 12).

Vale ressaltar que um dos aspectos que credita aos discursos que circulam nas páginas da *Ação ABC Alfabetizando* um “regime de verdade” é o histórico do Jornal NH⁴², seja pelo tempo de existência (mais de 50 anos), seja pelo alcance geográfico e populacional (44 municípios e 15,6% da população do Estado). Ao se intitular “um jornal sempre ao lado de sua comunidade⁴³”, o Jornal NH reforça o vínculo com sua comunidade leitora, estabelecendo uma fidelidade bilateral. Reconhecer as práticas discursivas que a *Ação ABC Alfabetizando* incentiva, mobiliza e investe como verdades naturalizadas, na constituição de sujeitos alfabetizados e, a partir delas, identificar estratégias de governamento do analfabetismo são os estímulos para a realização desta pesquisa. Problematizar os “regimes de verdade”, os “ditos” das páginas do *ABC Alfabetizando*, analisando-os como um “monumento”, como diz Fischer na epígrafe deste capítulo, estabelecendo relações entre os enunciados, para compreender “[...] a que poder(es) atende(m) tais enunciado(s), qual/quais poder(es) os enunciados ativam e colocam em circulação.” (VEIGA-NETO, 2007, p. 104).

⁴² Menciono o Jornal NH, por ser o mais antigo do Grupo Editorial Sinos. Leia-se também: Jornal VS e Jornal Diário de Canoas.

⁴³ Edição Comemorativa dos 50 anos - NH, 19/03/10, p.54.

5.ALFABETIZAR PARA FAZER VIVER: regulando o analfabetismo na região

Ao entender o alfabetismo/alfabetização como alavanca para o desenvolvimento de uma nação, o sujeito não alfabetizado constitui-se um entrave ao mesmo, o que possibilita constatar o fortalecimento do mito analfabetismo a que se refere Graff (1990), como um mecanismo para mobilizar governos, populações e indivíduos a afastarem-se do analfabetismo e a manterem-se escolarizados.

Assim, os poderes públicos dos municípios, uma das instâncias coletivas responsáveis por ações governamentais de gerenciamento da população em determinados territórios, inventam e gerem programas através dos quais pretendem alfabetizar o conjunto de indivíduos analfabetos. Age-se sobre o indivíduo e a população com a pretensão de despertar nela o desejo e a aspiração por ser alfabetizada. Desse modo, “[...] alfabetizar é conduzir condutas de indivíduos e populações. Alfabetizar é exercer ações sobre si mesmo e sobre as ações dos outros para governar. Alfabetizar é um exercício de poder.” (TRAVERSINI, 2003, p. 13).

Numa perspectiva histórica sobre o poder, Foucault (1999) busca, na teoria clássica da soberania, um pano de fundo para suas análises. Na soberania, o personagem central é o rei, com poder absoluto. Seus objetos fundamentais são o território e as riquezas. Nela, o soberano se apropria dos frutos da terra, dos objetos fabricados, das armas, da coragem e do tempo de seus súditos. Cabe ao soberano a decisão sobre a vida ou sobre a morte dos indivíduos. O efeito do poder soberano sobre a vida se exerce a partir do momento em que pode matar. Cabe ao soberano “fazer morrer ou deixar viver.” (FOUCAULT, 1999, p. 287). Nos séculos XVII e XVIII, surgiram técnicas de poder que eram essencialmente centradas no corpo, no indivíduo – o poder disciplinar – tentando aumentar-lhe a força útil através do exercício, do treinamento. Eram técnicas de racionalização e economia, em que o poder deveria ser exercido da maneira menos onerosa, mediante um sistema de vigilância, de hierarquias

e inspeções. Já na segunda metade do século XVIII, apareceu outra tecnologia de poder, não disciplinar, o biopoder, que consistia em um tipo de poder que se instalava na multiplicidade dos homens, em seu conjunto, à medida que formava uma massa global afetada por processos que são próprios da vida, como o nascimento, a produção e a doença, entre outros (FOUCAULT, 1999). O poder passou a se fazer na direção do homem-espécie. A esse poder Foucault chamou de biopoder da espécie humana. Desenvolvem-se, então, estratégias – biopolíticas – para exercer esse tipo de poder.

Na biopolítica, os processos de mortalidade, de longevidade e natalidade, juntamente com a economia e a política, passaram a se constituir em objetos de saber e alvos de controle. Foi nesse momento que se lançou mão da medição estatística desses fenômenos para fazer um mapeamento de controle quanto a sua natureza, duração e intensidade. As doenças, entendidas como subtração de forças, diminuindo o tempo de trabalho, gerando baixa de energias, constituíram-se num alvo prioritário e trouxeram, no final do século XVIII, a introdução da medicina, com função maior na higiene pública e na medicalização da população.

Os mecanismos de poder disciplinar passaram a ser incorporados por mecanismos de funções diferentes – previsões, estimativas estatísticas, medições globais – com vistas a fixar o equilíbrio, manter a média, assegurar compensações, mecanismos esses chamados de reguladores (Foucault, 1999), que têm a função de otimizar um estado de vida. Isso não quer dizer que o poder disciplinar seja apagado, substituído, há, isto sim, um deslocamento, uma nova ênfase de poder.

Não se trata, por conseguinte, em absoluto, de considerar o indivíduo no nível do detalhe, mas pelo contrário, mediante mecanismos globais, de agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação. (FOUCAULT, 1999, p. 294).

Dessa forma, o poder é cada vez menos direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver. Assim, o poder intervém para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, eventualidades, limites. Visa ao equilíbrio global, das massas, da população. Isso me permite inferir que, alfabetiza-se, então, para fazer viver.

O analfabetismo, nessa perspectiva, pode ser considerado um desses processos que precisam ser regulados, controlados e tratados para que não continue subtraindo forças, gerando baixa de energia e custos econômicos. Tal visão constituiu o analfabetismo como um risco social que atravessa a História do Brasil, como mencionei no capítulo 2, configurando-se de diferentes maneiras ao longo do tempo: como doença (chaga), como entrave à economia (ignorância) e como a resistência de condições para o usufruto de direitos (sub-cidadania). Assim, “fazer viver” quer dizer “não tornar o analfabetismo um risco”, um problema para o Estado e para o próprio cidadão.

O analfabetismo então, deveria ser controlado, amenizado ou até exterminado, para que fiquemos livres dos males o do risco que causa à sociedade e, por isso, o município é responsabilizado pela busca de soluções. Desse modo, são criados meios, alternativas, projetos, programas e ações pelos governos, para alfabetizar a população, gerenciando os riscos causados pelo analfabetismo. Em outras palavras, a população deve ser governada.

5.1 GOVERNAMENTALIDADE E ALFABETIZAÇÃO

Ao elencar a noção de governamentalidade, na perspectiva foucaultiana, como ferramenta teórica que atravessará esta pesquisa, nesta seção, procuro desenvolver como e em que contexto ela foi pensada pelo filósofo – Michel Foucault.

Em parte importante de seus trabalhos, Foucault dedica-se a estudar o tema das “artes de governar” na perspectiva de sua “racionalidade política”. Nos seus cursos *Segurança, território e população*, de 1978, e *Nascimento da Biopolítica*, de 1979, que têm como eixo central o tema das governamentalidades, oferece um conjunto de análises que têm um forte caráter de atualidade.

Ao analisar como os discursos que circulam nas páginas da *Ação ABC Alfabetizando* se constituem em estratégias de governo e operam sobre as populações mantendo os índices de analfabetismo reduzidos, penso ser necessário entender como as noções de governo e governamentalidade se articulam com fenômenos políticos e sociais, como o da população e o seu governo pelo Estado. Para

tal, valho-me do célebre texto *A governamentalidade*, lição do Curso do Collège de France, ministrado em 1º de fevereiro de 1978, no qual Foucault analisa alguns tratados sobre a arte de governar que surgiram entre os séculos XVI e XVIII.

Segundo Foucault (1998a), as preocupações com o governo aparecem de modo geral no século XVI, considerando questões de múltiplas dimensões, como: governo de si mesmo, governo das almas e das condutas, governo das crianças, governo dos Estados pelos príncipes, ou seja, “[...] como se governar e ser governado, como fazer para ser o melhor governante possível, etc” (FOUCAULT, 1998a, p. 278), essas preocupações teriam emergido em um contexto de grandes transformações políticas, econômicas, sociais e religiosas que marcaram o século XVI. De um lado, temos o movimento da concentração estatal com o surgimento dos Estados nacionais e, por outro, o movimento de dispersão e dissidência religiosa, impulsionado pela Reforma e pela Contra-Reforma.

Muitos dos tratados da época sobre as questões de governo se filiavam às ideias de Maquiavel. Em seu livro “O Príncipe”, essas ideias eram expressas, essencialmente, como “[...] um tratado da habilidade do príncipe em conservar seu principado.” (FOUCAULT, 1998a, p. 280). A partir do século XVIII, foi produzida uma vasta literatura anti-Maquiavel. Enquanto Maquiavel preocupava-se em manter, reforçar e proteger seu principado, a literatura anti-Maquiavel pretendia “[...] reforçar o próprio Estado.” (FOUCAULT, 2006, p. 376).

Ao estudar os tratados sobre a arte de governar, encontro em Foucault uma discussão que aborda um outro entendimento sobre o que é governar, mostrando como o conceito de governo se amplia em suas especificidades e abrangências. Nesse sentido, as práticas de governo podem ser “[...] múltiplas, na medida em que muita gente pode governar: o pai de família, o superior do convento, o pedagogo e o professor em relação à criança e ao discípulo.” (FOUCAULT, 1998a, p. 280). Embora sejam múltiplas, essas práticas se capilarizam no tecido social e podem ser definidas como três tipos de governo: “[...] governo de si mesmo (moral), a arte de governar adequadamente uma família (economia) e a ciência de bem governar o Estado (política).” (FOUCAULT, 1998a, p. 280).

As teorias da arte de governar procuram estabelecer uma continuidade na relação entre as várias formas de governo, isto é, estabelece-se uma relação de reforço mútuo, de imanência entre as mesmas. Essa continuidade pode ser ascendente e descendente.

Continuidade ascendente – aquele que quer poder governar o Estado deve primeiro saber se governar, governar sua família, seus bens, seu patrimônio [...]. Continuidade descendente – quando o Estado é bem governado, os pais de família sabem como governar suas famílias, seus bens, seu patrimônio e por sua vez os indivíduos se comportam como devem [...]. E nos dois casos o elemento central é a família que se chama de economia. (FOUCAULT, 1998a, p. 281).

O desafio, portanto, era como transferir esse modelo doméstico para uma forma de gestão de Estado; como introduzir a economia à política, isto é, “[...] a maneira de gerir corretamente os indivíduos, os bens, as riquezas no interior da família – ao nível da gestão de um Estado [...]” (FOUCAULT, 1998a, p.281). Dessa forma, a economia do século XVIII designará um campo de intervenção do governo. O governo passa a se encarregar dos homens e das suas relações com as coisas, as riquezas, os recursos, o clima, os acidentes ou desgraças, a fome, a epidemia, a morte, etc, de forma que o território e a propriedade passam a ser apenas variáveis.

É importante frisar que nessa mudança do entendimento de Estado como território conquistado ou herdado, que precisa ser mantido e protegido, para um Estado em que a população torna-se central para o governo, não se dá em uma passagem de forma estanque. O interesse não era mais só pelos bens, mas pela vida e sua produtividade. Gerir o território e sua população de forma mais eficaz, mais econômica, tornou-se central para a racionalidade política.

A arte de governar encontrou sua primeira forma de cristalização ao se organizar em torno de uma razão de Estado, e essa, constituiu-se num obstáculo para o desenvolvimento da arte de governar que durou até o início do século XVIII. Isso se deu, basicamente, em função de duas limitações: por um lado, um quadro muito vasto de soberania e, por outro, o modelo inconsistente da família, ou seja, “Com o Estado e o soberano de um lado, com o pai de família e sua casa de outro, a arte de governo não podia encontrar a sua dimensão própria.” (FOUCAULT, 1998a, p. 287).

A arte de governar, como conjunto de saberes que constituem uma racionalidade própria para o Estado, só conseguiu desbloquear-se quando “[...] mudaram as condições econômicas e demográficas da Europa e, por isso mesmo, articulou-se ao conceito moderno de população e, na esteira deste, também, o conceito moderno de economia.” (VEIGA-NETO, 2002a, p. 18).

Assim, a economia torna-se um campo de possibilidades de intervenção do Estado. Pode ser entendida como procedimentos que fazem circular os efeitos do poder de forma contínua, adaptada e individualizada em todo o corpo social. Apoiar-se mais nos corpos (extração de tempo e de trabalho) e na sua vigilância contínua, do que na terra e seus produtos.

A população, por sua vez, passa a ser o fim e o meio da arte de governar. Foucault (1998a) nos esclarece que o termo “população” não é novo, pois há muito tempo era conhecido e utilizado, porém com significados diferentes daqueles que aparecem no final do século XVIII. Até o século XVII, a noção de população aparecia seguindo uma modalidade negativa, remetendo ao movimento pelo qual se repovoava um território que havia se tornado despovoado devido a desastres naturais, epidemias ou guerras. No final do século XVII, surgiu um valor positivo da noção de população, na medida em que ela apareceu como o princípio da riqueza e da força produtiva de um determinado Estado, pois era aquilo que fornecia ao Estado os braços para as atividades produtivas. No século XVIII, ganhou um novo sentido, deixando de significar uma coleção de sujeitos de direito, ou uma coleção de vontades que devem obedecer à vontade de um soberano pelo intermédio de leis e regulamentos, para ser “[...] o objeto técnico-político de uma gestão ou de um governo.” (FOUCAULT, 1998a, p. 289).

Assim, como meio e fim de governar, deve-se extrair da população suas forças, sua duração de vida, sua saúde, aumentar sua potência produtiva de forma econômica e eficiente. Para governar sujeitos, no entanto, é preciso conhecê-los, torná-los dizíveis e a *expertise* exercerá um papel chave nesse sentido. Para Rose (1999), o governo de uma população depende do conhecimento, ou seja, é necessário isolá-la como um setor da realidade, identificar certas características e processos que lhe são próprios, fazendo com que seus traços se tornem observáveis e dizíveis. É necessário, também, transformar certos fenômenos (doença, morte, nascimento,

casamento, etc) em materiais sobre os quais o cálculo político possa ser feito. “Isto é, o cálculo depende de processos de ‘inscrição’, que traduzem o mundo em traços materiais: relatórios escritos, mapas, gráficos e, de forma proeminente, números.” (ROSE, 1999, p. 37). Tais processos de inscrição dizem respeito à estatística que, enquanto Ciência do Estado, é de grande importância, pois classifica, descreve, seleciona, transforma em dados os atributos da população, tornando possível “[...] que esses entrem nos cálculos dos governantes, controlando, assim, a população e diminuindo os riscos.” (KLAUS, 2004, p. 41). O governo, desse modo, investe em campanhas e técnicas, através das quais age diretamente e indiretamente sobre a população e seus fluxos: taxas de mortalidade, de nascimento, crescimento demográfico, etc.

Em seus estudos, Foucault (1998a) demonstra que o Estado não é a origem das relações de poder, não sendo, desse modo, um centro constituidor de relações de dominação, que seriam capilarizadas pela sociedade. Pelo contrário, ele demonstra que a capilarização das relações de poder é um fenômeno anterior ao estabelecimento do Estado Moderno. Assim, não se trata de fazer uma história da estatização das relações de poder, mas da governamentalização do Estado, uma história da governamentalidade, que o filósofo denomina como:

1 - o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma de saber principal a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança;

2 - a tendência que em todo Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes;

3- O resultado de processo através do qual o Estado de Justiça de Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado Administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado. (FOUCAULT, 1998a, p. 291-292).

A governamentalidade pode ser entendida como uma racionalidade política, que permite a operacionalização de uma tecnologia de poder macro e micro, ao atingir a totalidade, e ao mesmo tempo, preocupar-se com cada um dentro de um todo. A partir dos estudos de Foucault, é possível compreender que a Modernidade privilegiou a

governamentalização do Estado, pois, a partir de suas táticas de governo, permitiu definir o que compete ou não ao Estado. O processo de governamentalização permitiu racionalizar, organizar e centralizar ações nas instituições constituídas pelo Estado.

[...] a governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. Se o estado é o que é, é graças a esta governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado. São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc.; portanto, o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade. (FOUCAULT, 1998a, p. 292).

O analfabetismo é considerado um problema nacional, desde os tempos do Império, tornando-se uma preocupação do Estado. Com isso, sua erradicação também passou a ser um compromisso do Estado. A partir das últimas décadas, esse compromisso passa a ser também de todos os brasileiros, das entidades filantrópicas e das empresas privadas, que têm “responsabilidade social”. O Estado continua intervindo em problemas sociais, mas de modo diferente: desestatizando as ações sociais e dividindo sua execução com a sociedade civil por meio da constituição de uma rede de parcerias. Co-responsabilizados pela administração de problemas sociais, empresários e voluntários constituem a parceria entre o Estado e a sociedade e assumem a intervenção nos problemas sociais, entre eles, a educação da parcela analfabeta, promovendo o “empresariamento da erradicação do analfabetismo”. (TRAVERSINI, 2006, p. 77).

Sabemos que, na Contemporaneidade, muitas políticas públicas são gestadas, propostas, articuladas e implementadas pelo Estado, principalmente as de cunho social, como as voltadas à educação, à saúde, à habitação, etc. Outras são assumidas pela iniciativa privada, suprindo, compartilhando ou até mesmo substituindo as políticas estatais. Nessa perspectiva, a *Ação ABC Alfabetizando* surge como política da iniciativa privada, objetivando a alfabetização da população. Desta forma, ao conclamar os Governos municipais e a população para integrarem-se, mobilizarem-se e “fazer acontecer” a alfabetização dos jovens e adultos analfabetos dos municípios, a *Ação ABC Alfabetizando* está regulando, controlando e diminuindo o risco social. Em outras palavras, está governando. Para tal, lança mão de estratégias, como o saber estatístico

e os discursos acerca do desenvolvimento, da cidadania e do espírito comunitário, além da mídia, para conduzir e responsabilizar autoridades municipais e a comunidade a alfabetizarem os jovens e adultos analfabetos de sua abrangência.

5.2 ANALFABETISMO: do risco⁴⁴ social ao risco de si

Há sempre um número demasiado deles. “Eles” são os sujeitos dos quais devia haver menos – ou, melhor ainda, nenhum. E nunca há um número suficiente de nós. “Nós” são pessoas das quais devia haver mais. (BAUMAN, 2005, p. 47).

Numa sociedade que privilegia a normalidade, essa aparece como estratégia de controle da vida da população. Articulada com o poder, a gestão da vida passa a ser entendida, num sentido foucaultiano, como biopoder, isto é, um poder que oferece possibilidade para que os mecanismos de normalização encontrem espaço para se desenvolverem, regulando e visando à ordem da sociedade. Assim, a normalização idealizada pelo biopoder requer a introdução de mecanismos reguladores, que vão fazer uso de estimativas, de médias para fixar o que vem sendo entendido como equilibrado, normal e seguro. As estatísticas se constituem em saberes importantes e necessários à regulação da população, ou, em outras palavras, ao governo. Ela permite produzir e estabelecer uma rede de informações obtidas e estudadas pelos *experts*, como matemáticos, demógrafos, profissionais do serviço social, professores, pesquisadores da medicina social e, a partir das mesmas, analisar e situar um local como sendo ou não de risco. Segundo Castel (1986), uma comunidade passa e ser considerada de risco, quando se associam várias condições ou fatores de risco, como analfabetismo, baixa escolarização, falta de emprego, proliferação de doenças, entre outros. Tais problemas, quando identificados, exigem intervenções para sua correção e/ou extinção.

Com as informações ao longo do tempo, os números fornecem uma maneira de raciocinar a respeito da relação entre fenômenos sociais e educacionais. Os números definem trajetórias para sinalizar progressos ou identificar locais

⁴⁴ Segundo Castel (2005) um risco, no sentido próprio da palavra, é um acontecimento previsível, cujas chances de que ele possa acontecer e o custo dos prejuízos que trará podem ser previamente avaliados.

potenciais de intervenção por meio de políticas de Estado. (POPKEWITZ; LINDBLAD, 2001, p. 115).

Ao ser identificado, o risco precisa ser governado. Para Foucault (1998a), governar uma população é torná-la produtiva. Governa-se para aumentar as riquezas, a duração da vida, conservar a saúde, escolarizar a população. Para atingir esses fins, são inventados instrumentos como as campanhas e os programas, através dos quais se age diretamente sobre a população. Inspirado por essa noção, Dean (1999, p. 13) argumenta que “[...] a arte de governar ou a governamentalidade sugere uma atividade que requeira habilidade, imaginação e capacidade de adaptação.” O autor continua afirmando que “[...] analisar governo é analisar aquelas práticas que tentam moldar, esculpir, mobilizar e lidar com escolhas, desejos, aspirações, necessidades, vontades e estilos de vida de indivíduos e grupos.”

Nesta seção, procuro argumentar que a *Ação ABC Alfabetizando* pode ser considerada uma Ação que utiliza estratégias para gerenciar (ou governar) o risco, tendo na estatística um saber importante para este gerenciamento (governo). Como para o país, “[...] o risco social gera altos custos e torna uma parcela da população dependente do Estado para resolver seus problemas.” (TRAVERSINI, 2003, p. 109), é importante que os índices de analfabetismo e a baixa escolaridade sejam controlados. Dessa maneira, podemos entender a *Ação ABC Alfabetizando* como uma ação que propõe o desenvolvimento de práticas de gerenciamento do analfabetismo evitando ou reduzindo o risco social para o desenvolvimento da sociedade e do indivíduo nos municípios de sua abrangência. Os Governos municipais, desse modo, criam programas de alfabetização conclamando e recrutando jovens e adultos, com os quais não querem somente “[...] resgatar a escrita e a leitura, mas a cidadania das pessoas.” (NH, 31/05/04, p. 7).

Os índices de analfabetismo dos municípios, conhecidos e divulgados pelas páginas da *Ação ABC Alfabetizando*, potencializam a expectativa e a exigência da invenção/criação/elaboração de estratégias para minimizar ou extinguir o analfabetismo, e isso pode ser compreendido como uma exigência de extinguir o risco daqueles municípios que ainda não conseguiram melhorar ou alcançar os índices desejados. A produção de dados estatísticos é, dessa forma, um poderoso instrumento

para o gerenciamento (governo) dos indivíduos, das populações, dos gestores municipais. Ao noticiar os índices, os prêmios, as inovações que deram certo, os jornais instituem práticas, desafiando os municípios que ainda possuem analfabetos acima da meta estipulada a conseguirem os mesmos resultados daqueles premiados.

A noção que atribuímos atualmente à palavra *risco* se estabelece na Modernidade, em função da emergência da noção de população. Nas sociedades antigas, a “[...] produção da insegurança não estava relacionada com a responsabilidade humana”, (TRAVERSINI, 2003, p. 111), mas, sim, com os perigos naturais, como enchentes, terremotos e temporais, e com o sobrenatural: as crenças, adivinhações e os costumes. Na Modernidade, com a invenção da noção de risco, algumas ações passaram a ser consideradas de prevenção, capazes de evitar os perigos e ameaças, gerando uma sensação de domínio da insegurança e da incerteza. Prevenir e controlar os riscos que se gestam no interior de uma população – tais como analfabetismo, doenças, pobreza, violência – demandou a invenção de estratégias, mecanismos e saberes específicos sobre a mesma, para gerenciá-los.

Nesse exercício de gerenciamento do social não é visada à totalidade da população, mas sim, uma parcela dela: os analfabetos, que geram altos custos sociais para o Estado, já que, geralmente, são pessoas com maiores necessidades econômicas, de saúde, de assistência generalizada. Como o governo do Estado precisa ser econômico, tanto no uso de suas atribuições de poder, quanto no sentido do controle fiscal, gerenciar riscos sociais se tornou uma prerrogativa do Estado que busca extrair da população a potência produtiva e, com isso, minimizar situações que possam gerar despesas nas áreas do bem-estar social, como a saúde, segurança e educação.

Assim, nesta pesquisa, procuro mostrar que os programas de alfabetização de jovens e adultos criados e implementados pelos gestores municipais, a partir da *Ação ABC Alfabetizando*, podem ser considerados mecanismos de gerenciamento e controle do risco social, uma vez que, não raras vezes, o analfabeto é considerado incapaz, improdutivo, sem visão de mundo. Sendo assim, o analfabeto precisa ser capturado e alfabetizado, para ser introduzido no mundo de oportunidades de uma vida melhor. Seguindo este raciocínio, alfabetizar seria uma vontade de poder.

Para Foucault (1995), o poder não é algo que se detém, mas sim que se exerce, que funciona, que é capilar, que é uma ação sobre as ações dos outros. Assim, cada analfabeto que é capturado, que é trazido à “luz das letras” é computado positivamente no desempenho do município, refletindo nas suas estatísticas e elevando o nível de escolarização. Para essa captura, é mobilizada toda a sociedade, como mostra o Jornal NH em uma de suas reportagens:

*“[...] os estudantes farão um mapeamento da comunidade com visitas de porta em porta e que contará com a ajuda de **agentes comunitários de saúde**. Além deles, também se unem no esforço **escolas municipais, estaduais e particulares, clubes de mães e grupos de idosos**.”* (NH, 26/04/2004, p. 7).

*“[...] **alunos, professores, agentes de saúde e familiares trabalham na busca pela erradicação do analfabetismo na cidade**. Todo trabalho desenvolvido de porta em porta nos mostra que podemos conseguir resgatar a cidadania de nossos moradores.”* (NH, 14/05/04, p.7)

*“Este ano, além das **escolas, contamos com o apoio de igrejas e de outras entidades a nos ajudarem a localizar estas pessoas**.”* (NH, 19/06/06, p.7)
(grifos meus)

Para Foucault (1995), o poder não é tomado como um fenômeno de dominação de um indivíduo sobre os outros, tampouco como uma ação que emana de um centro. Para o filósofo, o poder é “uma ação sobre ações” (FOUCAULT, 1995, p. 243), e deve ser analisado como algo que circula, que funciona e se exerce em rede, que se dá nas relações entre as pessoas ou entre grupos, ou seja, nas “relações de poder”.

Veiga-Neto (2007), aponta que o governo como condução de condutas, além de uma ação (de poder) de um/uns sobre o(s) outro(s), também passa a ser uma ação em que cada um conduz a si mesmo, ou seja, de uma ação de alguém sobre si mesmo, sobre aquilo que pensa e sobre aquilo que faz. Nesse sentido, o analfabeto é responsabilizado por sua condição e levado também, a buscar, por si mesmo, modificar sua condição, transformando-se em alfabetizado e, ao fazer isso, tem a possibilidade de tornar-se um empresário de si mesmo (TRAVERSINI, 2006), ou seja, a crença de que, ao ser alfabetizado é conduzido a se tornar responsável por sua vida, sua subsistência, e parte-se do pressuposto de que, se ele não conseguir atender às expectativas da sociedade (de consumo, por exemplo), a falha é do sujeito.

A maximização da liberdade individual constitui-se numa tática adotada pela racionalidade neoliberal de governar, “[...] de modo que cada um pense que é livre para fazer suas escolhas” (VEIGA-NETO, 2000, p.199), sendo responsabilizado pelas mesmas. A iniciativa própria e o interesse pela busca da alfabetização como tecnologia para tornar-se um sujeito autônomo, competente, auto-sustentável e feliz caracterizam um tipo de pensamento por meio do qual a busca de alternativas para resolver os problemas que atingem a população depende da capacidade e competência de cada indivíduo.

Nesse sentido, o homem seria constituído como capital para si mesmo, como seu próprio recurso. E então, o analfabeto, antes de representar um risco para a sociedade, representa um risco para si mesmo. Nos excertos abaixo, os alfabetizandos reforçam esta ideia, ao serem perguntados porque desejam ser alfabetizados.

*“Porque sinto necessidade de aprender ler **para entender os papéis que eu assino. Os papéis no banco, nas lojas, enfim, ler tudo que vem na minha frente.**” (NH, 31/05/08, p. 49)*

*“Sinto a necessidade de aprender a ler **para pegar ônibus sozinha, ler o nome das lojas, dos mercados, das placas. Ler a Bíblia.**” (NH, 31/05/08, p. 49)*

*“Quero me virar sozinha e **não depender de ninguém.**” (NH, 31/05/08, p. 49)*

*Agora posso **ir para os mercados e ler as promoções, horários de médicos e as propagandas.** (NH, 06/09/08, p.55)*

*“Quero enfrentar as questões do dia-a-dia, **para não ser mais logrado com facilidade.**” (NH, 07/06/08, p. 47)*

Grifos meus

Ser logrado, não pegar o ônibus certo, não reconhecer nomes de lojas, não saber ler folhetos de promoções são alguns dos riscos que, na opinião dos analfabetos, eles correm. Para não correr tais riscos, então, é preciso alfabetizar-se. Assim, o analfabeto é levado a acreditar que a busca da realização pessoal e profissional depende de cada um e de que a iniciativa, a flexibilidade, a autonomia, a excelência, a liderança – linguagem da eficiência do mercado – são características indispensáveis para tornar cada indivíduo capaz de encontrar, por si mesmo, os meios de seu auto-gerenciamiento. O analfabetismo, segundo esse pensamento, não é fruto das condições

sociais, mas é uma condição própria do indivíduo que, para deixar de ser analfabeto, só dependerá única e exclusivamente de sua vontade individual.

Nas páginas da *Ação ABC Alfabetizando*, são recorrentes os depoimentos em que os alfabetizados são incitados a falar sobre o que irão fazer quando dominarem a leitura e a escrita:

*“Para aprender a **escrever o meu nome.**”*
(H.C.P. 17 anos)⁴⁵

*“**Pra ninguém mais me passar a perna**, pois eu assinei um papel e aí meu filho de criação tirou meu sítio e minha casa. Nunca mais vou botar o dedo pra assinar alguma coisa.”*
(A.P. 55 anos)

*“Porque estou com muita vontade de aprender a ler. Quero **ler livrinhos e a Bíblia.**”*
(T.O. 26 anos)

*“**Não depender dos outros** para ir a algum lugar e copiar as receitas de que gosto.”*
(I.G. 58 anos)

*“Quero aprender **para conseguir um trabalho melhor, pegar ônibus sem medo de errar.**”*
(D.F. 58 anos)

*“Quero aprender a ler **para ler sozinha as cartas de meus filhos, o jornal, a conta de luz e água**, identificar os preços das roupas e das outras coisas.”*
(M.V. 73 anos)

Fonte: NH, 31/05/08, p.49

Conquistar seu espaço, mudar de vida, tornar-se outra pessoa e, principalmente, tornar-se uma pessoa que governe a si mesmo, independente, autônoma, responsável por si são metas que dependem do esforço de cada alfabetizado(a). Responsabilizar cada indivíduo pelo seu sucesso ou fracasso, como efeito de suas escolhas, pode ser uma característica da forma de gerenciamento do risco centrado na individualização. Desse modo, buscar alfabetizar-se, dar continuidade aos estudos, desenvolver talentos individuais são ações exercidas pelos indivíduos, sobre si mesmo, que o impulsionam a prevenir-se contra o risco, tornando-se um “sujeito prudente” (TRAVERSINI, 2003, p. 139), ou seja, um sujeito que calcula benefícios e riscos ao agir de determinadas formas e que procura otimizar sua independência, fazendo escolhas adequadas para administrar a sua vida, sua família e sua comunidade.

⁴⁵ As letras indicadas correspondem as iniciais dos alfabetizados.

6. GOVERNANDO...

as estratégias de governo que operam sobre a população

Mas nada disso [processo de subjetivação operado pelos discursos] é orquestrado a partir de centros de poder de que o Estado seria o maior agente, como argumenta a grande maioria das teorias políticas. Os discursos não estão ancorados ultimamente em lugar nenhum, mas se distribuem difusamente pelo tecido social, de modo a marcar o pensamento de cada época em cada lugar, e, a partir daí, construir subjetividades. (VEIGA-NETO, 2007, p.99/100)

A epígrafe acima retoma a idéia de como os discursos se disseminam por todo tecido social, infiltram-se nas escolas, nos lares, nos programas televisivos, nas universidades, nas conversas cotidianas, nas marcas e campanhas publicitárias, nas páginas de jornal, sem limitar-se a nenhuma dessas maquinarias. Marcam o pensamento em determinados tempos e espaços e, “com suas regras internas e externas, os discursos organizam e ordenam os sentidos por onde quer que passem” (FERREIRA, 2009, p.59). Assim, como sujeitos dos discursos, somos interpelados, produzidos e posicionados ao mesmo tempo, produzimos, interpelamos e ajudamos a posicionar outros sujeitos, numa cadeia que se difunde de forma capilarizada pela sociedade.

Para Foucault (1986), todos esses discursos que nos chegam e são aceitos como naturais do mundo social, devem ficar “em suspenso”. Não é negá-los ou ignorá-los, é trazê-los para o centro da discussão e mostrar que resultam de uma complexa trama que lhes permite aparecer desta forma neste momento. No caso específico desta pesquisa, cabe perceber como o discurso em torno do alfabetismo é capaz de forjar um sentimento de coesão social, de pertencimento a uma região; e como é capaz de divulgar valores, comportamentos e costumes de um grupo, dentro de uma lógica neoliberal que necessita de pessoas que tenham ou busquem habilidades ajustáveis às oscilações do mercado. Assim, a discussão que pretendo fazer vem da necessidade de

entender como os discursos que marcam determinadas crenças, presentes nas páginas da *Ação ABC Alfabetizando* e noticiados da mídia, são resultados de práticas sociais e se constituem em estratégias de governo para alfabetizar os jovens e os adultos da região.

Olhando para esses discursos, percebendo suas recorrências, agrupando-os e selecionando-os, foi possível construir três unidades de análise – *os mitos: sustentando a Ação ABC Alfabetizando, o papel da mídia na mobilização da Ação e a estatística: saber necessário ao governo*.

6.1 OS MITOS: SUSTENTANDO A AÇÃO ABC ALFABETIZANDO

Presente nos discursos veiculados pela *Ação ABC Alfabetizando*, a crença na alfabetização como possibilidade de desenvolvimento pessoal e econômico transformou-se em uma verdade que passou a constituir algumas suposições, dentre elas a de que a alfabetização aliada à escolaridade favorecia o alcance de melhores condições de vida e de trabalho. Nessa perspectiva, a parcela analfabeta da população torna-se problemática, não conseguindo responder favoravelmente a essas suposições, e torna-se um entrave, um atraso, necessitando de um investimento para correção da sua deficiência. Tal investimento é oferecido através de programas de alfabetização de jovens e adultos nos municípios, possibilitando trazê-los para uma posição de igualdade de condições dos alfabetizados.

Desse modo, procuro mostrar, nesta seção, como alguns mitos se constituem e se fortalecem a partir de regularidades discursivas, presentes nas páginas da *Ação ABC Alfabetizando*. Faço uso do termo mito, inspirada na expressão utilizada por Graff (1990), *o mito do alfabetismo*. A partir da análise do mito do alfabetismo, desenvolvido por Graff, e das análises do material empírico da pesquisa, tenciono algumas crenças sobre o alfabetismo encontradas nos discursos das páginas da *Ação ABC Alfabetizando*, e que caracterizo como mitos⁴⁶.

⁴⁶ A palavra mito vem do grego *muthos*, que significa fábula ou palavra. Os mitos gregos eram histórias sobre as divindades gregas e eram contadas através de uma tradição oral que passava de geração à geração. Mito, segundo Barthes (2004) seria sempre uma representação coletiva, transmitida através de

Procuro mostrar, também, que esses discursos – os mitos, que circulam de forma recorrente nas páginas da *Ação ABC Alfabetizando* – constituem-se numa estratégia de governo do analfabetismo, uma vez que mobilizam Governos e população (todos desejam uma cidade/região alfabetizada), e operam sobre os mesmos (todos ajudam a identificar, encaminhar e alfabetizar os analfabetos) para manter os índices de analfabetismo da região reduzidos. A análise do material empírico desta pesquisa leva-me a inferir que os mitos se apresentam e operam por três vias. São elas: “*alfabetismo-como-uma-via-para-o-desenvolvimento*”⁴⁷, “*alfabetismo-como-uma-via-para-a-cidadania*”⁴⁸ e “*o espírito comunitário*”.

Inicialmente, atendo-me à primeira via, tentando mostrar, nos discursos encontrados, como o *alfabetismo-como-uma-via-para-o-desenvolvimento* (GRAFF, 1990), isto é, a crença no alfabetismo como um requisito do desenvolvimento econômico pessoal e social é presente e recorrente, apresentando a alfabetização como via, como caminho, como decolagem para uma vida melhor.

*“O Brasil é um país que, em pleno ano de 2004, ainda padece da preocupante cifra de mais de dezesseis milhões de analfabetos com mais de 15 anos de idade. São quase 10% da população brasileira, **pessoas que, na plenitude de sua capacidade produtiva, vêem seus horizontes pessoais e profissionais limitarem-se significativamente a uma gritante subcidadania. Isso ocorre, a rigor, em razão de se verem condenados à ignorância dos seus direitos mais comezinhos, que vão desde a interpretação de uma placa de sinalização até a falta de acesso aos contratos mais significativos das suas vidas, passaportes para vôos mais elevados rumo à realização profissional e material.**”*
(NH, 01/11/04, p. 7)
(grifos meus)

Como mostra o excerto acima, a estatística revela números e taxas que potencializam o discurso sobre analfabetismo como responsável pela perdas, pela carência, pela privação e pelo desprovemento de habilidades, tornando-se um entrave ao desenvolvimento pessoal e social. Transformando-se em verdade, passa a constituir suposições, dentre as quais a de que a alfabetização, aliada à escolaridade, é o passaporte para o alcance de melhores condições de vida e de trabalho e,

várias gerações e que relata uma explicação para o mundo. Mito é, por conseguinte, a parole, a palavra revelada, o dito. Disponível em: <http://WWW.mundodofilosofos.com.br/mito.htm>. Acesso em 25/05/10.

⁴⁷ GRAFF, 1990, p.35

⁴⁸ Uma adaptação da expressão: “alfabetismo-como-uma-via-para-o-desenvolvimento”. Graff (1990, p.35)

consequentemente, o desenvolvimento social. Nesse sentido, pode-se dizer que o analfabetismo se constitui num risco ao desenvolvimento social.

A expectativa e a suposição da primazia do alfabetismo como condição para o desenvolvimento, bem como a crença na educação como fator de transformação econômica, social e individual, nos dois últimos séculos, criou o *mito do alfabetismo* (Graff, 1990). As implicações decorrentes desse conjunto de suposições presentes nas teorias, pensamentos e expectativas, que supervalorizam as habilidades da leitura e da escrita, produzem um discurso atravessado por relações de poder/saber que posicionam sujeitos e criam estereótipos que são tomados como verdades.

O autor sugere uma “reconceptualização do alfabetismo” (p.44), no sentido de criticar as ideias sobre alfabetismo presentes nos discursos leigos, acadêmicos e, neste caso, midiáticos, como marca preponderantemente distintiva da sociedade civilizada. Ele problematiza o valor atribuído às habilidades de leitura e da escrita, bem como da escolarização, como responsáveis pelo desenvolvimento econômico, social e individual. Advoga que “a má compreensão do alfabetismo é tão verdadeira para o passado quanto para o presente” (GRAFF, 1990, p.32), sendo comum encontrarmos, na atualidade, discursos que reforçam a dicotomia analfabeto/alfabetizado relacionando com capaz/incapaz e produtivo/improdutivo. Nesta direção, Trindade(2004b) argumenta:

Consideramos problemáticos os discursos que desvalorizam as habilidades dos não-escolarizados, ao mesmo tempo em que valorizam as dos escolarizados, já que cada habilidade deve ser analisada no seu contexto de aprendizagem e uso. Podemos, isto sim, lançar um outro olhar para a relação entre as equações alfabetização e escolarização, bem como alfabetização e mudança cognitiva, destacando a importância de considerarmos tais equações como produtos culturais que ganham contornos regionais e históricos (TRINDADE, 2004b, p. 132).

São discursos gestados na Modernidade que reiteram a escola como *locus* privilegiado da leitura e da escrita, no qual se dá a construção das habilidades necessárias para ter sucesso na vida e, sem as quais, não se chega a nenhum lugar. Assim, torna-se necessária a revisão dos significados e das concepções do alfabetismo, naturalizadas até o tempo presente, e “[...] colocar novas questões que possam levar a novas visões sobre o alfabetismo e seus papéis” (GRAFF, 1990, p.32). Graff (1990) argumenta ser extremamente complexo definir alfabetismo e julga que, para fazê-lo,

esse não pode ser removido de seu contexto sócio-histórico, pois o mesmo se constituiu em diferentes espaços, práticas e funções sociais. Então, é necessário a

[...] reconstrução dos contextos de leitura e escrita; como, quando, onde, por que e para quem o alfabetismo foi transmitido; os significados que lhes foram atribuídos; os usos que dele foram feitos; as demandas colocadas sobre as habilidades alfabéticas; o grau nos quais essas demandas foram satisfeitas; a extensão cambiante da restrição social na distribuição e difusão do alfabetismo; e as diferenças reais e simbólicas que emanaram da condição social do alfabetismo entre a população. (GRAFF, 1990, p.40)

Ao analisar as práticas de alfabetismo, a partir de uma perspectiva sócio-histórica, torna-se necessário enfatizar as continuidades e contradições na história da sociedade e na cultura ocidental sobre o papel e o lugar do alfabetismo. Nesse sentido, Graff(1990) traz informações sobre a existência de múltiplas vias para a construção de sociedades alfabetizadas anteriores à escolarização e não necessariamente relacionados ao desenvolvimento econômico, social e pessoal, como é o exemplo sueco, demonstrado nas pesquisas de Egil Johansson. O pesquisador relata que, no século XVII, os altos níveis de alfabetismo que o país sustentava eram definidos em termos de leitura e não pela escrita, além de estarem relacionadas a questões religiosas. Num esforço conjunto entre Igreja Luterana e o Estado, o alfabetismo era exigido de todas as pessoas sob as penas da lei. A partir do Rei Carlos XI, os sacerdotes (pastores) que se dirigiam às casas, para fazer inspeções anuais, testavam a leitura e o nível de compreensão do Pequeno Catecismo de Lutero por todo sueco. Assim, os párocos tornaram-se os guardiões e responsáveis pela leitura e, as famílias, seu instrumento, priorizando as mulheres e mães, o que levou à obtenção anormal de altas taxas de alfabetismo feminino. Nesse sentido, podemos pensar que, se atualmente o analfabetismo se constitui num risco ao desenvolvimento social, no século XXVII também o era, mas dentro de outra racionalidade. Naquela época, o risco que deveria ser gerenciado era o de não ser conduzido pela palavra de Deus.

A partir da pesquisa de Johansson, Graff(1990) sustenta que o alfabetismo é múltiplo e acontece baseado nas necessidades que se apresentam: “um protestante, para receber os sacramentos ou para se casar, devia estar apto para ler a palavra de Deus diretamente”. (GRAFF, 1990, p.53)

Além da Suécia, outras áreas alcançaram rapidamente altos índices de alfabetismo, como a Escócia, Nova Inglaterra, a Alemanha e a Suíça, países de religião intensamente fervorosa, usualmente (mas nem sempre) protestante.

Para Graff (1990), a Reforma constitui-se na primeira grande campanha de alfabetização na história do Ocidente, e deixou importantes legados para o desenvolvimento do alfabetismo. Uma das grandes contribuições foi o “reconhecimento de que o alfabetismo, uma habilidade potencialmente perigosa ou subversiva, poderia ser empregado – se controlado – como um meio para a escolarização e o treinamento popular numa escala sem precedentes” (GRAFF, 1990, p.48). Assim, o sonho de Lutero, que dependia do alfabetismo e da escolarização universais para seu êxito, contribuiu para a causa do alfabetismo popular. Ainda recorrendo a fatos históricos, Graff(1990) nos mostra que há contradições quanto à existência de uma relação direta entre alfabetismo e desenvolvimento social e econômico. A industrialização inicial de vários países, deveu pouco ao alfabetismo ou à escolarização. Raras vezes, suas demandas sobre as forças de trabalho foram de natureza intelectual ou cognitiva. Passos importantes, no comércio e mesmo na indústria, ocorreram em alguns períodos e lugares com baixos níveis de alfabetismo. Inversamente, níveis mais altos de alfabetismo não se mostraram ser propulsores do desenvolvimento econômico moderno. Como exemplo, podemos citar a Suécia e a Alemanha, que possuíam altas taxas de alfabetismo e não eram industrializadas.

Graff(1990) admite, no entanto, que a existência de níveis mais altos de educação popular (nível de escolaridade da população), anterior ao capitalismo fabril, pode ter tornado o processo diferente, menos violento e isento de conflitos para o mercado e para a fábrica. Essa suposição baseia-se na ideia da escola como instituição de disciplinamento, contribuindo para “preparar a futura força de trabalho para a conduta, os hábitos, o comportamento, os ritmos e a disciplina exigida pela fábrica” (GRAFF, 1990, p.50).

Cook-Gumperz (1991) também afirma que, entre os séculos XVI e XIX, havia uma multiplicidade de alfabetizações relacionadas às práticas cotidianas e que precederam o desenvolvimento industrial numa parcela significativa da população. Discute como historicamente esta multiplicidade se desenvolveu requerendo diferentes

habilidades e finalidades nas populações, até chegar “a uma noção de alfabetização escolar única, estandardizada, do século XX” (COOK-GUMPERZ, 1991, p.34). Essa última, no entanto, parece prevalecer e se re-atualizar no pensamento dos tempos atuais, reforçando a ideia do mito do alfabetismo, isto é, “alfabetismo-como-uma-via-para-o-desenvolvimento” (GRAFF, 1990, p.35). Nos textos das páginas da *Ação ABC Alfabetizando*, a presença do mito do alfabetismo é recorrente e sustenta a implantação da *Ação ABC Alfabetizando*:

*“Erradicar o analfabetismo é o primeiro passo efetivo para **reduzir os problemas da fome, da miséria, da segurança, do desemprego, do baixo crescimento econômico**, entre outros problemas que tanto assolam o nosso país” (www.abcalfabetizando.com.br- acesso em 23/05/08)*

*“O analfabetismo constitui um entrave para a realização pessoal de cidadãos e do **progresso da região e do país**”. (NH, 11/10/04, p.7)*

*Com esses números, passamos a refletir: **como nosso país poderá se desenvolver** mais rapidamente para diminuir os problemas sociais, e como poderá competir com os países desenvolvidos num mundo globalizado, em posição tão adversa. (NH, 26/07/04, p.7)*

*Essas pessoas poderão, desse modo, alcançar melhor qualidade de vida, melhor qualificação profissional, viabilizando se **crescimento pessoal dentro da sociedade**. (NH, 25/10/04, p.7) (grifos meus)*

Os excertos retratam a atualidade e enfatizam o fortalecimento dos discursos em torno do mito do alfabetismo. Crescimento, progresso e desenvolvimento aparecem como palavras-chave e se constituem em marcas que justificam a implantação da *Ação ABC Alfabetizando* para promover a alfabetização das pessoas e, assim, diminuir os problemas e riscos sociais, instrumentalizando as pessoas e o país para competir no mundo globalizado. A alfabetização, então, se apresenta como tecnologia, instrumento de decolagem para uma vida melhor, como mostram os excertos

*“Quero saber ler o nome dos clientes e fazer anotações das vendas. **Vou continuar os estudos depois de aprender.**” (NH, 31/05/08, p. 49)*

*“Por que quero sair da rua. Vou **procurar um trabalho melhor** pois às vezes sou humilhada na rua.” (NH, 31/05/08, p. 49)*

*“Quero aprender a ler para **procurar um emprego bom**. Depois que eu souber ler, quero tirar carteira de motorista.” (NH, 31/05/08, p. 49)*

“Para **mudar de trabalho**, quero ser estilista, fazer roupa bonita. Tentar outra vida.” (NH, 31/05/08, p. 49)
(Grifos meus)

Nesse sentido, os discursos em torno do mito do alfabetismo (alfabetismo-como-uma-via-para-o-desenvolvimento) tornam-se uma estratégia de governo do analfabetismo da qual a *Ação ABC Alfabetizando* lança mão para se instituir e se sustentar. Governantes, empresários, comerciantes, comunidade, todos e cada um desejam uma região desenvolvida economicamente, que gera empregos, serviços de saúde, oferta de boa educação, assistência social aos que precisam, enfim, uma melhor qualidade de vida. Nessas condições não se enquadra o analfabeto, considerado um entrave, um risco ao desenvolvimento. Então, alfabetizar é preciso!

Feitas as análises do mito como uma-via-para-o-desenvolvimento, percebo que há uma segunda via, que, junto com a primeira, constitui uma rede de sustentação e fortalecimento da *Ação*, funcionando como estratégia de governo, qual seja, a do alfabetismo-como-uma-via-para-a-cidadania”. Esses discursos partem do pressuposto de que, para ser cidadã, a pessoa deve ser alfabetizada, sendo, assim, o analfabetismo a negação da cidadania, como explicita o excerto a seguir.

A chaga do analfabetismo é secular em nosso país, envergonhando-nos perante a comunidade internacional, perante a história e, especialmente, diante de nossa consciência, por permitirmos que crianças e jovens tenham atingido a idade adulta sem saber ler e escrever, **condição mínima para o exercício da cidadania.** (NH, 06/03/06, p.7)
Grifos meus

A revisão histórica do analfabetismo no Brasil, apresentada no capítulo 2, mostra-nos como o conceito de (an)alfabetismo tem-se modificado ao longo do tempo, considerando os contextos políticos-sociais-históricos em que é produzido. Da mesma forma, o analfabeto é concebido e caracterizado por novas (velhas) formas. Assim, enquanto o discurso na década de vinte sobre a “chaga do analfabetismo” se assentava no nacionalismo da época, tendo que ser exterminado para que pudesse ser alcançado o “progresso da Nação”, na primeira década do século XXI, ele se atualiza como “condição mínima do exercício da cidadania”.

A palavra cidadania deriva do latim, *ciuis*, que gerou *ciuitas*, “cidade”, “cidadania”. A palavra cidadania ou a expressão exercício da cidadania são encontradas seguidamente veiculadas pela mídia, e fazem parte de vários contextos, sejam educacionais, políticos ou empresariais. Na Contemporaneidade, possuem seu sentido expandido, adquirindo o status de “palavras meio mágicas” (VEIGA-NETO, 2002, p. 35), uma vez que funcionam “[...] como moeda forte, capaz de conferir àquele que a pronuncia um bom aumento do seu capital simbólico” (ibidem, p.35). Em muitas situações, basta pronunciá-las para que muitos pensem que está-se dizendo algo importante, sério e verdadeiro. Desse modo, defender a cidadania ou o exercício da cidadania, parece tornar-nos mais justos, fraternos, comprometidos e politicamente corretos, em um tempo que traz consigo problemas sociais, como a pobreza e a violência, entres outros. A partir desse cenário, a sociedade, de uma maneira ampla, procura por caminhos, saídas, soluções que minimizem ou acabem com os problemas que envolvem diversos setores, como os das pessoas analfabetas.

Esse “poder mágico” da palavra cidadania foi adquirido ao longo da história, uma vez que a história da cidadania está vinculada à própria história do homem, o que nos remete a buscar, em tempos passados, indícios de como esse conceito se constituiu e se modifica de acordo com as configurações de espaço e tempo⁴⁹. O objetivo, neste trabalho, não é fazer um estudo do passado, mas o de pensarmos o passado para dialogar com o presente.

Pinsky afirma que

Ser cidadão significa ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei, é ter direitos civis. Poder votar e ser votado, ter direitos políticos e ter direitos sociais, quer dizer poder participar das riquezas coletivas, como o direito à educação, ao trabalho, saúde e outros. (PINSKY, 2005, p.9)

De acordo com o autor⁵⁰, e entendendo o conceito de cidadania como um conceito construído historicamente, como veremos a seguir, percebemos que aquilo que em determinada época parecia perigo e subversão à ordem, como o voto, por exemplo, em outra época, se constitui num direito do cidadão. Assim, numa acepção

⁴⁹ Um histórico sobre cidadania pode ser encontrado em Pinsky (2005) e Müller (2008).

⁵⁰ Utilizo autores como Pinsky (2005), Fumare (2005) e Mondaini (2005), que não compartilham da perspectiva teórica utilizada nesta pesquisa, mas que são referências que discutem o conceito em estudo nesta seção.

mais ampla, pode-se afirmar que “cidadania é a expressão concreta do exercício da cidadania” (PINSKY, 2005, p.10). Nessa perspectiva, é através de práticas, do exercício de seus direitos que a pessoa exerce sua cidadania.

A partir de alguns fatos históricos alinhados cronologicamente, pretendo ilustrar como o conceito de cidadania modificou-se durante o tempo. Pinsky (2005) advoga que as bases da cidadania estão na história dos hebreus que, há quase trinta séculos, criaram os profetas sociais. Escolhidos para serem os mensageiros de um deus revolucionário, numa época de guerras, soldados, exércitos, conquistas e de culto a deuses, “[...] Eles partiram de um formato presente e familiar ao mundo em que atuavam, dando-lhes nova dimensão” (PINSKY, 2005, p. 21). Amós, com seu deus, mostrou o caminho que a sociedade deveria tomar contra a injustiça, rompeu com os costumes da monarquia hebraica e partiu em mar aberto. Os hebreus deixaram o legado de criação de um deus que não só ajudava o exército mas também solicitava o comportamento ético dos soldados, que deveriam ser comprometidos com a fome, a pobreza e a exclusão. É da doutrinação dos profetas sociais que se estabelecem as bases das grandes religiões ocidentais: cristianismo, islamismo e judaísmo.

Na Grécia, entre os séculos IX e VIII a.C, foram criadas as cidades-estado, reinventadas por mecanismos que produziram o cidadão e uma identidade comunitária com cultos, moeda, língua, leis e costumes, fechando-se em si mesmas. Suas diferenças levaram à necessidade de criação de mecanismos que pudessem resolver seus conflitos, um lugar de uma lei comum composta por conselhos de anciãos ou de “cidadãos”, que se impôs como norma escrita. Pertencer à comunidade significava participar da sua rotina. Existiam, porém, aqueles que integravam o território com seu trabalho e não participavam, de maneira efetiva, da vida cotidiana da comunidade. Eram os excluídos, dos quais faziam parte os estrangeiros, os prisioneiros e escravos, mulheres e crianças. Para Pinsky (2005), a abertura do espaço à cidadania deixou de representar a comunidade dos habitantes de um território circunscrito, para englobar os senhores de um império, fossem pobres ou ricos. Permitiu também que, por meio do voto, os cidadãos representassem a si mesmos.

Para os romanos, segundo Fumare (2005), o conceito de cidadania designa os membros da sociedade que têm direitos e decidem o destino do Estado. A História de

Roma é escrita sob a dualidade de patrícios e plebeus, em cuja organização, os primeiros eram detentores das riquezas e nobrezas, de plenos direitos e, os segundos, subalternos e excluídos. Os plebeus, através de lutas, fortaleceram as conquistas de espaços e avanços em direitos ao exercício da cidadania, como o voto, a implantação da corte de jurados e a oratória. O Cristianismo propiciou a formação de uma rede que contemplava indivíduos negligenciados pela administração romana. No interior do movimento cristão estavam indivíduos à margem que procuravam melhoria de vida.

Já na Idade Moderna (séculos XVII e XVIII), a Revolução Inglesa (1640-1688), considerada a primeira revolução burguesa da história, marcou a transição do feudalismo para o capitalismo, e uma nova visão de mundo foi instituída. A Reforma e o Renascimento oportunizaram uma ruptura no ritmo, até então entendido como natural, da constituição da sociedade. O homem passou a ser o centro, o saber científico foi valorizado e as descobertas tornaram-se inerentes à capacidade criativa do homem. Diante de tais mudanças, desigualdades que eram naturais até então, passaram a ser questionadas.

A diferenciação natural existente entre os homens não implica a existência natural entre eles. [...] Essa historicidade da desigualdade servirá de pano de fundo para uma das mais importantes transformações levadas a cabo na trajetória da humanidade: a do cidadão/súdito para o cidadão/cidadão. (MONDAINI, 2005, p.116)

Assim, pertencer a uma cidade significa não possuir só deveres mas também possuir direitos. Na Europa centro-ocidental, a evolução da cidadania dá-se através de conflitos, e os direitos conquistados se dividem de forma diferente nos séculos: século XVIII – direitos civis; século XIX – direitos políticos e século XX – direitos sociais.

As Revoluções Americana (1776) e Francesa (1789) fazem aparecer os movimentos por direitos civis de forma veemente. A ideia de felicidade surge como um ideal a ser alcançado por todos, tendo como suporte a igualdade. Liberdade, igualdade e fraternidade são os direitos que vão consolidar o projeto de um novo cidadão. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão assegura os direitos civis do cidadão: direito à vida, à liberdade, à felicidade e à igualdade entre os homens. Estabelece também seus limites normatizados por lei.

O Socialismo moderno teve suas origens na Revolução Francesa. No século XIX, Marx e Engels mobilizaram a classe operária com suas ideias: um movimento de união dos trabalhadores em torno da “luta de classes”. Esse conceito foi elaborado por Marx, assim como: ideologia, mais-valia, alienação. Defendiam a ideia de que o movimento deveria centrar-se em torno de um movimento político, a partir de suas reivindicações. O movimento preconizava o fortalecimento da cidadania por meio de transformações sociais em uma política de massas.

O recuo histórico trazido ajuda-nos a compreender que o conceito de cidadania é uma construção que remete a acontecimentos históricos, e o seu sentido e significado foram diferentes em cada momento, como resultado de práticas e lutas sociais. Desde os tempos do profeta Amós, passando pelas antigas civilizações gregas e romanas há exemplos de lutas por direitos dos subalternos e excluídos. As Revoluções Inglesa, Americana e Francesa fazem aparecer à população não mais somente deveres, mas, também direitos: à vida, à liberdade, à felicidade e à igualdade. Assim, a história da cidadania é dinâmica e envolve a criação de direitos e deveres para o convívio dos indivíduos em sociedade.

A associação ou relação da alfabetização como condição para a cidadania é encontrada e reforçada nos discursos em diferentes esferas da sociedade. A concepção de que só quem é alfabetizado é capaz de agir politicamente, de participar, de ser livre, responsável, consciente – ser um homem histórico e político – de ser cidadão – gera marcas de exclusão da cidadania. O pressuposto de que saber ler e escrever é premissa para o gozo dos direitos dos sujeitos expõe a preponderância da tese de inferioridade do analfabeto, que se prolifera e perpetua nos discursos ao longo dos tempos.

Por ocasião da Declaração Mundial de Educação para Todos, em Jomtiem – 1990, da qual o Brasil havia se tornado membro signatário, o então Ministro da Educação e Cultura, José Goldemberg, declara, em 23/08/1991, em entrevista ao Jornal do Brasil:

O grande problema de um país é o analfabetismo de crianças e não o de adultos. O adulto analfabeto já encontrou o seu lugar na sociedade. Pode não ser um bom lugar, mas é o seu lugar. Vai ser pedreiro, vigia de prédio, lixeiro ou seguir outras profissões que não exigem alfabetização. Alfabetizar o adulto não muda muito sua posição dentro da sociedade e pode até perturbar. Vamos concentrar

nossos recursos em alfabetizar a população jovem. Fazendo isso agora, em dez anos desaparece o analfabetismo. (ALVARENGA, 2000, p.9/10)

As palavras do ministro garimpam um lugar social do analfabeto, vinculando a questão da alfabetização como habilidade técnica necessária apenas a determinadas funções e ocupações. Reforçam o caráter da divisão social do trabalho, das desigualdades sociais e econômicas, e secundariza aos jovens e adultos o direito à educação.

Ao percorrer as páginas da Ação ABC Alfabetizando, encontramos um expressivo número de enunciados que evidenciam a vinculação da alfabetização como condição de acesso à cidadania. Os excertos trazidos são registros de pronunciamentos de pessoas que de alguma forma têm vínculo ou parceria com a Ação ABC Alfabetizando.

*“Temos que animar estas pessoas já alfabetizadas a **irem ao Cartório Eleitoral e mudarem seu status. É uma questão de cidadania**”.* (NH, 16/10/06, p.7)

*“O analfabetismo no Brasil é, ainda hoje, um dos maiores **obstáculos do exercício da cidadania** e a exclusão social das camadas mais pobres da população”.* (NH, 28/06/04)

*“A alfabetização é um portal para a vida e a **cidadania**.”* (NH, 07/03/05, p. 10)

*“**Não é mais possível considerar cidadã** uma pessoa que não for incluída no mundo letrado, porque estamos em uma sociedade de conhecimento”.* (NH, 24/05/04, p. 7)

*“Isto vai torná-los **cidadãos mais conscientes, dignos**, para que possam se sentir incluídos, com direitos iguais aos demais munícipes.”* (NH, 27/03/06, p.7)

Grifos meus

Alvarenga (2000) problematiza a vinculação entre alfabetização e cidadania, ao afirmar que “ao persistir na entusiástica afirmação de que a educação promove os sujeitos à condição de cidadão, produz a sua própria negação, ou seja, a não-cidadania” (p.1). Essa produção de “não-cidadania”, dá-se, segundo a autora, através de duas estratégias: ao difundir e consolidar a ideia de que a alfabetização e a escolarização são as únicas portas de entrada para a cidadania e ao apresentar a sua oferta com a promessa de ascensão social. Creditando ao analfabetismo a exclusão da cidadania, essas estratégias tentam “apagar o sentido da desigualdade em sua base,

ou seja, as causas que determinam o lugar que os sujeitos ocupam na sociedade”. (ALVARENGA, 2000, p.3). Assim, vemos, por exemplo, a pobreza e a miséria, fatores de exclusão social, justificadas como decorrência do analfabetismo.

*“É impossível imaginar a alegria de quem supera **a marca vergonhosa de ser analfabeto** e se incorpora no mundo de quem sabe ler e escrever, podendo exibir orgulhosamente esta condição de **dignidade humana.**” (NH, 06/03/06, p.7)*

*“Quanto antes entramos nesta campanha de alfabetização, mais poderemos ajudar a cortar **este ciclo vicioso da miséria e da ignorância.**” (NH, 31/07/06, p.7)*

*“Na alfabetização damos a estas pessoas acesso **ao mundo em que vivemos e do qual elas estão afastadas.**” (NH, 27/03/06, p.7)*

*“A educação hoje é a maior riqueza da pessoa. Ensiná-la a ler e escrever é **fazê-la tornar-se parte do mundo real.** Dar a estas pessoas condições de uma **vida mais digna e de liberdade.**” (NH, 29/06/07, p.6)*

Grifos meus

Vergonha, ignorância, alienação e indignidade são alguns dos adjetivos que encontrei nas páginas da *Ação ABC Alfabetizando* ao se referirem aos analfabetos, reforçando formas de exclusão da cidadania. Exclusão esta que a *Ação ABC Alfabetizando* procura corrigir ao promover a alfabetização destas pessoas. Nesse contexto, a *Ação ABC Alfabetizando* se institui, amparada nos discursos da necessidade de alfabetizar a população, para, além de promover o desenvolvimento pessoal e social, devolver-lhe a dignidade, a liberdade e torná-la parte do mundo real, do qual está afastada – ser cidadã. Nesse sentido, este discurso se constitui numa estratégia de governo do analfabetismo utilizada pela *Ação ABC Alfabetizando*, pois, ao convencer os Governos e a população pelo engajamento na Ação, alfabetizando quem precisa, minimiza e/ou extingue o risco da ignorância, da vergonha e do sujeito incapaz de gozar de seus direitos.

Soares (1990) sugere que, ao se pensar em alfabetização e cidadania, evite-se uma interpretação linear desses dois termos, atribuindo-lhes uma relação de causa-consequência, uma vez que elas devem ser entendidas no conjunto mais amplo de determinantes sociais, políticos e econômicos. A ênfase excessiva posta na alfabetização como fator essencial à construção da cidadania ignora que esta conquista se dá, fundamentalmente, “através da prática social e política, dos movimentos de

reação e de reivindicação das organizações populares” (SOARES, 1990, p.). A conquista do voto pelo analfabeto é um exemplo de direito político importante e, sobretudo, um direito ao exercício de cidadania. Desse modo, a alfabetização deve ser entendida como um componente, entre muitos outros, de construção da cidadania e não é “condição imprescindível ao exercício ou à conquista da cidadania” (SOARES, 1990, p.2).

Nessa perspectiva, a cidadania se constrói através da participação na família, na escola, na comunidade, na política, na associação de bairro e na prática de exercer seus direitos de ir e vir, de trabalhar, de ter lazer, de estudar, de ter acesso à saúde, entre outros, e a alfabetização é um dos elementos que auxilia a promover essa construção. Concordo com a UNESCO, quando refere que a alfabetização é “um direito humano fundamental” (UNESCO, 2003, p.8) e “um dos alicerces das demais habilidades necessárias para a vida” (ibidem). Assim, a alfabetização não é o único alicerce e, sim, um dos alicerces para o desenvolvimento de habilidades necessárias à vida.

A terceira via pela qual os mitos se apresentam e operam é a dos discursos acerca de um “espírito comunitário” que se instala na população da região, motivando, mobilizando e convencendo de que, somente com um esforço coletivo, será possível alfabetizar a população. Assim, a comunidade é recrutada a se envolver e participar da *Ação ABC Alfabetizando* através dos programas implantados nos municípios, seja na identificação, no encaminhamento às secretarias de educação, seja como alfabetizador voluntário. O excerto trazido reverencia, como gesto de solidariedade e nobreza, o dar-se as mãos para alfabetizar a região.

*“Uma ação conjunta que quer – dentro de um moderno sistema de acompanhamento informatizado – radiografar os problemas de nossa área de atuação e, acima de tudo, valorizar as iniciativas para resolvê-los, **mostrando para a comunidade que nossa região está disposta a dar as mãos em nome dessa nobre missão**”. (NH, 29/03/04, p.7)
Grifos meus*

Desde sua implantação, a *Ação ABC Alfabetizando* tem atribuído à “mobilização da comunidade”, a efetivação de seu objetivo, deixando à comunidade a responsabilidade de reconhecer, identificar, localizar, encaminhar, e, ainda, alfabetizar

– como voluntário – as pessoas de seu entorno. Assim, ao “unir as forças da comunidade”, num trabalho coletivo, torna-se a região alfabetizada, elevando a estima de todos e de cada um.

Pode-se dizer que a região de abrangência da *Ação ABC Alfabetizando* tem sede em Novo Hamburgo⁵¹-RS. Para Sommer (2003), as origens da população na colonização alemã se constituem numa identidade de Novo Hamburgo-RS, que faz circular um forte “espírito comunitário” na cidade, responsável pelo crescimento e desenvolvimento da mesma.

A referência a uma história construída através de iniciativas comunitárias, graças a uma pretensa natureza empreendedora dos seus habitantes, como enunciado no discurso identitário, é recorrente na cidade, parecendo funcionar como uma espécie de mito de origem, uma narrativa mestra que é repetida, retomada, um discurso insistentemente reiterado, operando como um catalisador de uma identidade hamburguesa. (SOMMER, 2003, p.93/94).

A essa identidade hamburguesa é atribuído o mérito pelas históricas e cíclicas conquistas comunitárias, através de campanhas, como a dos telefones automáticos⁵² no início dos anos sessenta, a da consolidação do município como capital brasileira do calçado e a dos computadores nas escolas públicas⁵³, ainda na década de 1980. A noção de comunidade ocupa a centralidade no desenvolvimento de todas as campanhas ocorridas em Novo Hamburgo, e que contaram com a participação ativa do jornal NH. Na edição especial dos seus 50 anos, publicada em 19/03/2010, o jornal faz uma retrospectiva das principais campanhas que idealizou “ao lado da comunidade, em uma parceria em busca do bem comum” (p.54). Dentre elas, a *Ação ABC Alfabetizando*, que qualifica como “uma idéia contagiante” (p.55). Nesse sentido, a mídia, servindo-se de diferentes estratégias, tem vinculado as vidas individuais a um projeto comum, a uma história contínua de representações e empreendimentos, supostamente produzidos pelo compartilhamento de um espírito comunitário. Para Sommer (2003, p.95), “tais estratégias operam na construção de um senso comum acerca do

⁵¹ Em Novo Hamburgo - RS situa-se a sede do Grupo Editorial Sinos, responsável pela edição dos jornais em que circulam as páginas da *Ação ABC Alfabetizando*.

⁵² Mobilização lançada pelo Jornal NH em 1960, em favor da instalação de telefones automáticos em Novo Hamburgo-RS, o que se concretizou em 12 de novembro de 1965.

⁵³ Sobre computadores na escola pública de Novo Hamburgo, ver Tese de Sommer (2003).

pertencimento à comunidade hamburguesa e têm sido capilarizadas pelo Jornal no processo de legitimação de qualquer campanha que conte com seu apoio”.

Ao empreender uma campanha de abrangência regional, como a *Ação ABC Alfabetizando*, o recorte de “a comunidade hamburguesa” amplia-se para “a comunidade de região”, assim como o senso de pertencimento, procurando legitimar a campanha dentro de um “espírito comunitário”. Na medida em que a *Ação ABC Alfabetizando* utiliza a noção de comunidade para produzir um pretense vínculo entre os indivíduos que compõem a população da região, “[...] coloca em circulação determinadas representações com as quais a população tem sido conclamada a se identificar ao longo do tempo” (SOMMER, 2003, p.97). A ênfase nas origens⁵⁴, apontada por Sommer (2003), pressupõe o vínculo do espírito comunitário àquele produzido pelos pioneiros alemães, do qual seríamos herdeiros, cabendo a nós, “sujeitos comunitários, honrar o passado e seguir nossa vocação realizadora, nossa tendência ao desenvolvimento, ao progresso através do trabalho” (p.96).

Frente às inúmeras mudanças que estamos vivenciando na sociedade atual – a privatização de serviços públicos, a introdução de novas formas de gerenciamento do serviço público seguindo modelos do setor privado, uma nova ênfase nas responsabilidades pessoais dos indivíduos, suas famílias e comunidades, entre outras – pode-se dizer que no nível da governamentalidade emergem uma série de racionalidades, técnicas e táticas que buscam governar a população. Neste cenário, em que se dá a passagem do governo da sociedade para o governo dos sujeitos⁵⁵, é que a comunidade se apresenta como nova espacialização do governo, tornando-se um local privilegiado para gerenciar os riscos e buscar segurança no mundo atual, pois “o governo, através da comunidade⁵⁶, envolve uma variedade de estratégias de invenção e instrumentalização destas dimensões de fidelidade entre os indivíduos e as comunidades, a serviço dos projetos de regulação, reforma ou mobilização.” (ROSE, 1996, p.334)

⁵⁴ Sommer (2003) aponta a *ênfase nas origens* como estratégia representacional que opera na construção de um senso comum acerca do pertencimento à comunidade hamburguesa.

⁵⁵ Deslocamento que vem se operando em termos de governamentalidade na Pós-Modernidade.

⁵⁶ Rose(1996, p.332) afirma que “o termo comunidade, de fato, há muito tempo tem sido destaque no pensamento político; torna-se tema de governo, no entanto, quando se torna técnico”.

Quando a *Ação ABC Alfabetizando* passa a se referir à região como uma comunidade, ela estabelece um novo campo passível à intervenção, um novo território a ser investigado, mapeado, documentado e interpretado, que se caracteriza por uma noção fortemente vinculada a uma categorização dos sujeitos a partir de seus laços morais. Neste sentido, a noção de comunidade implicaria a valorização dos vínculos entre os sujeitos de um mesmo território. Rose (1996, p. 335), complementa:

A comunidade não é simplesmente o território de governo, mas os meios de governo: seus laços, vínculos, forças e afiliações devem ser celebradas, estimuladas, nutridas, moldados, e instrumentalizados na esperança de produzir-se consequências desejadas para todos e para cada um.

Quando a *Ação ABC Alfabetizando* “mobiliza a comunidade”, procura extrair dela seu empenho e suas forças, responsabilizando a todos e a cada um pelo alcance das metas desejadas pela *Ação*. A partir dos excertos selecionados, procuro mostrar como a constituição de parceria com a comunidade é entendida pela *Ação* (funcionando como mito) como prioridade para sua execução e no seu sucesso.

*“[...] a Ação ABC Alfabetizando, idealizado e empreendido pelo Grupo Sinos, que dá um exemplo de consciência cívica, chamando a atenção para este cenário, **estimulando as comunidades da região para a importância de se combater de forma firme este problema, além de instigar as forças vivas das comunidades sobre a importância do envolvimento geral contra este verdadeiro mal social**”.* (NH, 01/11/04, p. 7)

*“As metas dos 44 prefeitos e secretários de educação **são desafiantes e alcançáveis se houver a participação atuante das comunidades**”.* (NH, 31/01/05, p. 7)

*“após a troca de idéias e experiências, a especialista do MEC elogiou a **iniciativa comunitária**, liderada pela empresa com a participação efetiva dos prefeitos e das secretarias de educação dos 44 municípios dos vales do Sinos, Paranhana e Caí. Afirmou que o MEC vê com muito interesse, esse tipo de **iniciativa comunitária** e empresarial, **característica de nossa região**”.* (NH, 02/08/04, p. 7)

*Os prefeitos, com seus secretários(as) de educação, não conseguirão realizar isso sozinhos. **O apoio da comunidade consciente é indispensável**”.* (NH, 17/01/05, p. 7)

*“Adote um cidadão, ajudando na alfabetização” **é comunitário na sua essência: Temos uma forte rede de apoio para a localização de analfabetos**.* (NH, 09/10/06, p. 7)
(Grifos meus)

As parcerias apresentadas nos excertos demonstram a não centralização do governo da *Ação* nos Governos municipais. A comunidade, ao mesmo tempo em

que é governada, é chamada ao governo (a conduzir a conduta dos analfabetos), o que demonstra que as práticas de governo se expandem, “[...] são ações distribuídas microscopicamente pelo tecido social” (VEIGA-NETO, 2002a, p.21), agindo através de diferentes estratégias, órgãos e pessoas. Essas ações incidem sobre o modo de ser de cada sujeito não alfabetizado almejando transformá-lo em alfabetizado. Assim, a *Ação ABC Alfabetizando* lança mão do espírito comunitário, como estratégia de governo dos sujeitos desta comunidade (região), para torná-la alfabetizada, reduzir os índices de analfabetismo e elevar a auto-estima.

Como sujeitos de uma comunidade, podemos ser governados através de nossa fidelidade a determinadas comunidades de moralidade e identidade. Somos envolvidos e capturados pelo espírito comunitário, doando nosso tempo e serviço para ajudar a quem precisa (neste caso, ser alfabetizado). Como se fosse um dever e uma tarefa a ser realizada por todos aqueles que sabem ler e escrever e se sentem comprometidos a ajudar a parcela da população analfabeta. Rose (1996) afirma que dentre as características que dizem respeito ao redesenho do território de governo em termos de comunidade está o papel da identificação (seja como mulheres, gays, lésbicas, portadores de deficiências, analfabetos, de origem germânica, etc), o que pressupõe identidade e fidelidade. Para o autor, “as comunidades de “a gente” são nada mais nada menos do que aquelas redes de fidelidade com as quais se identifica de modo existencial, tradicional, emocional ou espontânea, aparentemente além e acima de qualquer apreciação calculada do interesse pessoal” (ROSE, 1996, p.334).

Assim, tornar alfabetizada a região constitui-se num “objetivo comunitário”, e todos são envolvidos como sujeitos que praticam o desprendimento de si para auxiliar o outro, que se preocupam com as comunidades e os indivíduos considerados de risco, querendo o bem a si, aos outros, à educação e ao país. Percebo que o envolvimento da comunidade com a *Ação ABC Alfabetizando* dá-se em três tempos: 1) *na mobilização inicial* – quando a comunidade é colocada frente à situação do analfabetismo (os índices e o risco pessoal e social) criando a necessidade do envolvimento; 2) *na posição de sujeito voluntário* – quando a comunidade se apresenta, participando ativamente: identificando, encaminhando, alfabetizando, patrocinando materiais, transporte, alimentação, etc; 3) *na comemoração* – quando é atribuído à comunidade o

reconhecimento pelo sucesso da Ação, compartilhando com a mesma as alegrias e as conquistas (a melhora nos índices = mais pessoas alfabetizadas).

Orgulho, satisfação, elevação na qualidade de vida, orgulho nacional, entre outros são sentimentos que a comunidade pode sentir ao envolver-se, ao participar, ao ajudar, de alguma forma, para que a cidade e a região sejam alfabetizadas.

Queremos ter o orgulho de poder dizer que em nossa cidade não temos pessoas analfabetas.” (NH, 05/07/04, p.7)

É com grande satisfação que recebemos a notícia de que Nova Petrópolis atingiu o índice para ser considerado município alfabetizado. Devo destacar o **empenho e esforço de toda comunidade**, os conselhos comunitários, as empresas, agentes de saúde, escolas, poder público e demais lideranças. (NH, 27/01/08, p. 27)

“diferente de todos os programas já realizados no Brasil no combate ao analfabetismo, o ABC Alfabetizando dará condições de registrar cada pessoa analfabeta da região, estimulando e dando subsídios para que ela **aprenda a ler e escrever com a ajuda da comunidade**”.
(NH, 12/04/04, p.7)

Ser um município alfabetizado, **significa a elevação da qualidade de vida de uma comunidade** e, mediante isso, podemos afirmar plenamente que o município sempre continuará priorizando os investimentos na Educação.(NH, 09/02/08, p. 33)

A Ação desenvolvida pelo ABC Alfabetizando, já **com reconhecimento nacional**, demonstra o **envolvimento que o Grupo Sinos tem com a comunidade**[...]. O programa mobiliza educadores, voluntários, prefeituras, igrejas, escolas, órgãos públicos e empresas, estimulando não apenas a aprender a ler e escrever, mas identificando quem precisa de atenção. (NH, 30/01/06, p.7)
(grifos meus)

Ao trazer os excertos das páginas da Ação ABC Alfabetizando, não pretendo apresentar um texto que traz informações, relatos e registros, mas um texto que mobiliza em si um discurso que gera efeitos sobre a conduta dos indivíduos, que conduz e produz, mobilizando alfabetizados e analfabetos, para que, movidos pelo *espírito comunitário*, se envolvam no processo de erradicação do analfabetismo.

6.2 O PAPEL DA MÍDIA NA MOBILIZAÇÃO DA AÇÃO

A análise de artefatos e práticas culturais que compõem o nosso mundo letrado exige que examinemos os diversos discursos que os constituem, discutindo os

efeitos desses discursos e suas representações. Tais reflexões exigem novos olhares sobre os diversos artefatos e práticas sociais e escolares de alfabetização e alfabetismo. (TRINDADE, 2005, p. 132).

A epígrafe que abre esta seção leva-nos a refletir sobre a possibilidade de (outro) olhar para artefatos e práticas culturais que são constituídos por discursos que circulam na sociedade. Ao vivermos numa época em que a comunicação, seja pela mídia impressa, ou cinematográfica, televisiva, pela Internet, faz parte do cotidiano de todos, talvez pudéssemos dizer que o “[...] mundo nos chega sempre editado.” (SCHMIDT, 1999, p. 21). No mundo contemporâneo globalizado, a velocidade das comunicações é estrondosa e dificilmente qualquer um de nós poderia se imaginar sem o contato com algum instrumento midiático. As notícias são veiculadas instantaneamente pela Internet, pela televisão e, assim que a impressão permitir, pelos jornais.

Rocha (2005) menciona que é do aspecto invasivo, global e universal da mídia e de sua capacidade de questionar, refutar, confirmar e formar opiniões que advém a expressão “poder da mídia”, como aquele em que um (ou uma instituição) – o mais forte – detém o poder em relação a outros – mais fracos. Nesse sentido, o poder parece ser unidirecional, manipula, domina, controla e cria dependência. No entanto, a (re)produção e circulação dos produtos midiáticos podem ser compreendidas a partir do conceito foucaultiano de poder – uma ação sobre ações, sem centro, pulverizada. Assim, a mídia passa a ser compreendida não só como veiculadora, mas também, como uma selecionadora e (re)processadora de variados tipos de discursos os quais, ao transmiti-los, ela também anula, omite, exclui, define e impõe sentido aos mesmos. E, nesta complexa capacidade de dispersão e multiplicação de sentidos é que a mídia consegue “[...] manter-se para além do bem e do mal, pois são diversos os interesses que perpassam as mensagens, suas produções e recepções.” (ROCHA, 2005, p. 128).

Procuró mostrar, nesta seção, como a *Ação ABC Alfabetizando* se vale da mídia, especialmente impressa, e através dela, lança mão de estratégias para agir sobre os sujeitos, subjetivando-os. Assim, utiliza-se de (mais) discursos que, na perspectiva de Foucault, não simplesmente nomeiam as coisas do mundo, mas, principalmente, conduzem comportamentos. Desse modo, a mídia “ensina” como se comportar, o que pensar, no que acreditar, o que temer, o que desejar, atuando como um potente artefato cultural de que a *Ação* dispõe para materializar as relações de poder.

Aponto, a seguir, três estratégias em que identifiquei a produtividade da mídia na mobilização da *Ação ABC Alfabetizando*, agindo sobre os sujeitos – governando os Governos e a população - que denominei “*produzindo bons brasileiros*”, “*selando o compromisso*” e “*visibilizando a sucesso*”.

Inicialmente, atendo-me à análise da primeira estratégia, tentando mostrar, nos discursos encontrados, como a mídia utiliza expressões que tentam produzir sujeitos comprometidos, solidários e bondosos; “[...] um texto que “faz”, que gera efeitos sobre a conduta dos indivíduos, que conduz, que produz, seduz e mobiliza alfabetizados e analfabetos para que, movidos pela solidariedade, se envolvam no processo de erradicação do analfabetismo” (TRAVERSINI, 2006, p.77). Seguem exemplos:

“Nosso país crescerá mais, sem o número de analfabetos existentes acima de 15 anos.

Também é desumano continuar deixando pessoas sem condição de ler o nome de um remédio, a placa com o destino de um ônibus, ler livros, jornais e revistas, ler e escrever uma carta e tantas outras coisas que o alfabetizado faz.

A ajuda de todos é importante! Levar à secretaria de educação de sua cidade o nome e endereço de pessoas que não saibam ler e escrever, é um ato de bondade e brasilidade.”
(NH, 25/02/07, p.6)
(grifos meus)

A mídia veicula e produz, simultaneamente, saberes sobre como estamos e como devemos estar no mundo. Assim, identificamo-nos sempre, em alguma medida, com alguma coisa que os meios nos comunicam. Sentimo-nos parte dessa rede à medida em que dela nos utilizamos para entender nossa história, acreditar em algumas verdades e construir outras certezas. É através dela e do uso de variadas técnicas e tecnologias que se exercitam jogos de poder pelos quais estamos sendo sempre mais capturados e governados. Ao organizar, definir, selecionar, construir uma determinada teia discursiva, a mídia utiliza regras que visam, através de minuciosas e detalhadas operações, a produzir algumas verdades que, de algum modo, regulam nossos comportamentos e modos de agir e de ser no mundo.

Como “bons brasileiros” – apregoa a *Ação* - devemos ajudar a identificar os analfabetos, cadastrá-los no site do *ABC Alfabetizando*, levar seus nomes às

secretarias de educação, agindo dentro de um espírito humanitário e colaborando para o progresso do país.

*“O empenho individual contagia e somado, multiplica-se! Você que sabe ler e escrever pode ser um estímulo a outros que querem ver um Brasil melhor. **Localize pessoas que não sabem ler e informe a secretaria de educação de sua cidade ou acesse www.abcalfabetizando.com.br e cadastre-se**”.* (NH, 28/01/07, p.6)

*“Participe! **Todo esforço é necessário** para o sucesso desta importante ação.”* (NH, 07/06/04, p.7)

*“Problemas são vencidos com mais facilidade, se temos o apoio de outras pessoas. **Seja voluntário!**”* (NH, 28/06/04, p.7)

*“Você que pode ler todas estas mensagens, **ajude quem não pode.**”* (NH, 29/03/04, p.7)

*“**Não deixe um analfabeto passar indiferente em sua vida**”.* (NH, 03/05/04, p.7)
(grifos meus)

A partir dos excertos, percebemos que a mídia procura convencer as pessoas a se engajarem na proposta da *Ação ABC Alfabetizando*. Assim, as ações não são centradas nos Governos municipais e, sim, disseminam-se pelo tecido social: empresas, entidades, cidadãos, etc. Desse modo, a mídia, através do discurso de “bons brasileiros”, opera sobre a população, governando-a, mobilizando-a para ajudar na alfabetização.

Denominei *selando o compromisso*, a segunda estratégia que aponto e pela qual a mídia opera sobre o gestor público (Governo). Como mencionei anteriormente, a mídia, aqui representada pelo jornal, é formadora de opinião. À medida que incita a opinião pública e também a opinião dos gestores municipais sobre a importância da redução do analfabetismo na região, mobiliza a elaboração, implantação de ações e programas de alfabetização de jovens e adultos, na tentativa de zerar o número de analfabetos. O gestor público se compromete com a *Ação ABC Alfabetizando*, ao assinar uma carta de intenções, colocando na pauta da sua administração a redução/extinção do analfabetismo. Está, dessa forma, selando um compromisso (público) com a erradicação do analfabetismo. Este compromisso já foi selado com os ainda candidatos da eleição de 2004. Na edição de 06 de setembro de 2004, uma das

manchetes anuncia: “135 candidatos a prefeito irão responder questionário”, e, no desdobramento, explica:

Saber a posição dos candidatos a prefeito nos 44 municípios da região, quanto à questão do analfabetismo, é tema principal da carta enviada pela Ação ABC Alfabetizando. Todos estão recebendo correspondência com várias perguntas, sobre o que farão, caso vençam a eleição para prefeito do próximo pleito. Todas as respostas serão publicadas neste espaço, página 7 de segundas-feiras, por município em ordem alfabética, com o mesmo tamanho, na mesma edição, que circulará ainda no mês de setembro. Serão respeitados os direitos de cada candidato. (NH, 06/09/04)
(grifos meus)

Passados sete dias da eleição de 2004, no dia 11 de outubro, foi publicado, na página da Ação ABC Alfabetizando, a tabela trazendo os compromissos assumidos dos 44 prefeitos eleitos com a Ação ABC Alfabetizando em relação ao analfabetismo. O quadro abaixo é um recorte do quadro publicado na página da Ação ABC Alfabetizando e traz o registro da intenção de ações de alguns prefeitos eleitos (2004), ao assinarem a carta, ainda na condição de candidatos, bem como a especificação do tempo em que se comprometem a atingir a meta - erradicar o analfabetismo no seu município - o que aponta para o provável (primeiro) compromisso assumido publicamente, após eleito.

OS PREFEITOS ELEITOS E A ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO EM SEUS MUNICÍPIOS			
Município	Prefeito	Qual a prioridade que a erradicação do analfabetismo terá em nosso município	Meta*
Alto Feliz	Paulo Martins	Localizar e identificar analfabetos; convencer os analfabetos a se alfabetizarem; criar turmas de alfabetizandos e preparar professores.	3
Campo Bom	Giovani Feltes	Localizar e recrutar analfabetos que ainda não estão em sala de aula; manter os alunos em aula; garantir a alfabetização.	3
Maratá	Gilberto Reidel	Realizar levantamento dos analfabetos; formar grupos com professores para aulas; encaminhar os alfabetizados para EJAS.	2
Montenegro	Percival de Oliveira	Está no plano de governo; buscaremos contar com a comunidade.	3
Sapiranga	Joaquim Santos	Continuar o excelente trabalho hoje desenvolvido; continuar parcerias com entidades e governo, manter um cadastro.	4
Vale Real	Silvério Stroehner	Identificação e classificação; qualificação profissional do alfabetizador; trabalho de convencimento dos analfabetos.	3
*nº de anos em que pretende erradicar o analfabetismo			

Fonte: jornal NH, 11/10/04, p.7

É possível perceber, ao analisar o recorte acima, que há, entre as prioridades dos prefeitos eleitos, a preocupação com a identificação e localização dos analfabetos de seu município. Entendo que isso pode se dar pelo fato de a pessoa não alfabetizada não querer se expor, “escondendo-se”, para não evidenciar sua condição. Como já foi trazido anteriormente, não raras vezes, na sociedade (alfabetizada), quem não domina esta tecnologia, é considerado incapaz e até improdutivo. Assim, é mobilizada toda a comunidade na busca dos sujeitos analfabetos.

O jornal coloca em pauta aquilo que considera verdadeiro, importante e necessário. As reportagens colocam em circulação o discurso de que, através de um grande esforço regional (da comunidade, dos gestores, das empresas, das entidades e dos cidadãos comuns) em prol da alfabetização e da educação, todos terão acesso à cultura e ao desenvolvimento e, assim, a região terá condições de competir na disputa de maior espaço no mercado global.

O esforço pessoal estaria representado na busca da escolarização, evidenciando a força de vontade de uma região, aliada ao empenho da produção de ações pelos gestores públicos para disponibilizar a igualdade de oportunidades para todos. Para tal, o compromisso assumido com a *Ação ABC Alfabetizando* deve ser reiterado pelos gestores, ano após ano. Tornar público o compromisso assumido pelo gestor é um modo de operar sobre a população, uma vez que o compromisso perpassa o engajamento de toda a população na busca de atingir a meta estabelecida. Assim, os gestores são interpelados pela Ação em diferentes momentos, sempre com o objetivo de renovar o “compromisso” assumido. São convidados a dar entrevistas na Rádio ABC para falar das ações de alfabetização de jovens e adultos de seus municípios, dar entrevistas ao Jornal e, além disso, são procurados nas reuniões de associações que congregam os prefeitos da região, para serem lembrados dos compromissos assumidos.

Erradicação do Analfabetismo

Prefeitos renovam compromisso

A reunião mensal da Associação dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos (AMVRS), realizada na última terça-feira, dia 31, ocupou-se com o tema da educação. À convite da Associação, o coordenador da Ação ABC Alfabetizando, Luiz Fernando Gusmão, apresentou aos prefeitos a atual situação do programa entre os 44 municípios integrados ao projeto. Além do Presidente da AMVRS, Elir Girardi (Igrejinha), participaram também Flávio Luiz Foss (Araucária), Maria de Lourdes Bauermann (Ivoti), Joaquim Portal dos Santos (Sapiranga), João Gilberto Stoffel (Presidente Lucena) e José Darcy Habitzreuter (Lindolfo Collor). Os municípios de Três Coroas e São Leopoldo enviaram representantes.

Ao se pronunciar sobre o ABC Alfabetizando, Gusmão abordou a questão dos recursos acessíveis para os municípios no Ministério da Educação e o banco de dados no www.abcalfabetizando.com.br disponibilizado aos municípios para atualização constante: "Os prefeitos e secretários de educação devem utilizar todos os recursos para localizar analfabetos e cadastrá-los neste banco. A sociedade está em débito com estes cidadãos. É preciso respeitar o direito do analfabeto de querer ou não ser alfabetizado, por isso, toda a dedicação possível é necessária", afirmou Gusmão. O prefeito Elir Girardi, emocionado com o depoimento de Gusmão, prometeu, em nome da AMVRS, colaborar ao máximo com o programa: "A iniciativa do Grupo Editorial Sinos, com o ABC Alfabetizando, foi iluminada, humilde, garimpada, mas persistente pelo alcance e a satisfação de poder encaminhar pessoas à leitura e à busca de satisfazer seus desejos, sem depender de terceiros. É uma satisfação muito grande saber que iniciativas, de qualquer porte, desde que tenham persistência, conseguem atingir seus objetivos", disse Girardi.



Prefeito de Igrejinha, Elir Girardi

Fonte: jornal NH, 06/02/06, p.7

Ao divulgar os baixos índices de analfabetismo na região, a mídia faz circular a representação de sucesso na alfabetização. Assim, discursos acerca da mobilização, do esforço conjunto, da prioridade da alfabetização de jovens e adultos pelos gestores precisam ser mantidos como produtores desse sucesso, e é necessário estabelecer e reiterar estratégias para gerenciar o analfabetismo, mantendo essa representação de sucesso escolar e de alfabetização da região.

De posse dos dados estatísticos, cada município é sabedor de seu índice de analfabetismo e, é esse "número" que todos procuram melhorar a cada ano. Desse modo, os gestores (prefeitos e secretários municipais de educação) são levados a reafirmar publicamente o "compromisso" de alfabetizar os jovens e adultos dos seus municípios, reduzindo o índice de analfabetismo, honrando o "compromisso" assumido com a *Ação ABC Alfabetizando*.

ABC Alfabetizando



Municípios buscam atingir as metas propostas

Dois Irmãos

Escolarização visa ascensão social

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), sediada na EMEF Arno Nencow, no Bairro Becker. Neste ano são 150 alunos matriculados, na faixa etária entre 15 e 64 anos de idade. A meta é ampliar as possibilidades aos que ainda não concluíram esta etapa da Educação Básica, garantindo-lhes condições e maior competitividade na busca de empregos e na valorização pessoal como cidadãos com plenos direitos e possibilidades para o acesso a patamares mais elevados de escolarização e de ascensão social reduzindo-se, desta forma, o índice de analfabetismo no município.



Prefeito: Renato Dixheimer / Secretária de Educação: Hilária Kreuz VONTADE: Uma das turmas na Arno Nencow

Fonte: jornal NH, 09/09/07, p.6

Assim, ao mesmo tempo em que o Jornal noticia e informa que os municípios, através de seus gestores, reafirmam o compromisso com a Ação ABC Alfabetizando, tentando atingir as metas propostas, ele dá visibilidade a este município e ao gestor.

É deste ponto que desloco meu olhar para a terceira estratégia que aponto como sendo utilizada pela mídia para operar sobre os Governos e a população, que denominei *visibilizando o sucesso*. Argumento que, ao dar visibilidade às ações produzidas nos municípios e aos gestores municipais, a *Ação ABC Alfabetizando* promove o mergulho nas imagens, nos discursos que faz circular, subjetivando seus leitores, fazendo-os acreditar que o esforço coletivo e de cada um gera o sucesso na alfabetização de jovens e adultos. Assim,

[...] tratar de visibilidades, na análise enunciativa proposta por Foucault, significa tratar dos espaços de enunciação de certos discursos – espaços institucionais bem definidos, como é o espaço de escola, por exemplo, e espaços mais fluidos e amplos, como é o caso da mídia, em sua relação com os vários poderes, saberes, instituições que nela falam. (FISCHER, 2002, p. 86).

Para Fischer (2002), a mídia opera num espaço de “[...] reduplicação dos discursos [...]” (p.86), dos enunciados de uma época, e o faz, a seu modo, na sua linguagem, na sua forma de tratar aquilo que deve ser visto. Nesse sentido, segundo a

autora, poder-se-ia dizer que a mídia se constitui num espaço de “[...] visibilidade de visibilidades.” (p.86).

Nesse sentido, além de uma característica forte da mídia ser seu alcance, outra é a visibilidade que proporciona aos enunciados que veicula. Para um município, figurar nas páginas de um jornal de abrangência regional, em que os aspectos positivos de sua gestão são ressaltados, é altamente produtivo e, certamente, trará um bom retorno político, isto é, um reconhecimento do município e da região. Nas páginas de *Ação ABC Alfabetizando* é comum encontrarmos municípios e gestores municipais (prefeitos e secretários de educação), trazidos como exemplos a serem seguidos. São recorrentes palavras de ordem de sucesso (já alcançado ou a alcançar), ratificando o investimento no objetivo da Ação: reduzir os índices de analfabetismo.

**Prefeituras empenhadas
na alfabetização**

O empenho dos prefeitos - e seus antecessores - marca o sucesso desta importante caminhada. A todos o merecido reconhecimento

 Idá Curi Bom Princípio	 Valmir Grubler Brochier	 Giovana Fallos Campo Bom	 Cláudio Fort Canela	 Marcos Rochetti Canoas
 Elvir Dossan Estância Velha	 Sandra Silveira Estão	 Cesar Assmann Faltz	 Pedro Barbalucci Gramado	 Silvio Specht Harmonia
 José Habitzreuter Lindolfo Collor	 Guionir Wingart União Nova	 Gilberto Ridel Maratá	 Perivaldo Oliveira Montenegro	 Elaine Capolatti Morro Redondo
 Aníton Amorim Nova Santa Rita	 Jair Fossantini Novo Hamburgo	 Oregório Francisco Parícut Novo	 Gilda Kirsch Parobé	 Luciano Klein Piedade do Sul

Fonte: Jornal NH, 18/02/07, p.6

Trago, então, a mídia como estratégia utilizada pela *Ação ABC Alfabetizando* para o gerenciamento e controle do analfabetismo, e procuro mostrar que a visibilidade que a mídia proporciona se configura num dos modos de operar sobre a população, objetivando reduzir os índices de analfabetismo. A partir da mídia, os gestores, os parceiros, a população em geral sentem-se motivados a se engajar na *Ação*, mobilizando-se a colaborar por ter o reconhecimento de seus esforços. Os excertos das páginas da *Ação ABC Alfabetizando* que mostro dão visibilidade a gestores e municípios, parabenizando-os por sua atuação. Figurar num espaço privilegiado de circulação de notícias torna-se imperativo e determinante para o esforço a ser empenhado no compromisso de alfabetizar os munícipes, colaborando para a redução dos índices de analfabetismo da região.

Segundo critérios da UNESCO Região já tem dez municípios “Alfabetizados”

Dando prosseguimento aos trabalhos que vem sendo desempenhados há dois anos, em 44 municípios da região, a *Ação ABC ALFABETIZANDO*, dentro da sua linha de atuação que entende conscientizar e motivar as comunidades sobre este grave problema nacional, passa também a considerar, a “valorização” dos municípios que alcançaram os padrões estabelecidos pela UNESCO que tem, para todos os países do mundo, o índice ideal de alfabetização de 98% de sua população acima de 15 anos, ou seja, um número menor que 2% de analfabetos.

Levando em consideração este enquadramento, hoje, já são encontrados 10 municípios na nossa região e, graças aos esforços que vem sendo desenvolvidos por vários prefeitos, gradativamente, dentro deste critério, logo este número estará sendo ampliado.

Pelos dados do IBGE, aqui se encontram os melhores níveis de alfabetização. Qual o motivo? O crédito é dado a colonização alemã, que trouxe com os nossos primeiros imigrantes a religiosa obrigação de ler diariamente a Bíblia. Já em 1834, seis anos após a chegada da primeira leva em São Leopoldo, já era impresso numa gráfica de Porto Alegre, em alemão, uma cartilha, “Buchstabier”.

Com o crescimento industrial e comercial havido, vieram pessoas de outras cidades e de outros estados que não sabiam ler e escrever. Agora, é chegada a hora de começar a valorização dos municípios que estão lutando pela inclusão social de todos os seus cidadãos. “A minha cidade é uma cidade alfabetizada”, passa a ser um justo orgulho para aqueles que nascem num local em que este problema foi resolvido.

MUNICÍPIOS “ALFABETIZADOS”

1. Morro Reuter
2. Harmonia
3. Bom Princípio
4. Feliz
5. São Vendelino
6. Ivoti
7. Vale Real
8. Dois Irmãos
9. São José do Hortêncio
10. Presidente Lucena

Ao manter os índices de analfabetismo baixos na região, a mídia faz circular a representação de sucesso em alfabetização. Ao ratificar o sucesso dos municípios, dos gestores, a *Ação ABC Alfabetizando* ratifica, também, o seu próprio sucesso.

6.3 A ESTATÍSTICA COMO ESTRATÉGIA DE GOVERNAMENTO. Os números geram letras ou as letras geram números?

[...] chamamos cada prefeito, apresentamos-lhes os *números* de analfabetos de seu município e, a partir dos *números* (dados, taxas) do município - que alguns prefeitos desconheciam - é lançado o desafio da implantação de programas/projetos para reduzir e, se possível, zerar, as taxas de analfabetismo do município⁵⁷.

Desde o momento que se institui, ou ainda, desde o momento em que foi pensada, a *Ação ABC Alfabetizando* se ampara nos índices de analfabetismo apurados pela estatística. Os números permitem a combinação entre objetos distintos, a associação de naturezas diferentes, a separação das partes de algum todo, enfim, permitem a expressão da noção de risco pela apreensão do provável. A estatística surge para “[...] tornar o mundo inteligível e calculável.” (POPKWITZ; LINDBLAD, 2001, p. 111). Com os saberes sobre a população, e identificado onde se encontram as zonas ou grupos de risco (no caso, os analfabetos), é possível pensar estratégias e cobrar ações, como referencia a epígrafe que abre este capítulo.

Os estudos de Foucault mostram-nos que, no século XVIII, com o deslocamento das tecnologias do poder disciplinar, centrado no indivíduo, para o poder centrado no conjunto da população – o biopoder - a estatística torna-se um saber sobre a massa global e sobre os processos e fenômenos que lhe são próprios; “[...] começa a transcrever os atributos da população de uma forma tal que se tornava possível que eles entrassem nos cálculos dos governantes.” (ROSE, 1999, p.37). Assim, torna-se necessário o conhecimento do número de habitantes, de nascimentos, de doenças, de mortes, de analfabetos, do exército, dos recursos naturais, da produção, do comércio, entre outros, para que os mesmos possam ser regulados. Desse modo, a estatística é

⁵⁷ Fala do Sr. Luis Fernando Gusmão, diretor do Grupo Editorial Sinos, responsável pela *Ação ABC Alfabetizando*, em 27/08/2008, em conversa informal.

considerada “[...] o saber do Estado sobre o Estado” (FOUCAULT, 2007, p. 362). De posse do conhecimento estatístico, de seus dados, o Estado tem, na população, seu campo de intervenção, exigindo um elaborado planejamento administrativo para um bom governo. O saber estatístico torna a população conhecida – os números, as características, os problemas, as zonas de risco - e, a partir deste conhecimento, é possível pensar estratégias e ações para intervir nessas zonas de risco. Em outras palavras, é o saber estatístico que, ao tornar a população conhecida e reconhecer suas necessidades, possibilita o governo. Nesse sentido, podemos compreender a estatística como “[...] uma tecnologia de governo que objetiva conduzir as condutas individuais e o coletivo da vida por meio do gerenciamento/administração da população.” (TRAVERSINI; LOPEZ BELLO, 2009, p.9).

Na contemporaneidade, os números, os índices e as taxas ocupam uma posição de centralidade na função de administração do Estado. Siglas como IDEB⁵⁸, INAF⁵⁹ e IDH⁶⁰, entre outras, exprimem índices nos quais as taxas de analfabetismo têm incidência direta e que representam saberes importantes e necessários para subsidiarem Governos, entidades e instituições nos estudos, elaboração e implantação de políticas públicas, especialmente as educacionais, em nosso país. É através das políticas que são elaborados e implementados programas de ação pública em torno de objetivos explícitos, como: aumentar o grau de escolaridade, reduzir os índices de analfabetismo, promover o acesso e a permanência na escola, melhorar a qualidade de vida, em outras palavras, governar a população. Para Rose (1999), o governo depende de saberes específicos sobre a população a ser governada e encontra, na estatística, a possibilidade de tornar aspectos desta população calculáveis.

A invenção de programas de governo dependia de – e exigia – uma “avalanche de números impressos”, que tornavam a população calculável, ao transformá-la em inscrições que eram duráveis e transportáveis, que podiam ser acumuladas em escritórios dos funcionários, que podiam ser somadas, subtraídas, comparadas e contrastadas. O termo dado a essas práticas de inscrição era “estatística”. (ROSE, 1999, p. 37).

⁵⁸ IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

⁵⁹ INAF: Indicador de Alfabetismo Funcional

⁶⁰ IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

É importante ressaltar que, para se fazer os cálculos sobre uma população, é preciso enfatizar certos traços dessa e obter informações sobre a mesma. Os fenômenos referentes à população (nascimentos, número de pessoas que vivem na casa, número de analfabetos na cidade, grau de instrução, mortalidade) devem ser transformados em materiais – dados, inscrições e registros - sobre os quais o cálculo político possa trabalhar. Assim, as estatísticas contribuem para tornar conhecidas as realidades distantes e/ou ausentes. “[...] conhecidas, as realidades tornam-se pensáveis e, por isso, potencialmente governáveis.” (SENRA, 2005, p. 15).

Ao percorrer as páginas da *Ação ABC Alfabetizando*, identifico três movimentos realizados pela estatística, desde o convencimento para a adesão à Ação até a sua avaliação: 1) conhecer - o *levantamento de dados*; 2) intervir - a *implantação de programas*; 3) avaliar - a *avaliação dos impactos* (resultados). Procuo, agora, a partir de alguns excertos selecionados, mostrar como esses movimentos estão presentes e operam no interior da Ação.

O primeiro movimento se configura no *conhecer - levantamento de informações*: a estatística desenvolve saberes sobre a população, identificando onde estão as zonas de risco, neste caso, os analfabetos, para futura intervenção. Encontramos, já na página da primeira edição, uma tabela cujo título é “O desafio”, onde constam os dados: população acima de 15 anos (INEP 2000), eleitores analfabetos (TRE, 2003), analfabetos acima de 15 anos (IBGE 2000), alfabetizados entre 2000/2004, percentual de analfabetos, número de analfabetos em sala de aula entre 2000/2004 e o número de analfabetos que falta colocar em salas de aula. Essa edição traz os dados sobre cinco municípios. A tabela com os mesmos itens é repetida semanalmente com os demais municípios, até que a edição de 17 de maio de 2004 apresenta “O desafio dos 44 municípios”, ou seja, o desafio que a *Ação ABC Alfabetizando* propõe/impõe às administrações públicas e à população: “falta colocar salas de aula alfabetização” a um somatório de 53.658 analfabetos na região.

O DESAFIO DOS 44 MUNICÍPIOS 							
Município	População acima de 15 anos (INEP 2000)	Eleitores Analfab. (TRE 2003)	Analfabetos acima de 15 anos (IBGE 2000)	Alfabetizados 2000/2004	% *	Analfabetos em salas de aula em 2004 **	Falta colocar salas de aula alfabetização
Canoas	222,723	4,705	9,713	266	4,24	34	9,413
Novo Hamburgo	171,512	4,077	8,597	379	4,79	369	7,849
São Leopoldo	139,981	4,116	6,686	167	4,66	46	6,473
Sapucaia	88,627	2,689	4,883	114	5,38	111	4,658
Montenegro	40,553	1,135	2,520	55	6,07	20	2,445
Taquara	38,747	1,044	2,624	218	6,20	85	2,321
Sapiranga	48,971	1,603	2,866	436	4,96	416	2,014
São F. de Paula	14,220	855	1,356	62	9,10	33	1,261
Campo Bom	39,523	971	1,929	31	4,80	55	1,843
Esteio	59,212	1,320	2,317	353	3,32	135	1,829
Parobé	31,000	999	1,985	440	4,98	27	1,518
Canela	23,865	738	1,600	190	5,90	130	1,280
Rolante	13,062	684	1,153	26	8,63	19	1,108
Portão	17,825	710	1,163	52	6,23	41	1,070
Igrejinha	19,463	459	1,068	125	4,84	30	913
Gramado	21,455	478	1,025	84	4,38	37	904
Três Coroas	14,251	450	914	79	5,86	21	814
Nova Santa Rita	11,083	562	892	80	7,33	24	788
S.S. Cai	14,705	497	829	70	5,16	44	715
Estância Velha	25,400	467	1,027	298	2,87	36	693
Capeja Santana	7,097	252	617	0	8,69	0	617
Nova Hartz	10,714	275	611	50	5,23	20	541
Nova Petrópolis	13,312	137	374	51	2,43	33	290
Dois Irmãos	16,832	289	444	111	1,98	54	279
Salvador do Sul	5,288	53	220	6	4,05	0	214
Araricá	2,800	123	182	0	6,50	15	167
Brochier	3,460	62	176	12	4,74	0	164
Tupandi	2,272	10	164	0	7,22	0	164
Santa M. Herval	4,560	38	147	0	3,22	0	147
Bom Princípio	7,047	40	135	0	1,91	0	135
Feliz	8,605	44	167	35	1,53	0	132
Ivoti	11,499	112	263	100	1,41	40	123
Lindolfo Collor	3,199	67	140	30	3,44	0	110
Alto Feliz	2,226	10	97	0	4,35	0	97
Picada Café	3,593	30	104	0	2,89	9	95
Maratá	1,935	19	105	3	5,27	15	87
Pareci Novo	2,489	19	77	0	3,09	0	77
Vale Real	3,273	27	83	9	2,26	0	74
São J. Hortêncio	2,601	13	70	0	2,69	0	70
Harmonia	2,786	17	50	0	1,79	0	50
Linha Nova	1,252	4	35	0	2,79	0	35
Pres. Lucena	1,542	6	44	0	2,85	15	29
Morro Reuter	3,824	36	61	16	1,18	18	27
São Vendelino	1,291	12	25	0	1,93	0	25
TOTAL	1,179,675	30,254	59,538	3,948	4,71	1,932	53,658

* Percentual estimado de analfabetos existentes hoje
** Alguns números são de março, outros de abril

Abril/2004

Fonte: NH, 17/05/04, p.7

A partir da quantificação dos analfabetos do município, há uma busca pelos mesmos, mobilizando toda a comunidade. Nos municípios com um número reduzido de analfabetos⁶¹, esses números chegam a ter nome, idade e endereço conhecidos:

*o desafio é de contabilizar a realidade de cada município, **de contar, um por um, os analfabetos**, sejam eles registrados ou não, batizados ou não, pretos, brancos, brasileiros ou estrangeiros. (NH, 19/04/04, p.7)*

*De acordo com os levantamentos feitos tivemos uma amostragem interessante, mostrando que **existem cerca de 20 pessoas que lêem e escrevem em alemão** e não têm o mesmo domínio em português. Apuramos também que **há 4 pessoas, com menos de 55 anos**, que não demonstram interesse em freqüentar o curso de alfabetização que lhes seria oferecido. Assim sendo, registramos menos de 1% de analfabetos. (NH, 12/08/07, p.6)*

*Com o apoio da Associação de estudantes uma pesquisa, que atingiu 85% da população constatou que muitos analfabetos eram portadores de alguma necessidade especial. O município detectou ainda que **o maior percentual entre as pessoas de baixa escolaridade e com maiores dificuldades na língua portuguesa tem mais de 60 anos**. (NH, 12/06/06, p.7)*

*“Segundo dados levantados até agora, **das 74 pessoas identificadas, 40 (55%) tem mais de 50 anos de idade, entre essas, seis com mais de 70 anos**. As demais encontram-se na faixa entre 15 e 40 anos e, pelo menos **14 são portadores de necessidades especiais**.”
(NH, 10/05/04, p.7)
(grifos meus)*

A possibilidade de mapear zonas (ou sujeitos) vulneráveis ao risco para intervir no local e modificá-lo – transformando sujeitos analfabetos em alfabetizados – é propiciada pelo “efeito do saber-poder das estatísticas.” (TRAVERSINI; LOPEZ BELLO, 2009, p. 145), cujo discurso produz “um sedutor efeito como se contra eles não se tivesse argumentos” (ibidem, p.145). Assim, os cálculos estatísticos ajudam a produzir gestores municipais e cidadãos considerados ideais na contemporaneidade: engajados, envolvidos e comprometidos com as necessidades dos seus municípios. Carvalho (2001) nos alerta para o fato de que:

⁶¹ Dos 44 municípios de abrangência da Ação ABC Alfabetizando, 11 municípios (Alto Feliz, Picada Café, Marata, Pareci Novo, Vale Real, São José do Hortêncio, Harmonia, Linha Nova, Presidente Lucena, Morro Reuter e São Vendelino) têm menos de 100 analfabetos e 8 municípios (Araricá, Brochier, Tupandi, Santa Maria do Herval, Bom Princípio, Feliz, Ivoti e Lindolfo Collor) têm entre 100 e 200 analfabetos. (NH, 17/05/04, p.7)

As estatísticas, as taxas, os índices, os gráficos e as tabelas são cada vez mais tomadas como sinônimo de verdade final e incontestável, como prova cabal desta ou daquela afirmação ou como arma em disputas de poder, privilégios e prestígio. (CARVALHO, 2001, p. 233)

A autora, em seu artigo, faz referência ao professor francês Jean-Louis Besson (1995), que chama atenção ao fato de que a legitimidade da estatística foi conquistada por uma imagem de rigor e infalibilidade, que se busca manter a todo custo, deixando fora do debate o fato de que “toda estatística é afetada por alguma inexatidão” (p.29). Assim, há um esforço no sentido de mostrar que os índices e as cifras são apenas sinais indicadores da realidade social, traços que determinadas ações produziram e que foram observadas, codificadas e contadas. A aproximação desse indicador pode ser maior ou menor, “dependendo do grau de ligação com o objeto que se deseja conhecer” (CARVALHO, 2001, p.234). Os indicadores que norteiam e legitimam a *Ação ABC Alfabetizando* são fornecidos por institutos oficiais, como o IBGE, INEP e TRE, e, também, de levantamentos feitos nas secretarias municipais de educação, que possivelmente, não atendem à cientificidade da estatística. Observa-se que há desencontros nas informações veiculadas pela *Ação ABC Alfabetizando*, quando, na apresentação da Ação no site, é definido o público alvo: “55.888 pessoas analfabetas acima de 15 anos”; a edição de 19/04/04 anuncia: “temos 60.093 analfabetos em 44 municípios”; a edição de 15/05/04 apresenta 59.538 analfabetos acima de 15 anos⁶²e, na edição de 13/12/08, a informação é de 59.135 analfabetos acima de 15 anos na região.

O segundo movimento da estatística que identifiquei é o *intervir – a implantação de programas* de alfabetização de jovens e adultos. Procurado e de posse do índice de analfabetismo de seu município, o prefeito é convencido da necessidade de intervenção nesta população do município. Uma vez conhecidos os números, começa o desafio, e são as estatísticas que subsidiam e orientam as ações na erradicação do analfabetismo que se instituem nos municípios. Deste modo, torna-se uma estratégia utilizada pela *Ação ABC Alfabetizando* para governar os Governos municipais e a população a partir

⁶² Este número corresponde ao número oficial de analfabetos acima de 15 anos apontados pelo IBGE 2000.

das ações com as quais os prefeitos se comprometeram ao “selar o compromisso” com a Ação.

A página do dia 19/07/04 traz a estatística em outro âmbito, não só dos índices de analfabetismo (mas no qual o índice de analfabetismo interfere), mas, com uma tabela com os Índices de Desenvolvimento Humano⁶³ dos municípios de abrangência da *Ação ABC Alfabetizando*. Mostra-se que a média da região é de 0,833, enquanto que o índice brasileiro é de 0,775, conferindo ao Brasil a 72ª posição no *ranking* da ONU. Se a média brasileira alcançasse o índice da região, renderia-lhe a 46ª posição. Feita a comparação, o texto, aponta

“[...] isto não deveria, todavia, ser motivo de euforia e de se cruzar os braços para a região, só porque estamos acima da média. Pelo contrário. [...] erradicar o analfabetismo trará seus benefícios não apenas aos que forem alcançados pela ação, mas será um fator para levantar o IDH dos municípios” (NH, 19/07/04, p.7)
(grifos meus)

Assim, alfabetizar a população torna-se necessário, entre outras coisas, para elevar índices que são usados por mecanismos internacionais para elaboração, implementação e financiamento de políticas públicas, tanto no âmbito social quanto no educacional. Alfabetizar pode “ser considerado uma forma de administrar, de governar cada indivíduo em particular, bem como a população de uma comunidade, cidade, Estado ou País” (TRAVERSINI, 2006, p.75). Governar um Estado é, acima de tudo, o governo de suas populações, e as estatísticas geram variadas informações sobre os territórios e as populações, revelando suas relações sociais e promovendo a prosperidade, a saúde, a educação, a longevidade e a riqueza material, através da oferta de serviços, emprego e políticas de bem-estar. Como menciona Senra (2005, p. 58):

Governar-se e governar é controlar, administrar, influenciar, monitorar, fiscalizar, dirigir, regular; vigia-se, ordena-se, disciplina-se, enfim, norteiam-se as condutas dos homens; assim sendo, todos governam (seja o pai, o patrão, o mestre, a amante, seja o Estado).

⁶³ O IDH – Índice de Desenvolvimento Humano é composto por três bases de dados: uma referente ao PIB per capita, outra que mede a esperança de vida ao nascer e uma ligada à educação – taxas de evasão, repetência e analfabetismo.

Muitos municípios da região de abrangência da *Ação ABC Alfabetizando* já possuíam programas de alfabetização de jovens e adultos, anteriores à implantação da Ação. Outros foram implantados a partir da *Ação ABC Alfabetizando*. O quadro abaixo traz os programas de alfabetização de jovens e adultos de 35 dos 44 municípios que compõem a região da Ação e foi construída a partir das páginas que compõem o *corpus* desta pesquisa.

Municípios de abrangência da Ação ABC Alfabetizando e respectivos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos

<p>Araricá : Programa Alfa&Beto (adesão ao Brasil Alfabetizado e BB Educar) Bom Princípio: EJA Brochier: adesão ao BB Educar* Campo Bom: Projeto Cidadão Alfabetizado* Canela: EJA (adesão ao BB Educar) Canoas: Projeto Canoas Alfabetizando* Capela da Santana: Projeto Capela Lendo e Escrevendo* (adesão ao Brasil Alfabetizado) Dois Irmãos: EJA Estância Velha: EJA Esteio: Projeto Aprendendo por Toda Vida* Feliz: EJA (adesão ao BB Educar)* Gramado: Programa Abrindo Caminhos* Igrejinha: adesão ao Brasil Alfabetizado* Ivoti: Programa Adote um Cidadão, Ajudando na Alfabetização* Lindolfo Collor: Projeto Borboletra* Linha Nova: aula particular – 1 analfabeto* Montenegro: Adesão ao Programa Alfabetiza Rio Grande* Programa Por um Brasil Alfabetizado (SESI) Morro Reuter: Projeto Amando Alfabetizar* Nova Hartz: PROMEC – Programa Municipal de Educação Cidadã* (Adesão ao Programa Brasil Alfabetizado) Nova Petrópolis: EJA Nova Santa Rita: adesão ao Alfabetiza RS Novo Hamburgo: NH Alfabetizando* (adesão ao Brasil Alfabetizado) Parei Novo: adesão ao Alfabetiza RS* Parobé: EJA Picada Café: Projeto Saberes da Nossa Gente Rolante: Chamarreando com Letras Santa Maria do Herval: Programa Alfabetizando para o Futuro* São Francisco da Paula: EJA (adesão ao Brasil Alfabetizado)* São Leopoldo: Projeto Coruja* (adesão ao Brasil Alfabetizado e BB Educar) São Sebastião do Caí: Ação Transformar* Sapiranga: Programa Integrar* Sapucaia: EJA Taquara: EJA (adesão ao Brasil Alfabetizado) Três Coroas: EJA Tupandi: EJA</p>
--

*programas instituídos a partir da *Ação ABC Alfabetizando*

Fonte: Jornal NH – páginas da Ação ABC Alfabetizando – 2005/2006

Ao analisar o quadro, percebe-se que, dos 44 municípios de abrangência da *Ação ABC Alfabetizando*, 35 (79,5%) possuem algum programa de alfabetização de

jovens e adultos⁶⁴. 21 (47,7%) dos 35, foram implantados/implementados a partir da *Ação ABC Alfabetizando*. Assim, pode-se dizer que, 60% dos programas de alfabetização de jovens e adultos implantados nos municípios, foram implantados a partir da Ação, o que nos permite inferir que “o efeito de saber-poder das estatísticas possibilitou mapear as zonas vulneráveis ao risco, o que permitiu intervir no local para modificá-lo” (TRAVERSINI; LOPEZ BELLO, 2009, p.145), transformando analfabetos em alfabetizados. Nesse sentido, podemos dizer que *os números geram as letras*.

Se, por um lado, as estatísticas são utilizadas na condução da tomada de decisão para intervir, por outro lado, o discurso numérico é utilizado na expressão dos efeitos das intervenções, permitindo inferir que “as estatísticas, como tecnologias para governar operam duplamente” (TRAVERSINI; LOPEZ BELLO, 2009, p. 145). Nesse sentido, as estatísticas buscam ratificar a eficácia da *Ação ABC Alfabetizando* e dos projetos de alfabetização de jovens e adultos, implantados pelas administrações municipais, mostrando resultados positivos, a partir de uma avaliação permanente. Os números apresentados são exaltados quando os resultados alcançados são positivos, servindo de exemplo para outros municípios, ou são cobrados, com intervenções, como metas a alcançar, quando estão aquém do desejado. Neste ponto, configura-se o terceiro movimento da estatística: *avaliar - a avaliação dos impactos* (resultados).

Depois de implementadas as ações nos municípios, avalia-se se o objetivo (alfabetizar) foi atingido – se o município está livre do analfabetismo. Dados, números e taxas procuram mostrar a queda dos índices de analfabetismo dos municípios, comprovando a eficácia das suas ações e, conseqüentemente, da *Ação ABC Alfabetizando*.

A página a seguir, permite a comparação da situação do analfabetismo anterior à implementação da *Ação ABC Alfabetizando* com a situação do final da Ação.

⁶⁴ Os programas de alfabetização de jovens e adultos em alguns municípios são próprios ou por adesão a programas de outras esferas: Brasil Alfabetizado (Governo Federal), Alfabetiza RS (Governo Estadual) e BB Educar (Banco do Brasil) Por um Brasil Alfabetizado (SESI).

ABC Alfabetizando



DESEMPENHO DOS 44 MUNICÍPIOS NO PERÍODO DE 2000 A 2008

O levantamento de dados, que seria feito em janeiro/2009, foi antecipado para esta edição, levando em conta a descontinuidade administrativa em alguns municípios da região.

A Ação ABC ALFABETIZANDO, lançada em 27 de fevereiro de 2004, teve como objetivo diminuir o índice ainda elevado de pessoas maiores de 15 anos que não sabiam ler e escrever. Foi constituído um Comitê Gestor composto de um ex-prefeito, dois ex-secretários de Educação, uma alfabetizadora e um executivo coordenador, visando a conscientizar e motivar os prefeitos e secretários de Educação de 44 municípios da região para resolverem a situação.

Semana após semana, nestes quase cinco anos, semanalmente esteve presente no Jornal NH, Jornal VS e jornal DIÁRIO DE CANOAS uma página de apoio. Finalizando o ano com a troca de vários prefeitos, foi feito um balanço geral, indicando que o caminho traçado estava certo.

Nos quatro anos anteriores à Ação foram alfabetizadas 3.948 pessoas, uma média de 987 alfabetizados/ano. Nos cinco anos subsequentes, foram alfabetizados 17.590 jovens e adultos, com uma média de 3.518/ano.

O País tem o compromisso de reduzir em 50% até 2015 o número de 16.256.085 analfabetos registrado pelo IBGE no ano 2000. Difícilmente isso será cumprido. A região formada pelos 44 municípios da Ação ABC ALFABETIZANDO, nos próximos dois anos, não só terá cumprido sua parte como deve atingir o índice de 97% de pessoas alfabetizadas, tido como meta da UNESCO de Alfabetização Universal. Este índice já foi conseguido por 26 dos municípios.

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ACIMA 15 ANOS	ANALFABETOS IBGE 2000	ELEITORES ANALF. 2000	ALFABETIZADOS 2000/2003	ALFABETIZADOS 2000/2008	FALTANDO ALFABETIZAR	TOLERÂNCIA UNESCO 3%	ATINGIR A META
ALTO FELIZ	2.226	24	12	0	0	24	67	-
BOM PRINCÍPIO	7.047	135	39	0	28	107	211	-
CAMPO BOM	30.523	1.929	959	31	1.220	709	1.186	-
DOIS IRMÃOS	16.832	444	269	111	321	123	505	-
ESTÂNCIAVELHA	25.400	1.027	464	298	659	368	762	-
ESTEIO	59.212	2.317	1.377	353	1.552	766	1.776	-
FELIZ	8.605	167	43	35	38	129	258	-
HARMONIA	2.786	50	22	0	3	47	84	-
IVOTI	11.499	263	116	100	117	146	345	-
LINDOLFO COLLOR	3.199	140	65	30	91	49	96	-
LINHA NOVA	1.252	35	4	0	0	35	38	-
MARATÁ	1.935	44	35	3	9	35	58	-
MORRO REUTER	3.824	61	30	16	16	45	115	-
NOVA PETRÓPOLIS	13.312	374	143	51	74	300	399	-
NOVO HAMBURGO	171.512	8.597	3.977	379	5.230	3.367	5.145	-
PARECI NOVO	2.489	77	20	0	6	71	75	-
PICADA CAFÉ	3.593	104	30	0	77	27	108	-
PRESIDENTE LUCENA	1.542	44	12	0	7	37	46	-
SALVADOR DO SUL	5.288	144	72	6	6	138	150	-
SANTA MARIA DO HERVAL	4.560	77	35	0	0	77	137	-
SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO	2.601	70	13	0	0	70	78	-
SÃO LEOPOLDO	139.981	6.686	4.175	167	2.588	4.098	4.199	-
SÃO VENDELINO	1.291	25	12	0	0	25	39	-
SAPIRANGA	48.971	2.866	1.568	436	2.622	244	1.460	-
TUPANDI	2.272	44	19	0	0	44	68	-
VALE REAL	3.273	83	28	9	54	29	98	-
ARARICÁ	2.800	182	103	0	56	126	84	42
BROCHIER	3.460	176	108	12	36	140	104	36
CANELA	23.865	1.600	725	190	372	1.228	716	512
CANOAS	222.723	9.713	4.759	266	2.421	7.292	6.682	610
CAPELA DE SANTANA	7.097	617	243	0	138	479	213	266
GRAMADO	21.455	1.025	460	84	331	694	644	50
IGREJINHA	19.463	1.068	429	125	376	692	584	108
MONTENEGRO	40.553	2.520	1.173	55	184	2.336	1.217	1.119
NOVA HARTZ	10.714	611	262	50	158	453	321	132
NOVA SANTA RITA	11.083	882	559	80	196	696	332	364
PAROBÉ	31.000	1.985	1.019	440	679	1.306	930	376
PORTÃO	17.825	1.163	724	52	236	927	535	392
ROLANTE	13.062	1.153	706	26	127	1.026	392	634
SÃO FRANCISCO DE PAULA	14.220	1.356	860	62	335	1.021	427	594
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ	14.705	826	489	70	237	589	441	148
SAPUCAIA DO SUL	88.627	4.883	2.729	114	315	4.568	2.650	1.909
TAQUARA	38.747	2.624	1.037	218	485	2.139	1.162	977
TRÊS COROAS	14.251	914	448	79	139	775	428	347
SOMA	1.179.675	59.135	30.372	3.948	21.539	37.596	35.392	2.204

A atualização tem como base as estatísticas do IBGE e TRE do ano 2000 e o levantamento publicado em 17/05/2004, somados às informações fornecidas pelos próprios municípios neste período. Solicitamos que qualquer contestação dos números expostos seja encaminhada até o dia 31 de dezembro do corrente ano.



PROMOÇÃO
**BANRICOMPRAS
PREMIÁVEL**
Já são 1.750 clientes premiados.

A sua última chance
de ganhar prêmios
neste Natal.



Banrisul

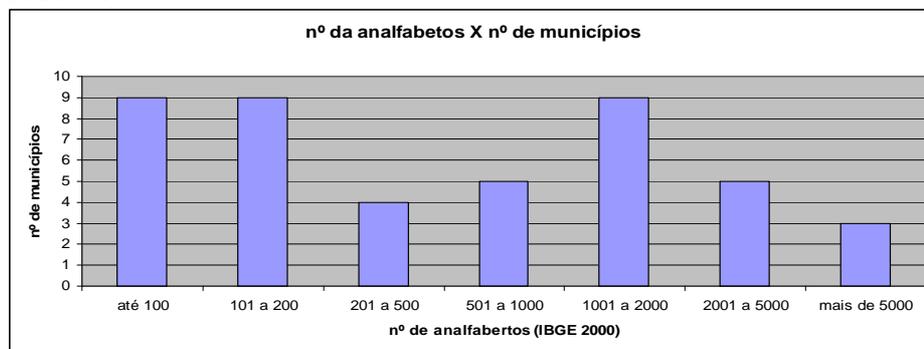


Consulta e regulamento no site www.banrisul.com.br

Os dados apresentados na página são trazidos pela *Ação ABC Alfabetizando* como resultados produzidos pelos programas de alfabetização de jovens e adultos implantados nos municípios. Através deles, podemos constatar que 26 municípios atenderam ao desafio lançado pela *Ação ABC Alfabetizando* – tornar a população alfabetizada – isto é, alfabetizaram o “número” desejado de analfabetos para serem incluídos no título de “município alfabetizado”, produzindo uma redução nos seus índices de analfabetismo. Assim, *as letras geram os números*. No entanto, 18 municípios ficaram aquém da meta estabelecida, do compromisso assumido e, portanto, não conquistaram o título de município alfabetizado.

Procurou, a seguir, estabelecer algumas relações entre dados iniciais⁶⁵, quando da implantação da *Ação ABC Alfabetizando*, apresentados na página 117 desta Dissertação, com os dados finais, trazidos na tabela anterior. Busco encontrar algumas condições de possibilidade para este ou aquele desempenho dos municípios. Para tal, compilei os dados e apresento-os em alguns gráficos para melhor ilustração e compreensão. O gráfico 1 apresenta a população a ser alfabetizada (IBGE 2000) pelos municípios.

Gráfico1:

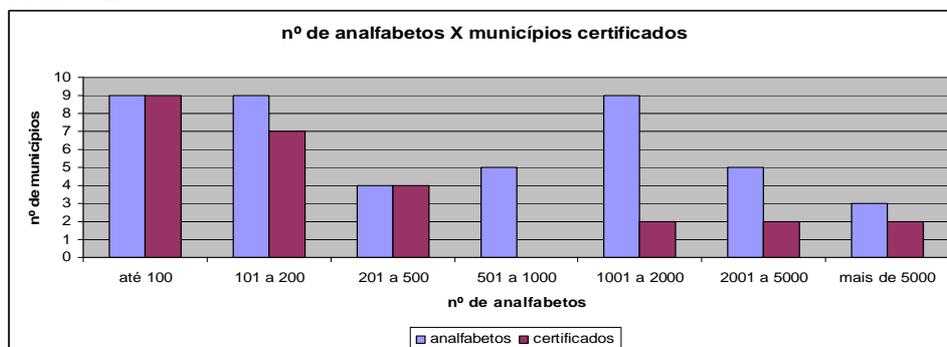


Os dados do gráfico apontam que 22 (50%) municípios possuíam até 500 analfabetos a serem capturados pelos programas municipais de alfabetização de jovens e adultos, enquanto que os outros 22 (50%) possuíam mais de 500 analfabetos a serem capturados. Ao serem alfabetizados, os analfabetos são computados pelos municípios nos índices de alfabetização, promovendo a certificação do município com o título de

⁶⁵ Tabela publicada na edição de 17/05/04, p.7.

“município alfabetizado”. O gráfico 2 complementa o gráfico 1 e traz o número dos municípios certificados (ou não) pela *Ação ABC Alfabetizando*.

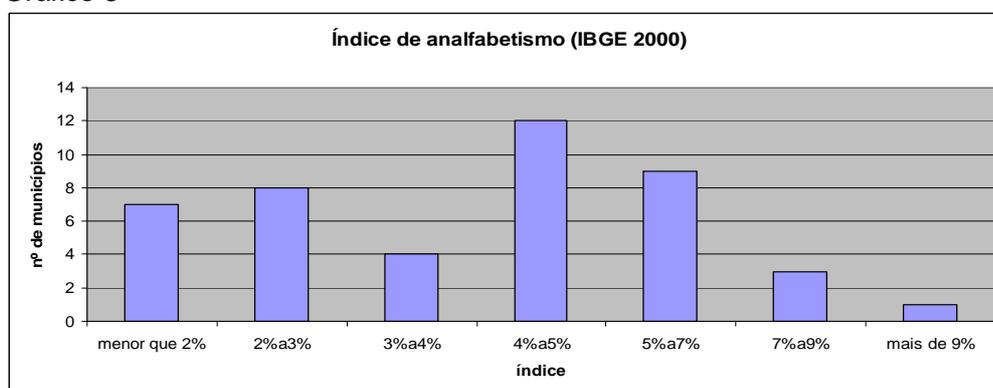
Gráfico 2



O gráfico mostra que, dos 22 municípios que possuíam até 500 analfabetos, 20 (90,9%) foram certificados, enquanto que, dos 22 municípios que possuíam mais de 500 analfabetos, apenas 6 (27,2%) foram certificados. Possivelmente, os municípios com um quantitativo reduzido de analfabetos tiveram maior facilidade em identificar, localizar e convencer as pessoas a se alfabetizarem, enquanto que, nas cidades mais populosas isso se torna mais difícil. Entretanto, há casos de cidades grandes, como Novo Hamburgo, São Leopoldo e Esteio, que possuíam 7.849, 6.473 e 1.829 analfabetos, respectivamente, e foram certificadas, alcançando índices de 1,96%, 2,92% e 1,29%, também respectivamente.

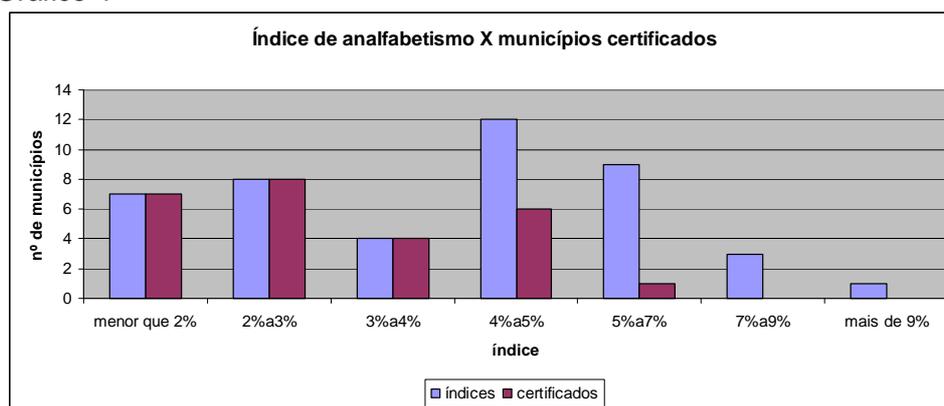
É interessante, também, lançar o olhar sobre os índices de analfabetismo (IBGE 2000) dos municípios, base estatística utilizada pela *Ação ABC Alfabetizando* na sua implantação. O gráfico 3 mostra os índices de analfabetismo nos municípios que compõem a região de abrangência da Ação.

Gráfico 3



A partir dos dados do gráfico, verifica-se que 19 (43,1%) municípios possuíam, na implantação da *Ação ABC Alfabetizando*, índices de analfabetismo menores de 4%, 21 municípios possuíam entre 4% e 7%, e quatro municípios possuíam índices acima de 7%. O maior índice de analfabetismo registrado foi o de São Francisco de Paula, com 9,1%. Como já foi mencionado anteriormente, no momento da implantação da *Ação ABC Alfabetizando*, sete municípios já possuíam os índices (menores que 2%) que possibilitavam receber o certificado de município alfabetizado e, ao ampliarmos o índice para 4%, considerado índice de alfabetização universal, constata-se que 19 (43,1%) municípios já apresentavam os índices desejados. O gráfico 4 complementa o gráfico 3 e traz o número de municípios certificados (ou não) em relação aos índices de analfabetismo.

Gráfico 4



Verifica-se que 21 (80,7%) dos 26 municípios certificados possuíam índices de analfabetismo menores que 4%, 6 (50%) dos 12 municípios que possuíam índices entre 4% e 5% foram certificados, um (0,11%) dos nove municípios que possuíam entre 5% a 7% foram certificados e nenhum dos municípios que possuíam índices de analfabetismo maiores que 7% foram certificados. A partir dos dados, podemos concluir que os municípios certificados já possuíam, quando da implantação da *Ação ABC Alfabetizando*, índices que se aproximavam do “esperado”, enquanto os demais municípios possuíam índices afastados da meta, tornando esse alcance mais difícil.

Como o objetivo da *Ação ABC Alfabetizando* era reduzir o número de analfabetos da região e, com isso, elevar os índices de analfabetismo dos municípios, os dados comprovam que o objetivo foi (ainda que parcialmente) atingido. Assim, a *Ação* comemora em uma de suas páginas:

*Nos quatro anos anteriores à Ação, foram alfabetizadas 3.948 pessoas, uma média de 987 alfabetizando/ano. Nos cinco anos subsequentes, foram alfabetizados 17.590 jovens e adultos, com uma média de 3.518/ano. O país tem o compromisso de reduzir em 50%, até 2015, o número de 16.256.085 analfabetos registrado pelo IBGE no ano 2000. Difícilmente isso será cumprido. **A região formada pelos 44 municípios da AÇÃO ABC ALFABETIZANDO, nos próximos dois anos, não só terá cumprido a sua parte como deve atingir o índice de 97% de pessoas alfabetizadas, tido como meta da UNESCO de Alfabetização Universal.** (NH, 13/12/08 p.23)
(grifos meus)*

Na lógica utilizada pela *Ação ABC Alfabetizando* e, tomando seus números como referência, faltaria muito pouco para tornar a “região alfabetizada”. A região atingiu o índice de 3,09% e, segundo o critério da UNESCO, o índice não deve ultrapassar os 3%. Assim, a Ação apresenta o número que falta alfabetizar (26.487 analfabetos) aos municípios não certificados⁶⁶ e, os que faltam alfabetizar para receber o certificado (2.204 analfabetos). Em outras palavras, o desafio continua. Continua também para os municípios que já receberam a certificação, pois ainda possuem 11.109 analfabetos. Isso mostra que, apesar de os municípios terem se envolvido com a *Ação ABC Alfabetizando* e, a partir dela, terem instituído programas de alfabetização de jovens e adultos com o objetivo de “erradicar” o analfabetismo, isso não foi possível.

Rose (1993) refere que as tentativas de inventar, promover, instalar e fazer funcionar mecanismos de regramento que moldem as decisões de investimento dos administradores incorporam a governamentalidade. Para o autor, tais tentativas “raramente são implantadas sem dano e dificilmente são julgadas como tendo alcançado o que lhes foi designado” (ROSE, 1993, p.84). Assim, ao inventarem/instalarem programas de alfabetização de jovens e adultos, os gestores municipais tinham como meta alfabetizar a “todos”. No entanto, alguns analfabetos não foram atingidos, frustrando as aspirações programadas. Nos textos das páginas da *Ação ABC Alfabetizando*, encontramos (prováveis) causas, como:

*Entre as dificuldades, o secretário aponta para a **idade avançada** de alguns alunos e, no de outras, o serem **portadoras de necessidades especiais**: pelos dados levantados, devem ser cerca de 11 pessoas nestas condições. (N, 26/06/06, p.7)*

⁶⁶ Municípios não certificados pela Ação ABC Alfabetizando: Araricá, Brochier, Canela, Canoas, Capela de Santana, Gramado, Igrejinha, Montenegro, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Parobé, Portão, Rolante, São Francisco de Paula, São Sebastião do Caí, Sapucaia do Sul, Taquara e Três Coroas.

*Duas dificuldades que já constatamos são a idade avançada destas pessoas e a questão da **língua alemã**. Eles são analfabetos na língua portuguesa, mas falam o alemão.”*
(NH, 14/08/06, p.7)

*Temos ainda uma grande resistência de parte de algumas pessoas, principalmente as de **mais idade**. A maioria delas mora no interior e **falam o alemão**. Outros foram **encontrados acamados**.”* (NH, 27/11/06, p.7)

*Num **total de 11 pessoas**, todas foram visitadas. Através do levantamento feito foi verificado que, dos onze relacionados, **dois possuem deficiência**, portanto incapazes de serem alfabetizados, **uma pessoa já não reside mais no município, uma declarou-se incapaz** pelas condições físicas em que se encontra, **quatro optaram em não receberem a alfabetização** e se sentem bem do jeito que se encontram, e por fim **três optaram e vão a partir de 2008 entrar no programa de alfabetização de adultos**. (NH, 02/12/07, p.6)*

*“Muitos não querem mais se sujeitar a uma sala de aula, achando-se com **muita idade** para isso.”* (NH, 28/06/04, p.7)
(grifos meus)

Esses excertos mostram as causas que fazem com que alguns analfabetos se mantenham analfabetos ou sejam vistos como tal. Essas causas, de certa forma, justificam o porquê da permanência de alguns analfabetos em determinadas regiões. Ou seja, pode-se dizer que agora a estatística funciona num caminho inverso ao do primeiro movimento. Se, naquele momento, produziam-se dados que comprovassem a existência de muitos analfabetos em uma região e justificavam a importância de se desenvolver o programa, agora me aparece que ela funciona não para justificar a importância do programa para a erradicação do analfabetismo, mas para explicar por que, mesmo depois de desenvolvida a Ação, há a permanência de alguns analfabetos.

Assim, ações que buscam reduzir o analfabetismo continuam sendo necessárias nos municípios, na região, no estado e no país, e acredito que as mesmas venham ocorrendo de forma sistemática nas secretarias de educação país afora, pois a alfabetização é tida como uma das muitas vias para a conquista maior da cidadania. “Erradicar” o analfabetismo, no entanto, torna-se problemático, à medida em que, assim como a alfabetização se constitui num direito, também é um direito da pessoa não querer se alfabetizar ou, até, não ter condições para tal. Ter idade avançada, ser portador de necessidades especiais ou não falar português são os principais motivos apontados pelas secretarias de educação, que impedem o alcance do índice de 100% de alfabetizados, fazendo com que “a ‘realidade’ sempre escape às teorias que

instruem os programas e as ambições que os sustentam; ela é por demais ingovernável para ser apreendida por qualquer conhecimento perfeito” (ROSE, 1993, p.85).

A Ação ABC Alfabetizando valeu-se de números, índices e taxas que adquiriram importância nas ações governamentais dos municípios, seja no âmbito político, econômico, social ou educacional, e os mesmos foram “utilizados na invenção estratégias e de ações, no intuito de dirigir, de administrar e de otimizar condutas individuais e coletivas” (TRAVERSINI; LOPEZ BELLO, 2009, p. 149). À medida em que a estatística é utilizada pela *Ação ABC Alfabetizando* para conduzir as condutas individuais e coletivas, ela se constitui numa estratégia de governo. Assim, são produzidas ações municipais que se desdobraram a partir dela, regulando e diminuindo o analfabetismo na região.

7. VIRANDO A (ÚLTIMA) PÁGINA

Considerações finais

[...] fazer uma experiência com algo significa que algo nos acontece, nos alcança, que se apodera de nós, nos derruba e nos transforma. [...] Fazer uma experiência quer dizer, portanto: deixar nos abordar em nós mesmos por aquilo que nos interpela, entrando e submetendo-nos a isso. Nós podemos assim, ser transformados por tais experiências, de um dia para o outro ou no transcurso do tempo. (HEIDEGGER, apud, LARROSA, 2002, p.138).

Minha experiência com esta pesquisa foi isso: deixar-me abordar em mim mesma por aquilo que me instigava e interessava. Entrar e submeter-me à pesquisa significava aceitar ficar, por um longo tempo, estudando, pensando, selecionando, excluindo, relacionando, modificando e escrevendo. Esse movimento me transformou... no transcurso do tempo. Não poderia sair da pesquisa como entrei!

Ao chegar à última parte desta Dissertação – talvez a mais difícil – tenho a sensação de que ainda há muito para ser feito: mais leituras, mais análises, mais contextualizações. Este é um sentimento bom. Gosto de senti-lo, à medida em que aponta para a provisoriedade das análises que empreendi e que se constituem em *uma* possibilidade de olhar para o material empírico e estabelecer algumas relações com as ferramentas teóricas escolhidas, pois, “[...] é o olhar que botamos sobre as coisas que, de certa maneira, as constitui. São os olhares que colocamos sobre as coisas que criam os problemas do mundo” (VEIGA-NETO, 2002b, p.30). É preciso considerar que não há uma única verdade, e sim possibilidades. Outros olhares poderiam ter sido lançados, outras análises poderiam ter sido empreendidas.

Como anunciei no capítulo da metodologia desta pesquisa, procurei “olhar de fora”, da superfície, o que estava dito nas páginas da *Ação ABC Alfabetizando*. Assim, procurei pelos discursos que se constituem em estratégias de governo do analfabetismo. Esses discursos são como fios que se entrelaçam, engendram-se, articulam-se formando teias, redes discursivas, que sustentam a meta da manutenção dos índices de analfabetismo reduzidos.

Passo a traçar, então, algumas considerações que julgo importantes ao encerrar esta Dissertação, considerando que tive a seguinte problematização: **como os discursos que circulam nas páginas da Ação ABC Alfabetizando se constituem em estratégias de governmentação e operam sobre a população mantendo os índices de analfabetismo reduzidos?**

O analfabetismo tem preocupado governos, sociedade e organizações internacionais. O diretor geral da UNESCO, Koïchiro Matsuura, alerta: “mais de 774 milhões de jovens e adultos em nosso mundo hoje – quase um em cada cinco da população adulta – não possuem habilidades básicas de leitura, escrita e domínio das operações matemáticas básicas” (UNESCO, 2009, p.3). Sabe-se que a condição social de alfabetizado fortalece e veicula a dicotomia entre alfabetizados e analfabetos. A esses últimos é debitada uma variedade de males e fracassos, constituindo um risco individual e social. Por outro lado, aos alfabetizados são atribuídas várias qualidades que os incluem como sendo capazes de realizar as tarefas pertencentes aos membros da sociedade civilizada. Assim, surgem movimentos, campanhas e projetos, através dos quais são compartilhadas, pelo Estado e sociedade civil, as responsabilidades por problemas sociais, entre eles o analfabetismo. A *Ação ABC Alfabetizando* pode ser considerada uma dessas ações que surgem para compartilhar com o Estado a responsabilidade pela alfabetização de jovens e adultos, respaldados por um dos destaques da Década das Nações Unidas para a Alfabetização (UNLD, 2003-2012), que apregoa “novas coalizões entre atores relevantes” (UNESCO, 2009, p.13), atribuindo às ONGs e redes da sociedade civil “um papel protagônico na defesa e promoção da alfabetização, bem como na realização de ações significativas na ponta” (UNESCO, 2009, p.13).

É importante destacar que as parcerias entre Estado e sociedade civil se constituíram em um dos mecanismos utilizados no final do século XX, como forma de ação para solucionar os problemas sociais que estavam sob a responsabilidade do Estado. Com as parcerias, estão envolvidos agora o Estado e a sociedade civil em um mesmo compromisso: intervir para gerenciar o risco social. No entanto, a proliferação de instâncias privadas e não-governamentais não significa que a racionalidade de governmentação contemporânea “renunciou à vontade de governar” (ROSE, 1993, p.83),

mas que passou a inventar outros mecanismos de governmentação, como as parcerias, para alcançar seus objetivos com maior eficiência e com o envolvimento da sociedade.

A *Ação ABC Alfabetizando* é uma ação da iniciativa privada que tem como objetivo a alfabetização das pessoas de uma região, sem ser um programa que executa o processo de ensino e aprendizagem. Ou seja, a Ação (ela mesma) não alfabetiza ninguém. A Ação estimula, propõe/impõe, anuncia, acompanha, gerencia, enfim, governa as ações dos outros para alfabetizar. Para tal, utiliza uma página semanal num Jornal de grande circulação na região, na qual circulam diversos discursos que se articulam formando teias, redes discursivas, através dos quais conduz as condutas dos Governos e da população. Esses discursos constituem-se em estratégias de governmentação através de *mitos, da mídia e da estatística*.

Destaquei que os mitos que circulam discursivamente nas páginas da *Ação ABC Alfabetizando* operam por três vias: *alfabetismo-come-via-para-o-desenvolvimento*, *alfabetismo-come-via-para-a-cidadania* e *o espírito comunitário*. A primeira, reforçando a expectativa na crença da primazia do alfabetismo como condição para o progresso e o desenvolvimento; a segunda, creditando ao alfabetismo a única possibilidade do exercício da cidadania, referindo-se ao analfabeto como sub-cidadão; e a terceira, atribuindo a um pretenso espírito comunitário a tarefa de, em conjunto, alfabetizar a população jovem e adulta, reduzindo os índices de analfabetismo.

Apresentei a mídia como um importante espaço de visibilização das ações em alfabetização de jovens e adultos dos municípios. Para “visibilizar o sucesso”, veicula as notícias dessas ações, mobilizando os gestores e a população para se envolverem, cada vez mais, produzindo sujeitos alfabetizados. Assim, os gestores e os municípios ficam “em evidência”, servindo de exemplo de boa prática a ser seguida.

Salientei a estatística como saber do qual a *Ação ABC Alfabetizando* lança mão para *conhecer* (a realidade pré-existente à Ação), *intervir* (mobilizar para que se implantem programas de alfabetização) e *avaliar* (computar resultados). Assim, os dados, os números, os índices ocupam uma posição de centralidade na implantação, acompanhamento e avaliação da *Ação ABC Alfabetizando*.

O sentido de estratégia utilizado nesta pesquisa é “para designar a escolha dos meios empregados para se chegar a um fim” (Foucault, 1995). Então, é preciso

perguntar: como essas estratégias operam sobre os Governos e a população para efetivar a alfabetização de jovens e adultos? Ou seja, como estes meios – os mitos, a mídia e a estatística – são utilizados para intervir sobre a população. Procurei mostrar que a condução das condutas dos governos e dos indivíduos se dá a partir de discursos de como devemos ser e estar no mundo. Neste ponto, volto à ideia das teias discursivas, e mostro como os diferentes discursos se interrelacionam: se o saber *estatístico aponta* um alto índice de analfabetismo e ao analfabeto é debitado o *atraso do desenvolvimento*, então nós (Governos e população), que somos *bons brasileiros*, comprometidos com o país, vamos alfabetizar! Se o analfabeto é considerado um *sub-cidadão*, então nós (alfabetizados), unindo forças num conjunto, num *espírito comunitário*, vamos alfabetizar! Se a Ação mostra, através do saber estatístico, que o município possui muitos analfabetos, então os gestores devem assumir o *compromisso* de alfabetizar!

Alfabetizar é o fim desejado pela *Ação ABC Alfabetizando*, e todos os discursos apontam para esse caminho. Articulando saberes, poderes e verdades, através desses discursos, produz-se sujeitos engajados, parceiros, voluntários, solidários e alfabetizados. Sujeitos que “praticam o desprendimento de si para auxiliar o outro, que se preocupam com as comunidades e indivíduos considerados de risco, que fazem o bem a si, aos outros, à educação e ao país” (TRAVERSINI, 2006, p. 82). Sujeitos que buscam se alfabetizar ou sujeitos que ajudam a alfabetizar.

Ao olhar para a produtividade dos discursos como estratégias de governo da *Ação ABC Alfabetizando*, dirigida aos Governos e à população de uma região, verifica-se, a partir das páginas da Ação, que 21 municípios implantaram programas de alfabetização de jovens e adultos, 26 tornaram-se *municípios alfabetizados*, 16 receberam o *selo município livre do analfabetismo* e 17.590 jovens e adultos foram alfabetizados. É sabido que a região, na qual a *Ação ABC Alfabetizando* se insere, possui, historicamente, índices de analfabetismo reduzidos, pelo seu contexto sócio-histórico-cultural. O sucesso da alfabetização dessa região, então, não pode ser atribuído especificamente nem a uma conquista, nem a um objetivo alcançado, nem mesmo ao resultado de uma ação, e sim, ao conjunto dos mesmos. Mesmo assim, muito ainda há que ser feito.

Finalizo esta pesquisa, voltando à epígrafe que abre este capítulo, em que Larrosa (2002) menciona que uma experiência com algo significa que algo nos acontece, nos alcança. Assim, à medida em que lia, estudava, selecionava, escolhia, entrelaçava fios, desemaranhava nós, fui me inscrevendo neste estudo, produzindo e sendo produzida, num movimento muitas vezes pouco confortável para quem, fruto da Modernidade, ousou transitar por caminhos pós-modernos.

Assim, termino, imbuída do sentimento de que a escrita e a leitura não são ações fechadas em si, pois uma escrita ou uma leitura sempre poderá ser reescrita ou relida, pelo fato de estarmos num constante devir.

REFERÊNCIAS

ABC ALFABETIZANDO. **Apresentação ABC Alfabetizando** (2004). Disponível em <http://www.abcalfabetizando.com.br/conteudo.asp>. Acesso em 25/06/08.

ALVARENGA, Márcia Soares de. Da cegueira à orfandade: a questão da cidadania nas políticas de alfabetização de jovens e adultos. **REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23.**, 2000, Caxambu (MG). Caxambu: ANPED, 2000. 1CD-ROOM. GT 6: Educação Popular

AZEVEDO, Daniela Medeiros de. **Práticas de Leitura em Religião**: a articulação entre o consumo da “palavra” e a produção de sujeitos assembleianos. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

BAUMAN, Sygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9394/96** – Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996.

BRASIL. **Decreto n. 6.093**, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a reorganização do Programa Brasil Alfabetizado, visando à universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Decreto/D6093.htm. Acesso em 25/06/2008.

BREDEMEIER, Maria Luísa Lenhard. **O português como segunda língua nas escolas da imigração alemã: um estudo do Jornal da Associação de Professores Teuto-Brasileiros Católicos do Rio Grande do Sul (1900 – 1939)**. São Leopoldo: UNISINOS, 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2010.

BUJES, Maria Isabel Edelweis. **Infância e maquinarias**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2001.

CARVALHO, Marília Pinto de. Estatísticas de desempenho escolar: o lado avesso. In: **Educação & Sociedade**. São Paulo, n. 75, dez. 2001. p. 231-252.

CASTEL, Robert. De la peligrosidad al riesgo. In: ALVARES-URIA, Fernando e VARELA, Julia. **Materiales de Sociologia Critica**. Madrid: La Piqueta, 1986. P. 219-243.

CASTEL, Robert. (trad. De Lúcia M. Endlich). **A insegurança social; o que é ser protegido?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

COOK-GUMPERZ, Jenny. **A Construção Social da Alfabetização**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

CORAZZA, Sandra Mara. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos Investigativos**: novos olhares na pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. P. 105-131.

COSTA, Marisa. Velhos temas, novos problemas – a arte de perguntar em tempos pós-modernos. In: COSTA, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel Edelweis. (Orgs.). **Caminhos Investigativos III**: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. P. 199-214.

DEAN, Mitchell. **Governamentality**: power and rule in modern society. London: Sage, 1999. P. 9-27.

FALEIRO, Silvana Rossetti. **O Colégio Martin Luther na História Estrelense**: das origens aos dias atuais. Lajeado: Univates, 2004.

FERRARO, Alceu R. **Analfabetismo no Brasil**: um século de desconceitos. Memórias, diálogos e sonhos do educador: homenagem a Balduino Antônio Andreola. Santa Maria, 2005. P.187- 201.

FERREIRA, Maurício. **Curriculum Vitae**: selecionam-se jovens estudantes que buscam, nas páginas do jornal, oportunidades de trabalho e que possuam... Porto Alegre, 2009. Dissertação de Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. 194 p.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a Análise de Discurso em Educação. **Cadernos de Pesquisa**, (versão impressa). São Paulo, n. 114, nov. 2001. p. 1-12

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Problematizações sobre o Exercício de Ver: mídia e pesquisa em educação. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 20, mai/jun/jul/ago. 2002. p. 83-94

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. A Governamentalidade. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução e organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1998a. P. 277-293.

FOUCAULT, Michel. "Omnes et Singulatim": uma crítica da razão política. In: MOTTA, Manoel Barros de (Org.). **Estratégia, Poder e Saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2006. P. 355-385.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 10. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Seguridad, Territorio, Población**: curso em el Collège de France: 1977-1978. 1. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2007.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Humbert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma Trajetória Filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. P. 231-249.

FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução e organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1998b. P. 1-14.

FRAGO, Antônio Viñao. **Alfabetização na sociedade e na história**: vozes, palavras e textos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FUMARI, Paulo Pedro. A Cidadania entre os Romanos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 49-79.

GOMES, Ana Valeska A. **O Programa Alfabetização Solidária e o Programa Acelera Brasil**: um estudo de dois casos de parcerias e alianças do terceiro setor com atores governamentais e empresariais. Brasília: UNB, 2002. Dissertação (Mestrado em Educação)

GRAFF, Harvey J. O Mito do Alfabetismo. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, Pannonica, n. 2, 1990. P. 30-64

HADDAD, Sérgio e PIERRO, Maria Clara Di. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, Autores Associados, nº 14, Mai/Jun/Jul/Ago. 2000. P. 108-130

HALL, Stuart. A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, jul/dez. 1997. P. 15 -46

KLAUS, Viviane. **A família na Escola**: uma aliança produtiva. Porto Alegre: UFRGS, 2004. 263 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em

Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

KLEIMAN, Ângela B. (org). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva para a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995.

KREUTZ, Lúcio. **Muito empenho pelas escolas**. In: FISCHER, Luís Augusto, GERTZ, René (Orgs.). *Nós, os teuto-gaúchos*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1996, p. 145-150.

KREUTZ, Lúcio. A representação de identidade nacional em escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul. **História da Educação**. Pelotas, ASPHE/FAE/UFPel, Vol. 3 – nº 5, Abr. 1999. P. 141-164

KREUTZ, Lúcio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas, Autores Associados, nº 15, Set/Out/Nov/Dez. 2000. P. 159-176

LARROSA, Jorge Bondía. Notas Sobre a Experiência e o Saber de Experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Belo Horizonte, n. 19, jan./abr. 2002. P. 20-28

LARROSA, Jorge Bondía. Tecnologias do Eu e Educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **O sujeito da Educação**: Estudos Foucaultianos. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAGALHÃES, Justino P de. **Alquimias da Escrita**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco – CDAPH, 2001.

MARZOLA, Norma Regina. O Analfabetismo Como Metáfora. In: VEIGA-NETO, Alfredo et al. (Org.). **A Educação em Tempos de Globalização**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. P. 111-116.

MILLER, Peter; ROSE, Nikolas. Governing economic life. GANE, M; JOHNSON, T. (Ed.). **Foucault's new domains**. London: Routledge, 1993. P. 75-105

MONDAINI, Marco. O Respeito aos Direitos do Indivíduo. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2005. P. 115-133.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e Letramento**. São Paulo: UNESP, 2004.

MÜLLER, Ana Solange. **As Campanhas de Voluntariado na Escola**. Canoas: ULBRA, 2008. 116f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2008.

PAIVA, Vanilda. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1987.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2005.

POPKEWITZ, T. e LINDBLAD, S. Estatísticas Educacionais Como um Sistema de Razão: relações entre governo da educação e inclusão e exclusão sociais. **Educação & Sociedade**. São Paulo, v. 22, n. 75, ago. 2001. P. 111-148.

RAMBO, Arthur Blásio. **A Escola Comunitária Teuto-Brasileira Católica**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1994.

RAMBO, Balduino. A imigração alemã. In: BECKER, Klaus (Org.). **Enciclopédia Rio-Grandense**. 1º vol. Canoas, Editôra Regional Ltda, 1956, p. 75-123.

ROCHA, Cristiane Maria Fammer. **A Escola na Mídia: nada fora de controle**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese de Doutorado em Educação do programa de pós-Graduação em educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

RODRIGUES, Rúbia de Cássia Cavalli. **O Programa de Alfabetização Solidária no contexto da erradicação do analfabetismo no Brasil**. Maringá – PR: Universidade Estadual de Maringá, 2003. (Dissertação de Mestrado).

ROSE, Nícolas. Governando a vida econômica ou governando economicamente a vida. **Foucault's new domains**. Londres: Routledge, 1993, P. 75-105.

ROSE, Nícolas. The death of the social? Re-figuring the territory of government. **Economy and society**. London: Routledge, v. 25, n 3, august, 1996. P. 327-356 (texto traduzido para o português)

ROSE, Nícolas. Governando a Alma: a formação do eu privado. In: SILVA, Tomaz T. da (Org.). **Liberdades Reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu**. Petrópolis: Vozes, 1999. P. 30-45.

ROSE, Nícolas. Inventando Nossos eus. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Nunca Fomos Humanos: nos rastros do sujeito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SCHMIDT, Saraí. **A Educação nas Lentes do Jornal**. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Dissertação de Mestrado em Educação. Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade federal do Rio Grande do Sul, 1999.

SENRA, Nelson Castro. **O Saber e o Poder das Estadísticas: uma história das relações dos estatísticos com os estados nacionais e com as ciencias**. 1. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

SILVA, Tomaz T. A Nova Directa e as Transformações na Pedagogia e na Política da Pedagogia. In: SILVA, Tomaz T. ; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. Petrópolis. Vozes, 1996.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. **Leitores/as e Leitura no Brilhante e Risonho Mundo de Caras Congresso de Leitura do Brasil**: múltiplos objetos, múltiplas leituras : afinal, o que lê a gente? Campinas: Unicamp, 1999.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SOARES, Magda. Universidade, cidadania e alfabetização, 2000. Disponível em <http://w3.ufsm.br/regina/Artigo1.htm>. Acesso em 22 de abril de 2010.

SOMMER, Luís Henrique. **Computadores na Escola**: a produção de cérebros-de-obra. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

SOMMER, Luís Henrique. A Ordem do Discurso Escolar. In: **Anais da 28ª Reunião Anual da ANPED**. GT da Educação Fundamental, n. 13. Caxambu: ANPED, 2005. Disponível em CD-ROM.

STREET, Brian. **Literacy in Theory and Practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo: Cortez, 1995.

TRAVERSINI, Clarice Salete. Debite um Analfabeto no seu Cartão: a solidariedade como estratégia para alfabetizar a população e desresponsabilizar o Estado. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 43, jun. 2006. P. 73-93

TRAVERSINI, Clarice Salete; LOPEZ BELLO, S. E. O Numerável, Mensurável e Auditável: estatística como tecnologia para governar. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 34, n. 2, mai/ago 2009. P. 135-152

TRAVERSINI, Clarice Salete. **Programa Alfabetização Solidária**: o governo de todos e de cada um. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

TRAVERSINI, Clarice Salete. **Reflexões Sobre o Sucesso da Alfabetização**: a escola e o contexto cultural de Poço das Antas-RS. Porto Alegre: UFRGS, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

TRINDADE, Iole Maria Faviero. **A Invenção de Uma Nova Ordem Para as Cartilhas**: ser maternal, nacional e mestra: queres ler? Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004a.

TRINDADE, Iole Maria Faviero. A invenção de múltiplas alfabetizações e (an)alfabetismos. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 29, n. 2, jul/dez 2004b. P. 125-142

TRINDADE, Iole Maria Faviero. Um olhar dos Estudos Culturais Sobre Artefato e Práticas Sociais e Escolares de Alfabetização e Alfabetismo. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Múltiplos Alfabetismos: diálogos com a escola pública na formação de professores**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. P.123-133.

UNESCO. CONSED. **Educação para todos: o compromisso de Dakar**. Brasília: Ação Educativa, 2001. P. 1-37.

UNESCO. MEC. **Alfabetização como liberdade**. Brasília: UNESCO, 2003.

UNESCO. **O desafio da alfabetização global**. Brasília: UNESCO, 2009.

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas de Governo... In: RAGO, M; ORLANDI, L. B.; VEIGA-NETO, A. (Orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. P. 13-34

VEIGA-NETO, Alfredo. Olhares... In: COSTA, Marisa Vorraber; (Org.). **Caminhos Investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. P. 23-38.

VEIGA-NETO, Alfredo. Educação e Governamentalidade Neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: CASTELO BRANCO, Guilherme; PORTOCARRERO, Vera. **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: Nau, 2000.

VEIGA-NETO, Alfredo. Paradigmas? Cuidado com eles! In: COSTA, Marisa Vorraber; BUJES (Org.). **Caminhos Investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. P. 35-47.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VIEIRA, Márcia A. L. **Poder Público e Educação de Jovens e Adultos: Alfabetização Solidária, primeiros passos de um programa antigo**. Piracicaba: UNIMEP, 2001. Dissertação (Mestrado em Educação)

ZERO HORA. Campeões da educação. Gaúchos lideram o ranking de melhores resultados em alfabetização. **Jornal Zero Hora**. Porto Alegre. 21/06/07, P. 1-2.